



Relatório & Contas

2021



Relatório & Contas

20
21

O Negócio

95%

Taxa de cobertura em alta

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

97%

Taxa de cobertura em baixa

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

620

Milhões de m³

ÁGUA FATURADA

94%

Taxa de cobertura em alta

SANEAMENTO DE ÁGUA

73%

Taxa de cobertura em baixa

SANEAMENTO DE ÁGUA

56

Milhões de m³

ÁGUA FATURADA,
OPERAÇÕES INTRAGRUPPO

22 250

ton/ano

LAMAS DO PROCESSO
(ABASTECIMENTO)

360 388

ton/ano

LAMAS DO PROCESSO
(SANEAMENTO)

Principais Infraestruturas

1356	Nº DE CAPTAÇÕES DE ÁGUA
110	Nº DE ETA
1029	Nº DE ETAR
21 637	KM CONDUTAS ADUTORAS E REDE DE DISTRIBUIÇÃO
11 622	KM EXTENSÃO DE REDE DE COLECTORES
826	Nº DE EE - AA
2 408	Nº DE EE - AR
1971	Nº DE RESERVATÓRIOS
627 738	Nº DE RAMAIS AA E AR



508

Milhões de m³

ÁGUA RESIDUAL
FATURADA

764,7

GWh/ANO

ENERGIA CONSUMIDA
(INCLUI 26,3 GWh DE AUTOCONSUMO)

39

Milhões de m³

ÁGUA RESIDUAL
FATURADA
OPERAÇÕES
INTRAGRUPO

36,6

GWh/ANO

ENERGIA PRODUZIDA
(FOTOVOLTAICA, MINI-HÍDRICA, BIOGÁS)



Linhas estratégicas

Missão

A AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. é a *holding* do principal grupo empresarial português vocacionado para a gestão do ciclo urbano da água, que tem por finalidade promover a universalidade, continuidade e qualidade do serviço, bem como a sustentabilidade do setor e a proteção do ambiente.

Para o efeito, enquanto sociedade gestora de participações sociais, dispõe de uma carteira de participações sociais em empresas implantadas no território nacional, que têm por missão conceber, construir, explorar e gerir sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo Águas de Portugal.

A atividade prosseguida pelo Grupo AdP enquanto instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política setorial a prosseguir, com base na qual as empresas do Grupo AdP desenvolvem a sua atividade;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas do Grupo AdP no exercício da respetiva atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas do Grupo AdP e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Deveres e responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia-Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações estratégicas gerais

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. e as empresas participadas, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

- a) Cumpram a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Sejam socialmente responsáveis, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolvam ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promovam o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adotem metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Concretizem políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- g) Desenvolvam iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- h) Implementem políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Adotem sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações estratégicas específicas

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. e as empresas participadas execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

- 1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
- 1.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
- 1.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

- 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
- 2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
- 2.3. Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
- 2.4. Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

- 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
- 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
- 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:

- 4.1. Na organização das áreas corporativas, assente num modelo participativo mediante a criação de comités funcionais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
- 4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
- 4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

- 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
- 5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

- 6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
- 6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
- 6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
- 6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do Grupo AdP em projetos de interesse nacional, privilegiando operações de longo prazo de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

Contexto macroeconómico¹

A pandemia por COVID-19 continuou a afetar profundamente a atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos têm vindo a condicionar o crescimento do PIB. As projeções apresentadas assumem que as restrições irão manter-se. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

¹ Fontes: FMI *World Economic Outlook*; *European Commission Economic Outlook*; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

Global

A economia mundial prossegue uma trajetória de recuperação, embora os estrangulamentos persistentes do lado da oferta, a subida de preços das matérias-primas e o aparecimento da variante Ómicron do coronavírus (COVID19) continuem a pesar sobre as perspetivas de crescimento no curto prazo. Em 2021, a recuperação da atividade económica e do comércio a nível mundial foi menos regular do que o anteriormente esperado.

O crescimento global para o ano 2021 estima-se em 5,9% e é esperado um crescimento de 4,4% para 2022 (3,8% para 2023) após um decréscimo global de 3,5% em 2020). Este exercício de projeção incorpora efeitos de restrições à mobilidade, encerramento de fronteiras e impactos sanitários decorrentes da propagação da variante Ómicron.

Entretanto, outros fatores adversos condicionaram a atividade e o comércio e exerceram pressões ascendentes sobre os preços. As tensões nas redes de produção mundiais intensificaram-se no decurso de 2021, tendo afetado sobretudo as economias avançadas de grande dimensão e o setor da indústria transformadora (especialmente a indústria automóvel). A turbulência no mercado imobiliário residencial da China e a maior restritividade da política monetária em algumas economias de mercado emergentes limitaram ainda mais a velocidade de recuperação. Por último, a subida dos preços das matérias-primas conduziu à acumulação de pressões inflacionistas em todo o mundo.

Espera-se que os estrangulamentos do lado da oferta comecem a atenuar a partir do segundo trimestre de 2022 e que se desvançam totalmente até 2023. A trajetória futura da pandemia continua a constituir o principal risco a afetar as projeções de referência para a economia mundial.

Zona do Euro

A economia da área do euro continua a registar uma recuperação. O crescimento apresenta uma moderação, mas esperase que a atividade recupere fortemente de novo no decurso deste ano. Prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna robusta. O mercado de trabalho está a melhorar, com mais pessoas empregadas e menos em regimes de manutenção de postos de trabalho. Tal apoia a perspetiva de um aumento do rendimento das famílias e do consumo. A poupança acumulada durante a pandemia também apoiará o consumo. A atividade económica apresentou uma moderação no último trimestre de 2021 e é provável que este crescimento mais lento se estenda ao início de 2022. Esperase agora que, no primeiro trimestre de 2022, o produto ultrapasse o nível registado antes da pandemia.

Embora a crise da COVID19 tenha continuado a pesar significativamente nas finanças públicas em 2021, as projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema mostram que o saldo orçamental segue já uma trajetória de melhoria. Tendo atingido um pico de 7,2% do PIB em 2020, estimase que o rácio do défice tenha caído para 5,9% em 2021 e projetase que continue a cair para 3,2% em 2022, estabilizando depois disso num valor ligeiramente inferior a 2% no final do horizonte de previsão em 2024.

Espera-se que o crescimento registre uma forte recuperação ao longo de 2022. As projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema de dezembro indicam que o crescimento real anual do PIB se situará em 5,1% em 2021, 4,2% em 2022, 2,9% em 2023 e 1,6% em 2024.

A inflação registou nova subida, situandose em 4,9% em novembro de 2021. Permanecerá acima de 2% durante a maior parte de 2022. Espera-se que a inflação permaneça elevada no curto prazo, mas que decresça no decurso de 2022. As projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema apontam para uma inflação anual de 2,6% em 2021, 3,2% em 2022, 1,8% em 2023 e 1,8% em 2024.

O Conselho do BCE considera que os riscos para as perspetivas económicas se apresentam globalmente equilibrados. As taxas de juro de mercado permaneceram globalmente estáveis desde a reunião de outubro do Conselho do BCE. A criação de moeda na área do euro aumentou em outubro de 2021, refletindo uma maior incerteza relacionada com a pandemia por COVID19 e medidas de apoio em termos de políticas.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2021 são os seguintes:

	Estimativa 2021	Ano 2020
Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto	4,8%	(8,4%)
Taxa de crescimento do Consumo Privado	5,0%	(7,1%)
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,9%	(0,1%)
Taxa de desemprego	6,6%	7,0%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,30%	0,41%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 4,8% em 2021, seguida de um crescimento de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia. O Produto Interno Bruto (PIB) retoma o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022, mas no final do horizonte permanece abaixo da tendência projetada antes da ocorrência da pandemia. O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro.

As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis. O balanço do BCE em percentagem do PIB da área do euro fixou-se em cerca de 70% no terceiro trimestre de 2021, 30 pp acima do valor pré-pandémico, o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP – *pandemic emergency purchase programme*). As taxas de juro de curto prazo aumentam ligeiramente a partir de 2023, mas mantêm-se muito baixas. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa permanece em torno de 2% no horizonte de projeção.

O setor a nível mundial²

A água está no centro do desenvolvimento sustentável, constituindo um recurso para todos. Este mesmo pressuposto está no centro do Objetivo 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030.

Não apenas para fazer frente às alterações climáticas, servindo como elo entre a sociedade e o meio ambiente, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, para a produção de energia e alimentos e para a construção de ecossistemas saudáveis. Em suma é crucial para a sobrevivência das espécies.

Todavia, a escassez deste bem tem tendência para se agravar até 2050. Este facto decorre não só do aumento da população mundial, como da procura cada vez maior dos segmentos industrial e doméstico, sobretudo nas economias emergentes.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdotsobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unic.org/pt/>

Significa, portanto, que é urgente promover o equilíbrio entre a oferta e disponibilidade deste recurso e a procura e necessidade das comunidades, em todo o mundo.

Paralelamente, o recurso água não pode ser visto isoladamente do saneamento, na medida em que, conjuntamente são vitais para a melhoria da saúde das populações, sobretudo através da redução a carga global de doenças, para a educação e para a produtividade e crescimento económico das regiões.

Aqui chegados, convém ter em mente que, três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável, mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico e que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano. Estes são factos indelmentáveis a que acrescem outros.

Apesar de, nas últimas décadas, se ter assistido a uma melhoria em alguns indicadores, de que é exemplo, a redução para metade do número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água, ainda se constata que, apenas, cerca de um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

Mesmo nas regiões desenvolvidas, apesar de existir acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Com efeito, poucas empresas no setor cobrem o nível de custos de operação e são poucas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Paralelamente, é urgente criar resiliência nos sistemas que possam resistir aos eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, sem descurar a fragilidade patente em regiões com níveis de escassez de água.

Todos estes desafios, para além de muito difíceis, são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o *World Bank Water Global Practise*, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: **i)** a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; **ii)** o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; **iii)** o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e **iv)** o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Para além do referido, e porque é globalmente aceite que a solução/resolução passa não só pela tecnologia, mas também pelas pessoas e pelos processos. Sendo este setor abundante em dados, mas com muitas lacunas de informação. O esforço neste âmbito é o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação se pretende e, conseqüentemente quais os dados necessários para produzir a mesma.

Em termos tecnológicos, um dos principais focos é a instrumentação, que instalada e implementada de forma adequada permite a correta operação e manutenção dos sistemas e com isso obter qualidade na informação.

A pandemia por COVID-19

A pandemia por COVID-19 levantou questões para o setor de abastecimento de água e saneamento globalmente. A velocidade e a extensão da propagação da pandemia fizeram com que as respostas a essas perguntas urgissem. Embora as operadoras forneçam os serviços num contexto nacional, as preocupações e os *insights* científicos e operacionais são relevantes além-fronteiras.

A Associação Internacional da Água (IWA) convocou uma *Task Force* de seus membros logo no início de 2020, para fornecer ao setor um ponto de referência oficial em relação às questões científicas e operacionais relevantes.

Apoiada por informações e contribuições fornecidas pelas concessionárias, a *Task Force* da IWA COVID-19 preparou orientações sobre as lições aprendidas durante a pandemia da COVID-19. O objetivo da orientação foi capturar as melhores práticas, para que as lições aprendidas pudessem ser implementadas durante as próximas fases de pandemia. Também ficou evidente que a experiência adquirida, permitirá às entidades operadoras dotar e aumentar a sua capacidade de resposta face a outras circunstâncias desafiadoras futuras.

Para além do referido, vários exemplos surgiram a nível mundial.

- A EurEau - Federação Europeia das Associações Nacionais dos Serviços de Água, que representa 70 mil entidades gestoras e meio milhão de profissionais do setor da Água, reagiu através da criação duma plataforma específica para troca de informações entre países permitindo, numa fase inicial, agilizar decisões essenciais ao setor, o que possibilitou uma reação eficaz.
- A Assembleia-Geral da EurEau reuniu periodicamente para fazer a comparação e partilha de dados sobre o estado de cada país a nível do abastecimento de água, tratamento de águas residuais e o impacto financeiro nas operações da Entidades Gestoras; ou
- A delineação de trabalho em rede com os Comitês Especializados da EurEau (EU1 - Água para Consumo Humano, EU2 - Águas Residuais, e EU3 - Economia e Legislação), que contam com a contribuição de elementos de cariz técnico dos vários países, entre os quais membros das Comissões Especializadas da APDA, de forma, a criar pontes e canais entre as diversas organizações.

As conclusões à data obtidas é que o setor da água no quadro europeu respondeu de uma forma eficaz, não se verificando anomalias significativas nos serviços, de que Portugal constitui um exemplo.

No universo do Grupo AdP merece especial referência a parceira estabelecida pela AdP Internacional com o Banco Mundial no projeto "COVID *Just-in-Time*", iniciativa que procura apoiar entidades gestoras de abastecimento e saneamento na resposta à emergência no contexto da pandemia por COVID-19, incluindo no seu âmbito um quadro de referência para a elaboração de Planos de Emergência de Operadores dos Serviços de Água e o apoio a operadores de diferentes países, principalmente em África e na América Latina.

O abastecimento e o saneamento em Portugal³

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
• 9,7 milhões de habitantes servidos	• 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
• 96% de alojamentos servidos	• 86% de alojamentos servidos
• 186 litros: consumo médio diário de água por habitante	• 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
• Tarifa média ponderada: 0,5519 EUR/m ³	• 86% de alojamentos servidos com tratamento
• Indicador Água Segura em Portugal Continental (alta): 99,53%	• 1,9 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	• Tarifa média ponderada: 0,5393 EUR/m ³

Dados RASARP 2021 - ERSAR

O ano de 2021 foi marcado pelo fim do período temporal do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

Este plano estratégico promovia, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

Com o término do Plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que passará a incluir no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050;
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face;
- Despacho n.º 5316 /2020, de 7 de maio: Cria o grupo de trabalho do plano estratégico para o setor de abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, para o período de 2021-2030 (GT PENSAARP 2030).

No contexto de Pandemia, Portugal, em linha com a União Europeia adotou um conjunto de medidas no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades do Grupo AdP. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020).

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptabilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

No sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (COVID-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo AdP era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

O ano de 2021 continuou marcado pela Pandemia. Já desde 2020 que o Grupo se preparou, quer no âmbito dos Planos de Contingência, quer nos planos operacionais e de emergência para a gestão dos riscos e das contingências inerentes a este tipo de situação, tendo garantido o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas estão desenvolvidos e implementados planos de contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus, elaborados de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde e integrando medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia e a redução de encargos associados constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em 2021, a frota operacional do Grupo AdP renovou a certificação energética ao abrigo do programa Move+ da ADENE. Neste âmbito, a frota operacional do Grupo, que integra viaturas movidas a combustível convencional e 100% elétricos, alcançou a classe de eficiência energética B, numa escala de F (menos eficiente) a A (mais eficiente). A estratégia de descarbonização do Grupo prevê que se alcance em 2030 a classe energética A.

Ainda integrado no Programa ZERO a AdP assinou a 22 de dezembro um protocolo de cooperação colaboração com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “*Business Ambition for 1.5°C*” da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2021 o Grupo AdP subscreveu o manifesto “Rumo à COP26” agora assinado por mais de 80 empresas-membro do BCSD Portugal, no âmbito da 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) que decorreu de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 em Glasgow.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

Enquadramento regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo tarifário e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade gestora de um sistema de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade das tarifas e dos tarifários com as disposições contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Com a publicação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, ocorreram alterações aos estatutos da entidade reguladora em matéria tarifária.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

Em 2021, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

O Grupo AdP manteve também durante o ano de 2021 a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destaca-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta do Guia Técnico n.º 27 – Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 4ª geração do sistema de avaliação em novembro de 2021.

Durante 2021, realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária para o segundo período tarifário dos SMM cujos contratos assim o determinavam, perspetivando que os mesmos se concluam até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro.

Sistemas Multimunicipais (AdNorte, AdDP, SIMDOURO, AdCL, AdVT, AdTA, SIMARSUL e AdA)

As entidades gestoras, pertencentes ao universo do Grupo AdP, Águas do Norte, S. A., (AdNorte), Águas do Douro e Paiva, S. A., (AdDP), SIMDOURO, S. A., (SIMDOURO), Águas do Centro Litoral, S. A., (AdCL), Águas do Vale do Tejo, S. A., (AdVT), Águas do Tejo Atlântico, S. A., (AdTA), SIMARSUL, S. A., (SIMARSUL) e a Águas do Algarve, S. A., (AdA), que são sistemas multimunicipais, exercem, através de contratos de concessão celebrados com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta.

As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, em alta, praticados por estes SMM são fixados pela ERSAR, sendo calculados com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para os SMM, as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário nos decretos-lei de constituição e respetivos contratos de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários, quando aplicáveis, com base na taxa de inflação (IHPC).

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre os sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR.

Nos termos dos contratos de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

As tarifas, os rendimentos tarifários, quando aplicáveis e a CTA aplicados na faturação durante o ano de 2021 pelas entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR. Nos termos da legislação, o Concedente aprovou as tarifas a aplicar pelos SMM durante 2021.

Os contratos de concessão determinam que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2021, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,30%.

Os diplomas constituintes das agregações e cisões de SMM estabelecem a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais das empresas, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2021 estavam registados, nas contas do Grupo AdP, cerca de 520,8 milhões de EUR de DRG de natureza deficitária e cerca de 91,8 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes das atividades dos vários SMM.

Parcerias Estado-Autarquias (AdAM, AdRA e AdNorte - em baixa e AgdA - em alta)

As entidades gestoras, Águas do Alto Minho, S.A. (AdAM), Águas do Norte (AdNorte), AdRA - Águas da Região de Aveiro, S. A., (AdRA) e AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S. A., (AgdA), que são sistemas municipais, exercem, através de contratos de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta ou em "baixa", celebrados no contexto de parcerias entre o Estado e as autarquias.

Estas parcerias regem-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.º 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

Estas entidades gestoras estão sujeitas a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo dos contratos de parceria outorgados, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas, em alta ou em baixa, nos termos dos contratos de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

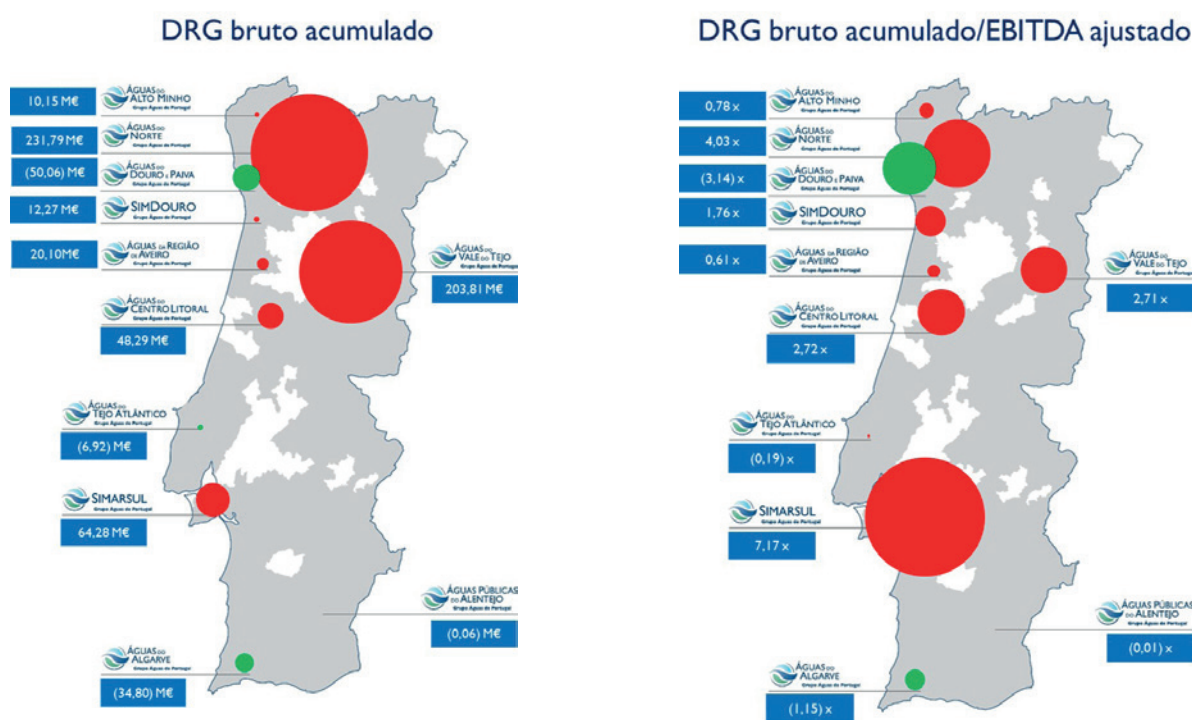
Estas entidades gestoras são reguladas por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante 2021, as tarifas aplicadas na faturação pelas entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pelas Comissões de Parcerias.

Os contratos de parceria geram a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

Os contratos destas entidades gestoras estabelecem que têm direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2021, estavam registados nas contas do Grupo AdP cerca de 69,8 milhões de EUR de DRG de natureza deficitária, decorrentes da atividade dos sistemas municipais explorados em regime de parceria entre o Estado e as autarquias.



Outros sistemas de titularidade estatal

AdSA

A Águas de Santo André, S. A., (AdSA) exerce, através do contrato de concessão celebrado com o Estado, atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta e em baixa, e de tratamento de resíduos industriais, na zona industrial de Sines e na freguesia de Santo André, no município de Santiago do Cacém.

A AdSA não constitui um sistema multimunicipal. Por ser um sistema de titularidade estatal encontra-se sujeita à mesma intervenção da ERSAR que aqueles sistemas.

As tarifas praticadas por esta entidade gestora são aprovadas pela ERSAR, sendo considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento, líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento, e a remuneração acionista.

O contrato de concessão determina que a remuneração acionista a recuperar, por via tarifária, seja estimada com base no valor dos capitais próprios a uma taxa equivalente às das OT a dez anos, acrescida de uma margem mínima de 3%. Para esta entidade gestora, tratando-se de uma remuneração mínima, não se contabilizando qualquer DRG.

EPAL

O modelo de exploração da EPAL assenta numa gestão delegada pelo Estado, e abrange a atividade de abastecimento público de água em alta a 34 concelhos (excluindo Lisboa) e em baixa, no concelho de Lisboa.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração, bem como os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Em 2015, foi delegada à EPAL a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento, concessionado à AdVT.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR, no que respeita à fixação de tarifas a praticar, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 60/2012, de 14 de março, e n.º 130/2012, de 22 de junho, e demais legislação e regulamentação complementares, tendo em consideração as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL, bem como os contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve: **(i)** refletir os riscos específicos acrescidos, associados à gestão do sistema de gestão delegada; **(ii)** ter por referência o financiamento de projetos equivalentes em condições de mercado; e **(iii)** atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

A taxa incide sobre o conjunto de bens e meios e a capacidade das infraestruturas existentes que se encontrem afetos às atividades de serviço público da EPAL, por razões de segurança e de fiabilidade, integram a base de ativos relevante e necessária da EPAL, sendo valorizados de acordo com o valor contabilístico registado nas últimas contas aprovadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela AdVT e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em alta entre as duas entidades gestoras para cada período quinquenal. Deste regime decorre uma CTA a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela AdVT.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2015–2020, a preços constantes, bem como a CTA, a preços constantes, que acresce às tarifas praticadas pela EPAL em alta

e que é repercutida nos clientes em baixa da empresa. A atualização destas tarifas está sujeita à avaliação e emissão de parecer por parte da ERSAR.

As tarifas e a CTA aplicadas na faturação pela EPAL durante o ano de 2021 foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pelo Concedente.

Regulação da qualidade do serviço

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

O volume 1 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado pela ERSAR em janeiro de 2021.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet das entidades gestoras.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP que prestam atividades de abastecimento público de água estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, as entidades gestoras devem elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, as entidades gestoras implementam o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega e na torneira do consumidor realizado pelas entidades gestoras são também incluídos no RASARP.

O volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi divulgado pela ERSAR em setembro de 2021.

Em 2021, as entidades gestoras continuaram a implementar as orientações emitidas pela ERSAR, no sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (COVID-19).

Regulação da interface com o utilizador

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

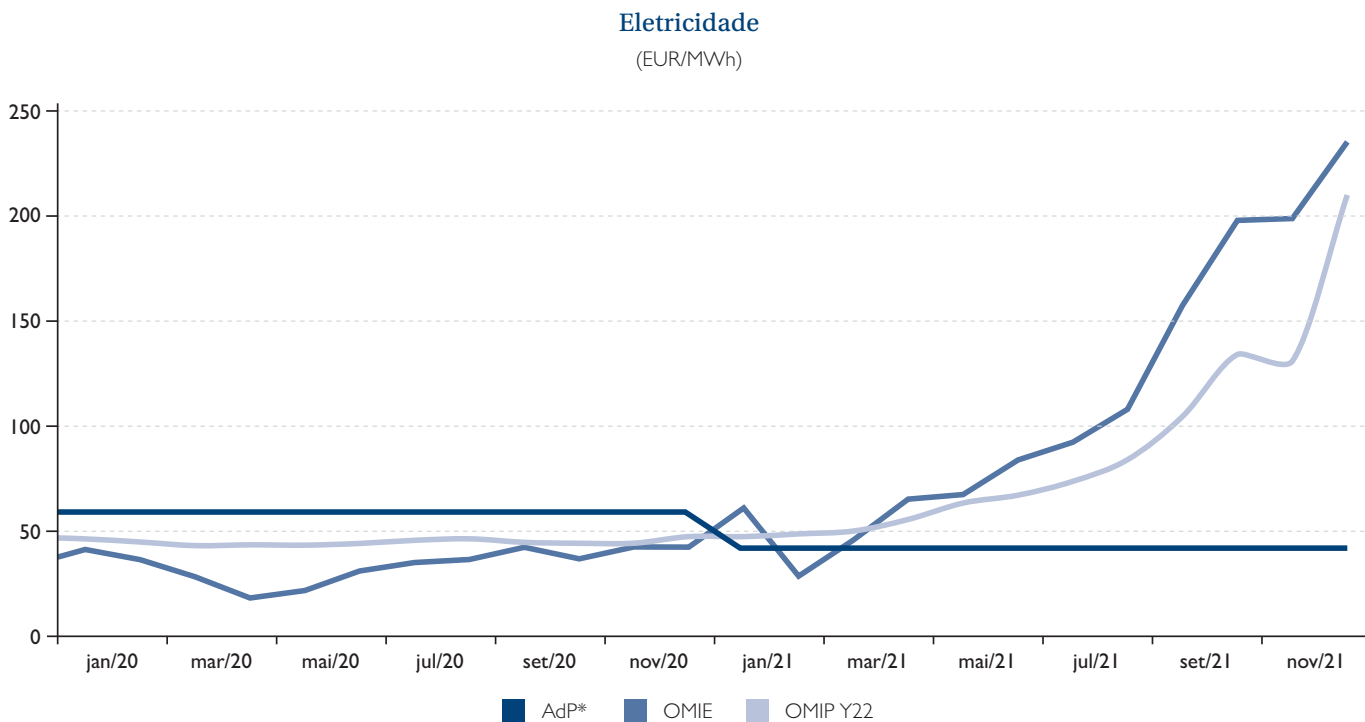
Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito as entidades gestoras dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet das entidades gestoras.

A energia no Grupo AdP

O preço da energia elétrica em Portugal

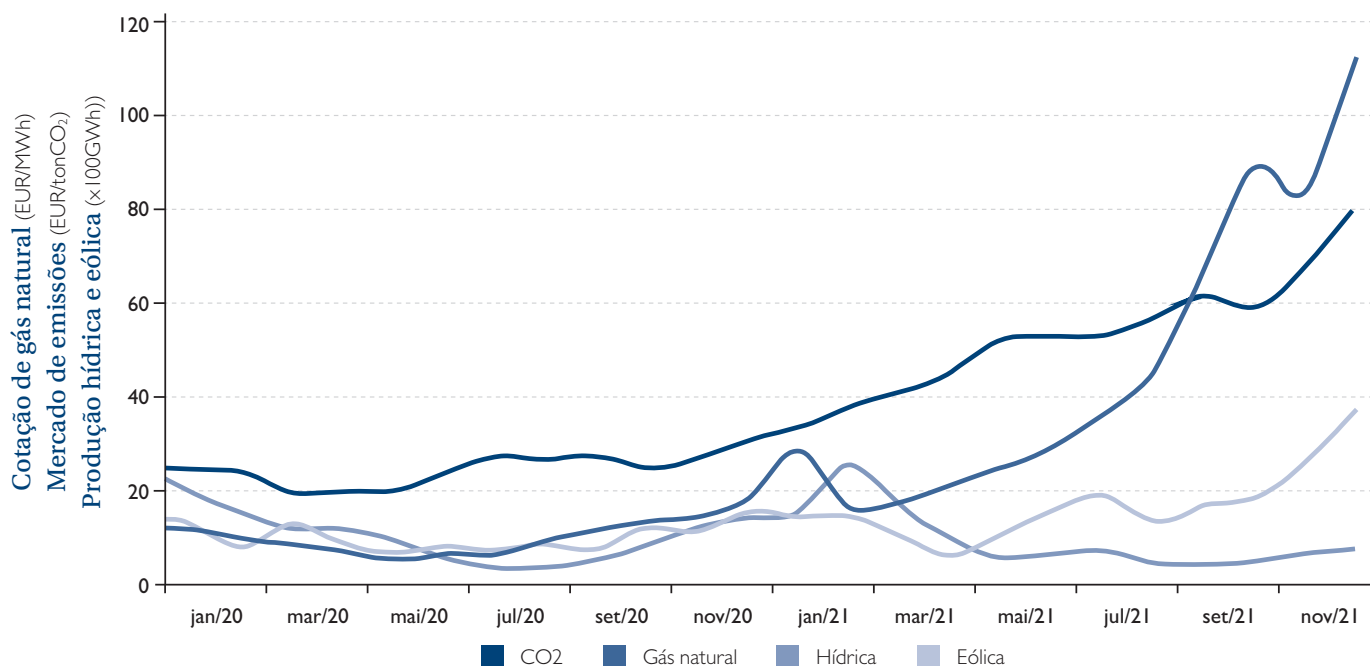
Em 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (de 33,99 €/MWh em 2020), tendo as cotações no OMIE atingido valores máximos históricos, em particular ao longo do 2.º semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia no mercado ibérico nos anos de 2020 e 2021.



* Valor médio contratual, descontado das perdas de rede

Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destacam-se o aumento quase exponencial do preço do gás natural (+364,7%) e o aumento da cotação média do CO₂ (+116,0%), que atingiram valores máximos históricos de 138,48 EUR/MWh e de 89,00 EUR/ton CO₂ para as cotações do gás natural e do CO₂, respetivamente.



Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	111,99	33,99	229,5%
Alemanha	96,85	30,47	217,8%
França	109,17	32,20	239,0%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2022, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	90,04	44,51	102,3%
Alemanha	90,15	43,67	106,9%
França	96,68	46,09	109,8%

No ano de 2021, o consumo nacional foi de 49 512 GWh, superior em 1,4% face a 2020. De notar que 2020 foi o ano com menor consumo da década em resultado do confinamento provocado pela pandemia do COVID-19.

O consumo foi satisfeito em 59,7% com produção de origem renovável, ligeiramente superior aos 59,0% verificados em 2020. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -4,8% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,93 (-4,1% face a 2020) - e a produção de energia eólica foi de +7,1%.

A produção térmica, entre 2020 e 2021, apresentou um decréscimo de 11,6% no gás natural e um decréscimo de 18,2% na cogeração, também a produção com base em carvão reduziu em 67,5%, sendo de apenas 1,4% a sua importância no consumo de 2021. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 9,6% do consumo, superior ao verificado em 2020, 3,0%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2021 foi de 15,67° C, inferior em 0,55° C relativamente a 2020, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

De acordo com a ERSE, em 2021 as TAR subiram apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%). Em 2022 as TAR terão uma redução muito significativa: -94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta do facto dos CIEG (Custo de Interesse Económico Geral) se traduzirem em 2022 num benefício para o sistema.

Em 2020, o Grupo celebrou um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE - para 2021 e 2022 - com uma redução média de -30,7% face ao contrato vigente em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020.

O ano de 2021 ficou marcado por uma subida ímpar dos preços de energia, o que impediu o sucesso da contratação antecipada do Grupo com um preço base exigente, que se materializou em 2 processos de concurso, obrigando ao lançamento de um terceiro concurso sem preço base, mas apenas por um ano, de que resultou o atual valor contratualizado (+163,7% face ao contrato terminado em 2021).

Em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado entre 2020 e 2022, fruto de uma redução acentuada em AT, MT, e BTE no fornecimento em 2021 e 2022 (obtido através de concurso de compras centralizadas que teve como inovação apresentar

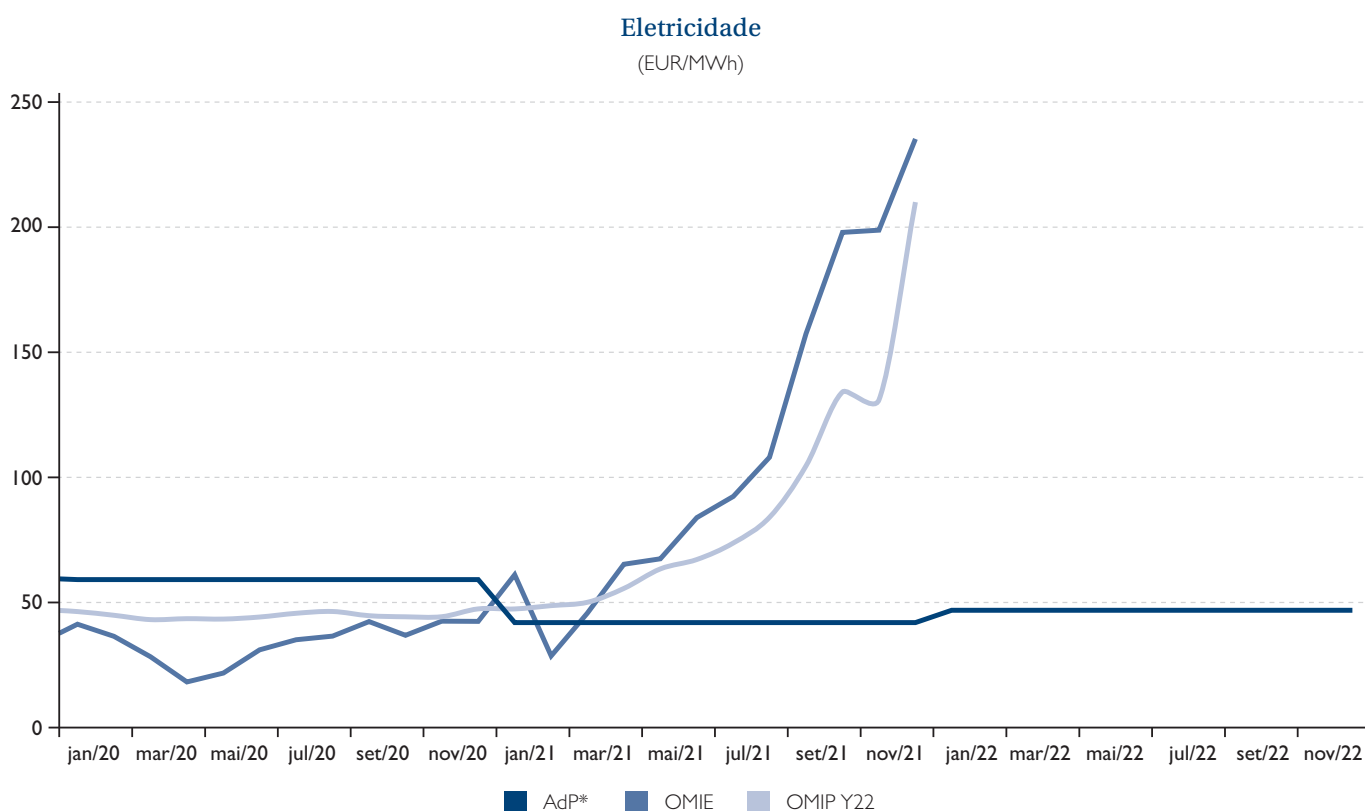
preço base) e de um aumento em BTN no fornecimento para 2022, acompanhado da forte redução das TAR em 2022, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo se reduza em 33,58 milhões de EUR entre 2020 e 2022 (-44,9%).

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

O ano de 2021 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo originado pelas poupanças acumuladas, à evolução dos preços das matérias-primas e da energia, com estrangulamentos nas cadeias de abastecimento na sequência da reabertura das economias. A partir de meados de 2021 essa evolução acentuou-se, e foi mais evidente para o preço do gás natural, que no mês de dezembro de 2021 registou um valor médio 999,0% superior ao valor médio registado do ano de 2020. Este aumento deve-se sobretudo às restrições à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa. No conjunto do ano de 2021, o preço do gás natural registou um aumento de 364,7%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre. Em resultado, no ano de 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (tendo sido 33,99 €/MWh em 2020).

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE, o preço do futuro de energia para 2022 (OMIP Y22) e a curva dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022.



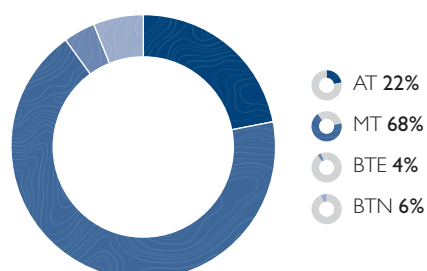
* Valor médio contratual, descontado das perdas de rede

Refira-se que, com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram entre 2021 e 2020, cifrando-se neste ano em 736,37 GWh (-1,3% do que em 2020).

Destes, 710,07 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -1,6% do que em 2020 e 26,30 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+7,8% do que em 2020). Este valor de 710,07 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 708,12 GWh e do fornecimento pela REN no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação de 1,95 GWh.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2021 por nível de tensão: 22,0% em alta tensão (AT), 68,0% do consumo é em média tensão (MT), 3,8% em baixa tensão especial (BTE) e 6,2% em baixa tensão normal (BTN).

Consumo da RESP do Grupo em 2021 por nível de tensão



No ano de 2021 merece destaque a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2021 apontam para uma produção de 36,60 GWh/ano (+2,5% face a 2020). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 5,0% do seu consumo total de energia (foi de 4,8% em 2020).

Registo ainda para a produção de energia para venda à RESP que, em 2021, totalizou 10,30 GWh (-8,8% do que em 2020).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 699,77 GWh, que representa uma variação de -1,5% do que em 2020, em que o saldo foi de 710,30 GWh.

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.858 toneladas, o que representa um aumento de -282 toneladas face a 2020 (+-3,1%).

Em termos nacionais e relativamente a 2021, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2021, 6.513 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 999 em Média Tensão, 384 em Baixa Tensão Especial e 5.121 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +0,9% face a 2020 (+60 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.239 registaram consumos durante o ano de 2021, representando 95,8% ativos.

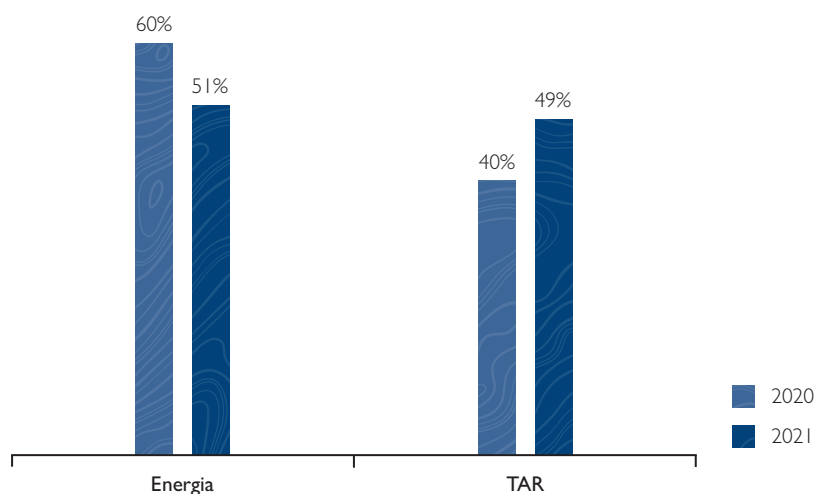
Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2021 os 61,67 milhões de EUR (-18,0% do que em 2020), que corresponde a cerca de -13,53 milhões de EUR face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do preço médio de compra de energia (-17,3%) e da diminuição do consumo da RESP (-1,6%).

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2021 foi cerca de 86,60 €/MWh (foi de 104,70 €/MWh em 2020), correspondendo a uma redução média de -17,3% face a 2020, representando o custo de aquisição de energia 51,1% (versus 60,1% em 2020).

Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 44,4 l e 62,32 €/MWh, para 2021 e 2020, respetivamente (-28,7%).

Fatura (milhões de EUR)



Para o ano de 2022 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 31 de dezembro de 2022 para todos os níveis de tensão) o valor médio deverá situar-se em torno dos 57,38 €/MWh (*versus* 86,60 €/MWh em 2021 e 104,7 €/MWh em 2020), representando uma redução face a 2021 de -33,7%, maioritariamente influenciado pela descida das tarifas de acesso a redes; a combinação da descida do preço da energia de mercado verificada entre 2021 e 2020 e a descida das tarifas de acesso a redes entre 2022 e 2021 representa uma redução do preço médio do Grupo AdP entre 2022 e 2020 de -45,2%.

Os valores estimados para 2022 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Existe uma correlação direta entre os consumos e a atividade; refira-se que os dados apurados até à presente data apontam para um volume de caudais fornecidos de água para consumo humano e caudais tratados de águas residuais, que geram despesas com consumo de energia elétrica, de 1 235,3 milhões de m³ (+1,2% do que em 2020), sendo diferenciada entre as atividades, uma vez que se registou um aumento de +1,3% nos caudais de água (680,5 *versus* 671,5 milhões de m³) e um aumento de +0,9% nos caudais de saneamento (554,8 *versus* 549,6 milhões de m³).

Assim, os dados preliminares globais do consumo específico apontam para uma variação de -9,5% face a 2020 (0,596 l kWh/m³ em 2021, *versus* 0,6590 kWh/m³ em 2020), estimando-se que seja de 0,6654 kWh/m³ e de 0,5111 kWh/m³ para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respetivamente.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2021, os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,1 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 176 mil litros de combustíveis de origem fóssil e que representa uma redução de 593 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,4% (-86,47tep), e o consumo elétrico foi de 299 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -395 toneladas (-84,5%).

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

No ano de 2021 a frota automóvel do Grupo AdP (1 436 veículos) consumiu cerca de 2,8 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) e que representa uma variação de 11,1% face a 2020 – primeiro ano da pandemia e em que foram consumidos 2,50 milhões

- e uma variação de -2,9% face a 2019 (onde se consumiram 2,9 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 7 579 l/dia (em 2020 o consumo médio diário foi de 6 803 l/dia, tendo sido de 7 806 l/dia em 2019).

O consumo de combustíveis em 2021 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,0 milhões de EUR (sem IVA incluído) que representa uma variação de +25,1% face a 2020 (2,381 milhões de EUR, sem IVA incluído) e de 4,4% face a 2019 (2,856 milhões de EUR, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero – e comparando os valores de dezembro de 2021 com os valores de dezembro de 2020, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 29,2 cents/l (+22,7%) para o gasóleo e de 28,0 cents/l (+19,4%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +9,1% no gasóleo e de 7,9% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2021 cerca de 34,1 milhões de km (o que representa cerca de 850 vezes o perímetro da Terra).

A estratégia do Grupo AdP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um *mix* integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em dois períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de EUR, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

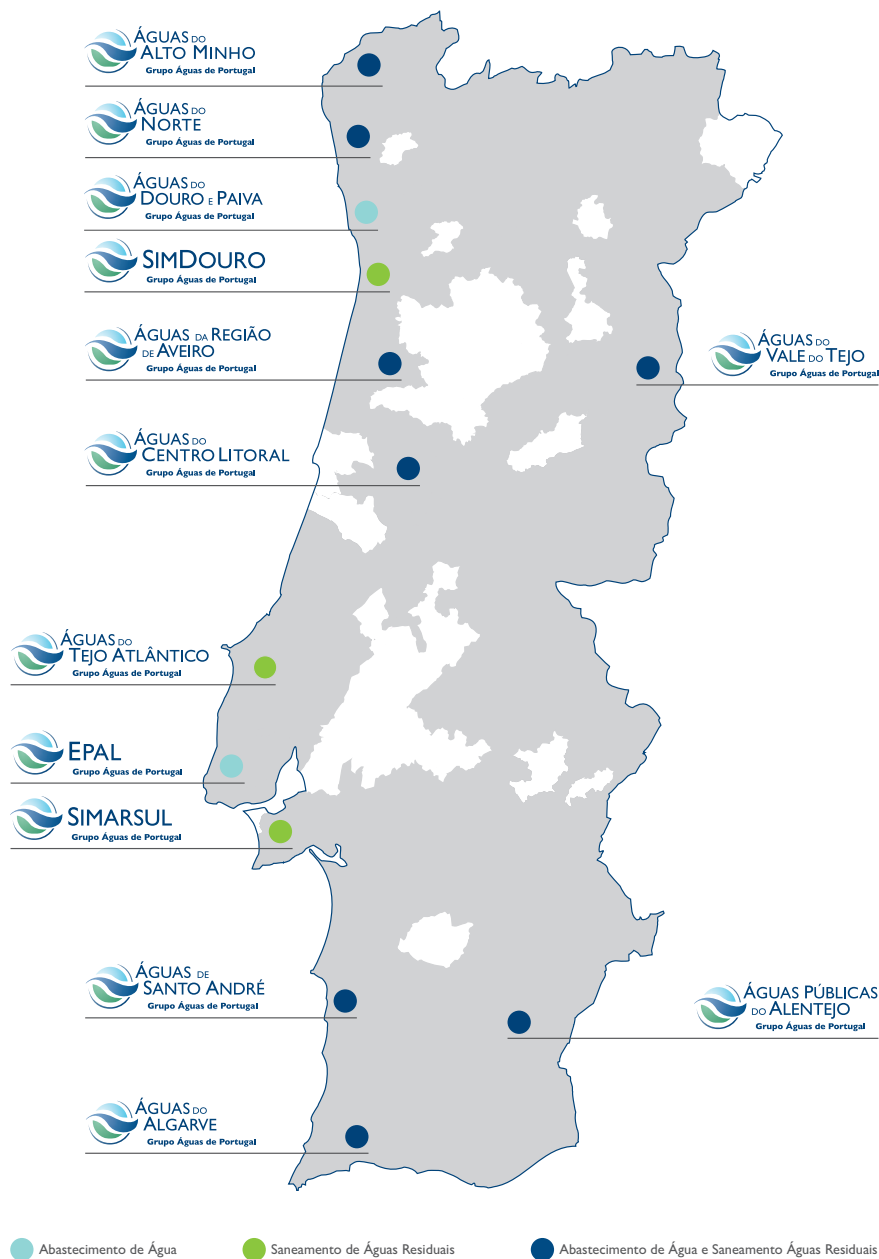
Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

Atividade de abastecimento e saneamento

Entidades gestoras

No final de 2021, a distribuição geográfica das entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP era a seguinte:



Indicadores

População e municípios

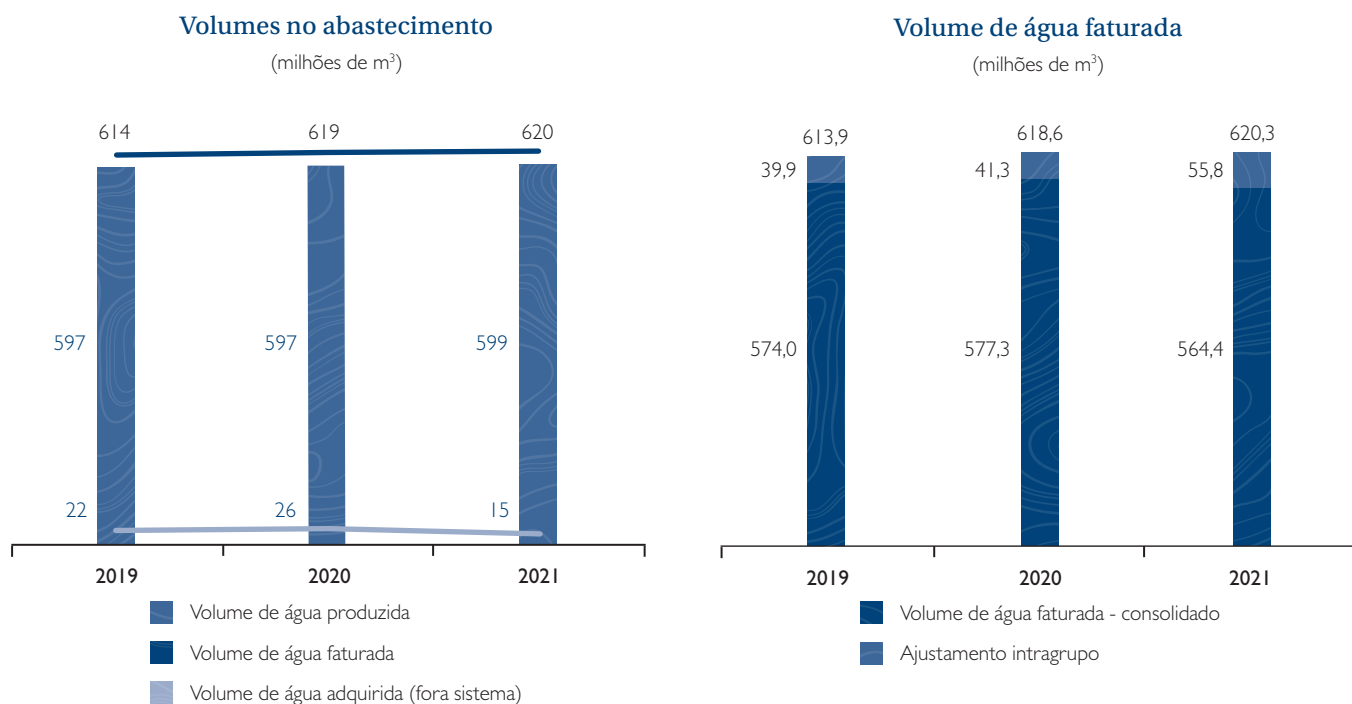
No final de 2021, o Grupo AdP integrava 13 entidades gestoras, que prestavam serviços de abastecimento público de água em 219 municípios e serviços de saneamento de águas residuais em 222 municípios. Considera-se, para este efeito, quer os serviços em alta quer os serviços em baixa. Os serviços de abastecimento e de saneamento prestados pelo Grupo AdP abrangem uma população superior a 8 milhões de habitantes.

Volumes

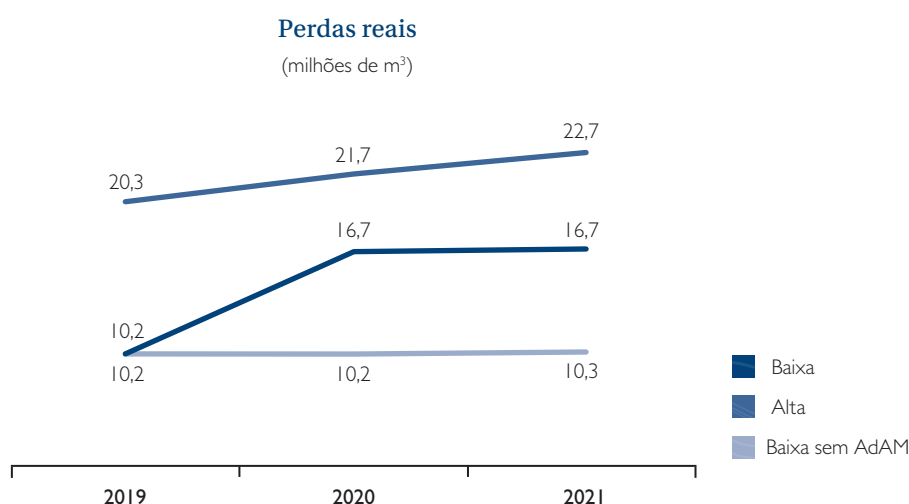
Abastecimento

O volume de água para consumo humano (consolidado) faturado aumentou 0,3%, fixando-se em 620 milhões de m³, tendo-se registado uma variação de -1,3% no somatório do volume de água produzida (nas instalações próprias) e adquirida (bruta e tratada), que representa total do volume Entrado em Sistema.

O balanço hídrico retrata a seguinte evolução para o conjunto dos sistemas:



De 2020 para 2021 o aumento do valor intragrupo, deve-se ao 1º ano completo de operação, em que a empresa Águas do Alto Minho (AdAM), adquiriu água tratada à empresa Águas do Norte (AdNorte).

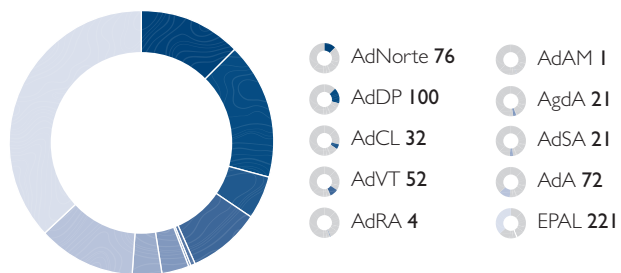


No gráfico acima está evidenciada também a trajetória de perdas com exclusão da empresa AdAM, por forma a tornar a análise comparável com o histórico, dado que 2020 foi o primeiro ano de atividade.

No que respeita ao abastecimento de água para consumo humano, os valores incluem o segmento de distribuição (baixa), e permitem estimar uma captação média nos Municípios já servidos de, cerca de, 199 litros por dia por habitante servido, valor inferior aos 202 litros por dia por habitante registado em 2020.

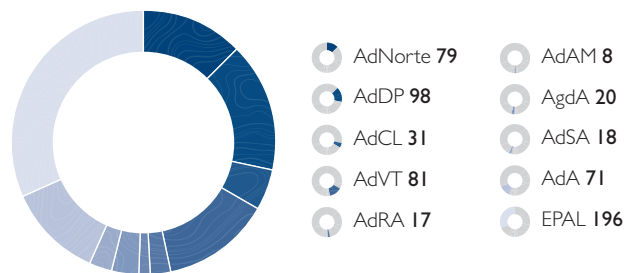
Água produzida em 2021

(milhões de m³)



Água faturada em 2021

(milhões de m³)

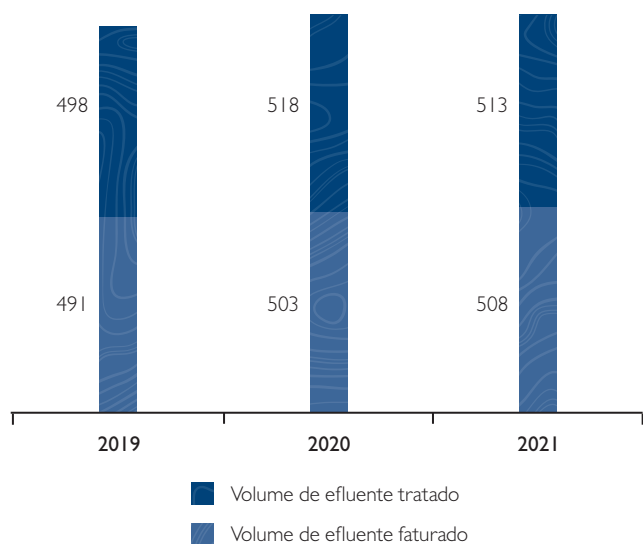


Relativamente ao saneamento, o volume de efluente tratado foi de 513 milhões de m³, que reflete uma redução de 1,1 % face a 2020. O volume faturado aumentou 0,9%. Dá-se nota de que a faturação neste segmento é condicionado pelos rendimentos mínimos em prática em algumas empresas do grupo.

Na totalidade dos sistemas, a evolução do triénio foi a seguinte:

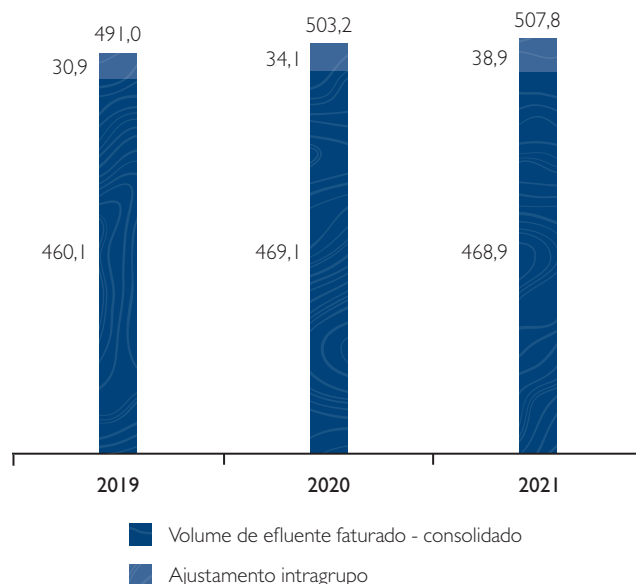
Volumes no saneamento

(milhões de m³)



Volume do efluente faturado

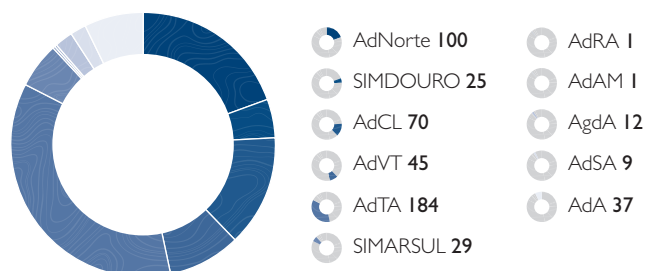
(milhões de m³)



A capitação média relativamente às águas residuais, referente aos Municípios já servidos, cifra-se em aproximadamente 221 litros por dia por habitante, que representa uma redução de 2,6%, face a 2020, uma vez que este indicador é calculado com referência ao volume total tratado.

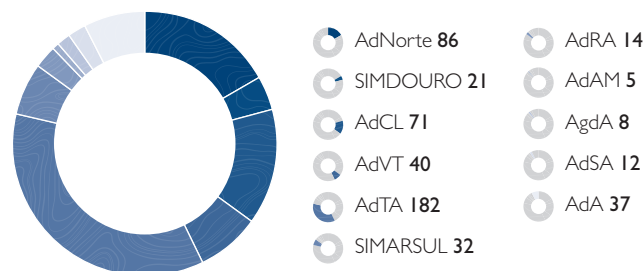
Efluente tratado em 2021

(milhões de m³)



Efluente faturado em 2021

(milhões de m³)



Proveito médio

O proveito médio das atividades de abastecimento e saneamento em alta e em baixa, calculado pelo quociente do volume de negócios faturado das respetivas atividades, e pelos caudais utilizados na respetiva faturação, teve a seguinte evolução:

Proveito médio abastecimento em alta

(€/m³)

0,5441 0,5521 0,5556

2019 2020 2021

Proveito médio saneamento em alta

(€/m³)

0,5903 0,6079 0,6110

2019 2020 2021

Proveito médio abastecimento em baixa

(€/m³)

1,6263 1,7881 1,7947

2019 2020 2021

Proveito médio saneamento em baixa

(€/m³)

1,8730 1,9093 1,8633

2019 2020 2021

A reestruturação organizacional do Grupo, iniciada em 2016, e que teve efeito a partir de 1 de janeiro de 2017, mantém a harmonização tarifária entre sistemas através de: (i) recurso a mecanismos de solidariedade regional (a CTA) e Fundo Ambiental (financiado por uma componente na taxa de recursos hídricos), (ii) manutenção das sinergias de exploração identificadas nos sistemas multimunicipais agregados, e (iii) racionalização dos investimentos.

Investimento

O Grupo AdP desenvolveu investimentos no valor de 155,8 milhões de EUR durante o ano de 2021, dos quais 139,5 milhões de EUR na construção ou remodelação de infraestruturas de abastecimento ou de saneamento.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Investimento anual	194,6	69,7	94,7	133,8	161,2	130,7	155,8

MEUR

Nota: O investimento de 2019 inclui a reclassificação contabilística da Barragem de Odelouca de 14,7 MEUR

O quinquénio de 2017-2021, que agora termina, testemunhou uma subida significativa do ritmo do investimento anual do Grupo AdP na construção ou remodelação de infraestruturas. Tomando como referência o ano 2016, ponto de partida para o quinquénio, o investimento verificado em 2021, último ano do mesmo, significou um incremento da ordem de 105%.

O investimento mais do que duplicou, portanto, neste período, o que implicou um assinalável esforço por parte das empresas e deve ser realçado. As circunstâncias não permitiram, contudo, que a curva do crescimento assumisse um perfil muito homogéneo, constatando-se que a subida para mais do dobro face a 2016 ocorreu num curto espaço de três anos, até 2019, ano em que foi atingido, mesmo que por escassa margem, o mais elevado montante de investimento do quinquénio.

O irromper da pandemia por COVID-19 em inícios de 2020 veio alterar substancialmente o contexto global e, ainda que o setor da construção em Portugal não tenha sido dos mais gravemente atingidos pela crise pandémica, como é do domínio público, os efeitos estiveram longe de ser despidiendos no desenvolvimento do investimento das empresas do Grupo AdP. Autorizações demoradas de entidades terceiras, concursos de empreitada sem concorrentes, obras que tiveram que ser suspensas por períodos longos, obras que não pararam, mas registaram atrasos muito significativos, vários foram os condicionalismos que levaram a uma redução global da atividade, traduzida numa quebra de 15% no investimento realizado em 2020 face ao ano anterior.

Ainda que a pandemia se tenha prolongado ao longo do ano 2021, foi possível uma melhor adaptação de todos os atores envolvidos aos constrangimentos verificados, o que se refletiu numa relevante recuperação do ritmo de realização do investimento, tornando possível um regresso aproximado aos níveis de 2019.

Cumprе salientar, contudo, que as condições desfavoráveis ao desenvolvimento do investimento não se limitaram à crise de saúde pública, existindo um outro fator de peso considerável que com ela coexistiu no tempo e que aliás lhe sobreviveu e veio posteriormente a agravar-se e a provocar particular alarme público já depois de 2021, com a guerra na Europa. Efetivamente, a subida dos preços no mercado das obras públicas e da construção em geral, bem acima da inflação global, é um fenómeno que vem de trás e se tem afirmado progressivamente. A volatilidade e a imprevisibilidade do perfil deste crescimento dos custos criou uma significativa instabilidade para todos os agentes envolvidos, ao tornar pouco confiáveis as estimativas de custos, nomeadamente a orçamentação dos projetos de engenharia que estão na base dos concursos de empreitada lançados. De acordo com as regras da contratação pública, deve o dono da obra publicitar, aquando do lançamento de cada concurso, o valor máximo que está disposto a aceitar para a realização da obra respetiva, o qual, em termos de boas práticas e da boa gestão, deverá ser realista, mas contido. A busca de um justo equilíbrio, neste contexto instável, é um exercício particularmente difícil e acabou por traduzir-se nos dois últimos anos num número alarmante de casos de concursos de empreitada sem propostas válidas, forçando ao relançamento dos concursos, com os grandes atrasos correspondentes.

É incontestável que os últimos dois anos do quinquénio em causa apresentaram desafios muito particulares e impactantes no domínio do investimento, perante os quais se considera que as empresas do Grupo AdP revelaram grande resiliência e capacidade de resposta, com especial ênfase para o ano 2021.

No quadro abaixo, está patente a discriminação do investimento em novo versus investimento de substituição:

	MEUR						
Tipo de investimento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Novo	109,8	34,8	54,4	81,2	84,2	65,9	71,0
Reabilitação/substituição	43,0	33,4	37,6	47,3	58,4	55,4	68,5
Total	152,8	68,2	92,0	128,5	142,6	121,3	139,5

Os primeiros anos de vida de cada uma das empresas gestoras, no seio do Grupo AdP, constituíram períodos de forte investimento em obra nova, com vista à construção ou extensão dos sistemas de abastecimento ou saneamento. Naturalmente houve também investimento de substituição nessa fase, para reabilitar ou adaptar infraestruturas municipais que tenham sido integradas, mas não foi este o tipo de investimento então predominante.

No tempo presente, pelo contrário, a reabilitação ou remodelação de infraestruturas assume uma importância crescente, visto o inevitável envelhecimento das mesmas. O combate a este inelutável fenómeno faz-se por duas vias que se completam: os procedimentos de manutenção e os investimentos de substituição. A otimização do processo ao longo do tempo consegue-se por via do adequado equilíbrio entre as duas.

Em todo o caso, a relevância cada vez maior do investimento em reabilitação no seio do Grupo AdP não significa que o investimento em obra nova tenha desaparecido, e esta componente teve grande relevância em várias empresas no ano 2021, como sejam os casos da Águas da Região de Aveiro, Águas do Centro Litoral, Águas do Vale do Tejo ou, com grande expressão, Águas Públicas do Alentejo, no âmbito do completamento dos sistemas ou na sua extensão.

Mas com o correr dos anos assistir-se-á a uma natural minguagem progressiva de obras novas por realizar, à medida que a infraestruturização do território abrangido pelo Grupo AdP se torna progressivamente mais completa, finalizando assim o forte ciclo de investimentos

que tornou possível mudar num espaço de um quarto de século a face do país no que ao setor da água diz respeito. Cabe às empresas manter essas infraestruturas em boas condições de funcionamento ao longo do tempo, naquela que constitui talvez a vertente mais nobre, mas também mais discreta da sua atividade.

A evolução descrita é acompanhada por uma progressiva redução da dimensão média dos investimentos individuais e por uma comparativamente maior complexidade, o que se torna compreensível face à natureza das intervenções de reabilitação, muitas vezes dispersas e atomizadas. O ano de 2021 foi um bom exemplo deste fenómeno, com a implementação de um grande número de obras de dimensão pequena a média e a quase inexistência de empreitadas que se possam considerar de grande vulto face ao histórico do Grupo.

Entre as empreitadas de investimento em obra nova com relevo em 2021 podem salientar-se a Nova Reserva do Barlavento, a cargo da Águas do Algarve, a ETAR da Comporta, a Adução a Alvalade e a Adução a Ermidas do Sado e Fornalhas Velhas, da Águas Públicas do Alentejo, a Ligação do Sistema da EDIA à ETA do Monte Novo, da Águas do Vale do Tejo, bem como a 2ª Fase do Intercetor do Tâmega ou a ETAR de Terras de Bouro, da Águas do Norte. No que respeita às empreitadas de investimento de reabilitação, poderão enfatizar-se a 1ª Fase da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas, da Águas do Tejo Atlântico, a Substituição e Reforço do Sistema Adutor até à ETA de Insalde, da Águas do Norte, bem como a 2ª Fase da Remodelação da ETA do Caia ou a Substituição da Conduta de Penamacor, a cargo da Águas do Vale do Tejo.

Naturalmente, assume também relevância a distribuição do investimento entre as áreas do abastecimento de água e do saneamento, cuja evolução se apresenta no quadro abaixo:

	MEUR						
Área de atividade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abastecimento de água	50,2	32,4	44,4	55,4	68,0	62,0	70,2
Saneamento de águas residuais	102,6	35,9	47,6	73,1	74,6	59,3	69,3
Total	152,8	68,2	92,0	128,5	142,6	121,3	139,5

Poderá observar-se que a lista das empreitadas mais significativas apresentada mais acima contém sobretudo obras de abastecimento de água, tal como sucedido em 2020, mas essa constatação não se reveste de especial significado e o que releva para o efeito são os números globais do quadro.

Em termos históricos, e correspondendo às prioridades em termos do serviço às populações, o abastecimento aparece naturalmente como a componente que responde à necessidade mais imediata. Não é, portanto, de estranhar que nos primeiros anos da sua atividade o Grupo AdP como um todo tenha feito incidir boa parte do esforço de investimento no abastecimento de água. Numa visão forçosamente muito global, e sem esquecer que há duas empresas no Grupo só com a componente de abastecimento (Águas do Douro e Paiva e EPAL) e três só de saneamento (SIMDOURO, Águas do Tejo Atlântico e SIMARSUL), verifica-se que com o passar do tempo a situação global se foi equilibrando e depois invertendo, num processo de evolução natural.

Assim, em termos macro, à referida primeira fase sucedeu-se uma segunda que também tende para a conclusão. Neste momento a análise como um todo, baseada em grandes tendências, tornou-se progressivamente menos relevante e a visão casuística ganha proeminência, até porque a regularidade da evolução é afetada por um universo global de investimento sensivelmente reduzido face ao passado do Grupo.

Se a atenção for concentrada nas empresas com maior investimento em 2021, entre aquelas que têm componentes de abastecimento e de saneamento em simultâneo, constata-se que existiu no ano um razoável equilíbrio entre as duas componentes nos casos da Águas do Norte e Águas do Algarve, mas um peso grande do abastecimento na Águas do Vale do Tejo e na Águas Públicas do Alentejo e a situação oposta na Águas da Região de Aveiro e na Águas do Centro Litoral.

Fundos comunitários

No final de 2021, encontravam-se aprovadas 134 candidaturas no âmbito do ciclo urbano da água do POSEUR (Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) 2014–20 / PORTUGAL 2020, sendo que 30 operações estão já concluídas, para um investimento global de, cerca de, 273,9 milhões de EUR, para os quais se prevê uma comparticipação comunitária de 186,3 milhões de EUR.

Os subsídios a fundo perdido, aprovados no âmbito dos fundos comunitários, continuam a privilegiar os investimentos promovidos nos sistemas multimunicipais e parcerias de constituição mais recente, cuja necessidade de comparticipação a fundo perdido se prende com o objetivo de assegurar no território nacional, uma coesão tarifária entre sistemas.

Candidaturas ao POSEUR 2014-2020 (Ciclo Urbano da Água), aprovadas até 31/12/2021

Fundos Comunitários	Nº Candidaturas		Investimento Total (1)	Subvenção Prevista (2)	Compartic. Implícita (3)=(2)/(1)	Subvenção já recebida	Subvenção recebida durante 2021
	Aprovadas	Concluídas					
AdNorte (*)	59	5	42,3	26,9	64%	19,4	2,7
AdAM	19		35,4	19,0	54%	10,7	7,8
AdDP	1		2,0	1,0	49%		
AdCL	3	1	14,9	5,8	39%	0,7	
AdRA	21	18	28,7	16,8	59%	15,8	1,5
EPAL	1	1	13,8	6,4	46%	5,4	
AdVT	4	2	5,1	3,4	67%	2,8	0,2
AdTA	3	1	2,0	1,6	79%	1,0	0,3
SIMARSUL	1	1	1,2	0,8	64%	0,7	
AdSA	1		1,9	1,6	85%	0,8	
AgdA	14	1	85,4	70,9	83%	63,1	8,8
AdAlgarve	7		41,2	32,3	78%	29,2	1,6
	134	30	273,9	186,3	68%	149,5	22,9

(*) Nas 57 candidaturas da AdNorte, estão incluídas duas candidaturas repartidas com outras empresas do Grupo AdP (AdDP e SIMDOURO)

Durante o ano 2021, o investimento realizado pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito destas 134 candidaturas foi de cerca de 28,9 milhões de EUR, tendo sido submetido em pedidos de pagamento 34,9 milhões de EUR de despesa realizada. Neste mesmo período, as subvenções comunitárias recebidas foram de 22,9 milhões de EUR, fazendo subir o valor de apoio financeiro absorvido a título do POSEUR/PORTUGAL 2020 para cerca de 149,5 milhões de EUR (cerca de 80% do total das subvenções previstas nas candidaturas aprovadas).

Adicionalmente o Grupo AdP tinha 4 candidaturas apresentadas a outros instrumentos comunitários, como o REACT-EU/COMPETE, com investimento total de 29,9 milhões de investimento total e cofinanciamento associado de 23 milhões.

Sistemas multimunicipais (contas individuais)

Águas do Norte, S.A. (AdNorte) – atividade em alta

A AdNorte é a entidade gestora do Sistema Multimunicipal em Alta da Região do Norte, responsável pelas atividades de abastecimento de água e tratamento de águas residuais em alta. Em 2017, na sequência do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, passou por um processo de cisão que levou à criação do novo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Sul do Grande Porto e do novo Sistema de Saneamento do Sul do Grande Porto, de que resultou uma alteração do seu âmbito de abrangência territorial. O contrato de concessão da AdNorte foi celebrado em 2015 e tem um prazo de 30 anos, até ao final de 2045.

	2018	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	99,9	109,9	116,9	119,0
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	4,5	(5,2)	(15,6)	(22,3)
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	22,0	17,4	13,7	11,4
EBITDA ⁽³⁾	45,9	53,9	62,0	63,0
Resultados Financeiros	(10,7)	(9,9)	(7,7)	(6,9)
Resultado Líquido do Exercício	6,7	4,7	3,9	3,7

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	2018	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	1 090,5	1 060,5	1 034,8	1 007,7
Investimento (incremento)	10,6	20,3	15,5	20,2
Dívida Clientes ⁽²⁾	96,2	71,7	85,0	86,1
Total do Ativo	1 488,2	1 465,9	1 412,9	1 361,2
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	525,5	512,1	490,0	467,7
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	24,8	27,0	6,4	8,8
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	550,3	539,2	496,5	476,5
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	549,5	538,4	495,1	474,9
Dívida Financeira Líquida/EBITDA ⁽⁴⁾	12,0	10,0	8,0	7,5
Subsídios ao Investimento	504,5	485,8	467,3	447,2
Capital Próprio	245,1	249,9	253,8	257,5
DRG acumulado (Ativo)	235,3	230,1	214,5	192,1

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento

(3) Empréstimos e Locação Financeira

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

Águas do Douro e Paiva, S.A. (AdDP) – atividade em alta

A AdDP é a entidade gestora do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Sul do Grande Porto e resulta da cisão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, ocorrido na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2017 de 1 de fevereiro. O contrato de concessão da AdDP foi celebrado em fevereiro de 2017 e tem um prazo de 20 anos até ao final de 2036, extensível por mais 10 anos até 2046.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	37,3	36,6	34,7
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(10,1)	(9,7)	(9,1)
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	1,4	1,3	1,7
EBITDA ⁽³⁾	19,2	18,7	18,2
Resultados Financeiros	(0,5)	(0,2)	(0,1)
Resultado Líquido do Exercício	0,7	0,8	0,8

(1) Não inclui o valor do réditto de construção (IFRIC 12) nem DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Réditto/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	161,9	153,0	146,5
Investimento (incremento)	4,0	3,6	4,0
Dívida Clientes ⁽²⁾	3,5	9,8	5,6
Total do Ativo	204,5	201,8	194,5
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	49,1	41,5	29,3
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	1,8	1,1	1,2
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	50,9	42,6	30,5
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	36,9	28,1	14,5
Dívida Financeira Líquida/EBITDA ⁽⁴⁾	1,9	1,5	0,8
Subsídios ao Investimento	52,9	49,7	46,5
Capital Próprio	30,5	30,5	30,6
DRG acumulado (Passivo)	(31,1)	(40,8)	(49,9)

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A. (SIMDOURO) – atividade em alta

A SIMDOURO é a entidade gestora do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Grande Porto e resulta da cisão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro. O contrato de concessão da SIMDOURO foi celebrado em fevereiro de 2017 e tem um prazo de 50 anos, até ao final de 2066.

	2017	2018	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	12,6	13,8	14,6	14,8	15,2
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	1,2	(0,0)	(1,3)	(2,4)	(2,4)
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	3,1	2,8	2,1	2,0	1,6
EBITDA ⁽³⁾	5,1	6,2	7,0	7,9	7,6
Resultados Financeiros	(1,4)	(1,3)	(1,0)	(1,0)	(0,8)
Resultado Líquido do Exercício	1,4	1,1	0,8	0,7	0,7

(1) Não inclui o valor do réditto de construção (IFRIC 12) nem os DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões - DRG - Subsídio ao Investimento - Réditto/Gastos Construção (IFRIC 12)

	2017	2018	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	133,8	134,7	133,0	133,0	132,2
Investimento (incremento)	0,8	2,7	2,7	2,7	1,0
Dívida Clientes ⁽²⁾	1,2	1,9	3,1	2,7	3,9
Total do Ativo	159,3	161,1	160,9	157,1	155,6
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	49,1	6,1	55,3	52,4	50,5
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	4,5	50,7	2,9	0,9	0,9
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	53,6	56,8	58,1	53,3	51,4
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	52,0	55,2	55,0	50,7	48,7
Dívida Financeira Líquida/EBITDA ⁽⁴⁾	10,2	8,9	7,9	6,4	6,4
Subsídios ao Investimento	55,6	54,6	53,8	52,7	51,7
Capital Próprio	29,3	30,4	31,2	32,0	32,7
DRG acumulado (Ativo)	18,6	18,6	17,2	14,8	12,4

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

Águas do Centro Litoral, S.A. (AdCL)

A AdCL é a entidade gestora do sistema multimunicipal em alta da região Centro, responsável pelas atividades de abastecimento de água e tratamento de águas residuais em alta, e resulta da agregação, em junho de 2015 (na sequência da publicação do DL 92/2015, de 29 de maio), da Águas do Mondego, S.A., SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A. e SIMRIA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A. .O contrato de concessão da AdCL foi celebrado em 2015 e tem um prazo de 30 anos, até ao final de 2045.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	51,2	52,4	53,1
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(5,0)	(3,4)	(4,0)
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	7,4	7,3	5,6
EBITDA ⁽³⁾	29,1	29,0	28,7
Resultados Financeiros	(4,6)	(4,5)	(4,0)
Resultado Líquido do Exercício	1,8	1,6	1,5

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	418,4	409,7	399,3
Investimento (incremento)	10,3	8,8	10,3
Dívida Clientes ^{(2)*}	26,2	36,4	13,5
Total do Ativo	542,4	544,3	507,2
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	196,5	195,3	172,5
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	15,7	14,2	8,9
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	212,1	209,5	181,5
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	205,0	203,8	172,7
Dívida Financeira Líquida/EBITDA ⁽⁴⁾	7,0	7,0	6,0
Subsídios ao Investimento	157,4	155,0	145,7
Capital Próprio	99,1	100,7	102,3
DRG acumulado (Ativo)	55,7	52,3	48,3

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento.

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

(*) A variação face a 2020 é justificada, na sua maioria, com a conclusão e homologação de acordo entre as partes com as Águas de Coimbra.

Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT)

A AdVT é a entidade gestora do Sistema Multimunicipal em Alta do Abastecimento de Água e do Saneamento do Vale do Tejo, e resulta da cisão do Sistema Multimunicipal do Abastecimento de Água e do Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, da qual resultou a criação de dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o Sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal. Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a referida cisão, foi redenominada a sociedade e substancialmente alterado o seu âmbito territorial. O contrato de concessão foi celebrado em 2015, com um prazo de 30 anos, até ao final de 2045.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	91,9	99,9	101,5
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(1,2)	(8,0)	(12,0)
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	15,3	10,1	8,1
EBITDA ⁽³⁾	42,4	46,0	47,6
Resultados Financeiros	(9,0)	(5,2)	(3,7)
Resultado Líquido do Exercício	4,2	3,3	3,1

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem os DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	614,4	596,4	579,5
Investimento (incremento)	13,6	11,8	16,2
Dívida Clientes ⁽²⁾	95,8	104,3	109,5
Total do Ativo	1 046,8	1 024,1	1 010,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	380,5	359,9	348,9
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	36,1	46,2	48,5
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	416,6	406,1	397,5
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	412,8	379,1	365,5
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	9,7	8,3	7,7
Subsídios ao Investimento	250,2	235,9	223,7
Capital Próprio	204,7	208,0	211,1
DRG acumulado (Ativo)	223,8	215,8	203,8

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento

(3) Empréstimos + Locação Financeira

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA)

A AdTA é a entidade gestora do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, resultante da cisão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e do Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. O contrato de concessão foi celebrado por um período de 30 anos, até ao final de 2046.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	83,2	83,5	82,7
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(13,1)	(10,6)	(9,8)
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	12,8	11,3	9,4
EBITDA ⁽³⁾	41,5	38,2	34,4
Resultados Financeiros	(7,0)	(6,0)	(5,8)
Resultado Líquido do Exercício	4,3	3,7	3,8

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem os DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	448,5	442,8	443,9
Investimento (incremento)	16,2	17,4	21,7
Dívida Clientes ⁽²⁾	13,2	11,9	10,9
Total do Ativo	629,1	610,5	596,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	212,1	200,5	187,7
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	10,1	11,6	13,4
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	222,2	212,2	201,0
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	126,6	116,0	120,6
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	3,1	3,0	3,5
Subsídios ao Investimento	130,4	125,7	121,4
Capital Próprio	115,9	115,6	115,8
DRG acumulado	13,8	2,9	(6,9)

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL)

A SIMARSUL é a entidade gestora do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal resultante da cisão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. O contrato de concessão foi celebrado por um período de 30 anos, até ao final de 2046.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	15,1	17,3	18,4
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	1,5	0,2	(0,2)
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	4,2	3,6	3,9
EBITDA ⁽³⁾	6,5	7,6	8,5
Resultados Financeiros	(2,6)	(2,4)	(2,5)
Resultado Líquido do Exercício	1,2	1,0	0,9

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (Líquido) ⁽¹⁾	152,8	148,8	145,8
Investimento (incremento)	0,5	0,9	2,1
Dívida Clientes ⁽²⁾	5,5	6,6	7,0
Total do Ativo	240,1	236,6	233,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	75,9	71,5	66,6
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	3,8	4,4	5,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	79,6	75,9	71,7
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	68,1	65,7	62,8
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	10,5	8,7	7,4
Subsídios ao Investimento	58,0	57,2	55,3
Capital Próprio	65,9	66,9	67,8
DRG acumulado (Ativo)	64,2	64,4	64,3

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades -FRCS - Apoio tesouraria SGPS

Águas do Algarve, S.A. (AdA)

A AdA é a entidade gestora do Sistema Multimunicipal em Alta da Região do Barlavento e do Sotavento algarvios, responsável pelas atividades de abastecimento de água e tratamento de águas residuais em alta. Foi assinado um novo contrato de concessão em 2019, para o período 2019-2048, nos termos do qual, assim como ao abrigo do DL 93/2019, de 15 de julho, foi atribuída a gestão do sistema à AdA.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	60,5	59,0	59,8
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(5,4)	6,5	9,9
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	7,5	7,6	3,9
EBITDA ⁽³⁾	27,5	26,9	29,3
Resultados Financeiros	(5,9)	(6,6)	(4,6)
Resultado Líquido do Exercício	1,2	0,7	0,4

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	418,1	407,1	398,8
Investimento (incremento)	10,6	7,5	7,3
Dívida Clientes ⁽²⁾	36,4	34,7	19,2
Total do Ativo	500,3	490,7	483,8
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	166,8	151,8	136,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	29,4	33,7	39,8
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	196,2	185,7	175,8
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	174,2	185,4	174,8
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	6,3	6,9	6,0
Subsídios ao Investimento	161,3	155,7	148,7
Capital Próprio	29,5	30,2	30,6
DRG acumulado (passivo) (*)	(18,4)	(24,9)	(34,8)

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento. Em 2019 os valores respeitantes a dívida de clientes incluídas nos ARD foram reclassificadas para ativos financeiros ao justo valor por rendimento integral

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

(*) Em 2019 a empresa começou a registar o DRG nas contas estatutárias

Parcerias entre o Estado e as Autarquias (AdRA, AgdA e AdNorte – sistema do noroeste) (contas individuais)

AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA)

A AdRA é a entidade que gere e explora, em regime de parceria pública, os serviços de água e saneamento em baixa da região metropolitana de Aveiro. Os contratos de parceria e de gestão do sistema da AdRA foram celebrados em 2009 e têm um prazo de 50 anos, até ao final de 2059.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	54,1	55,0	55,4
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) (*)	(5,1)	(5,1)	(2,8)
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	0,6	0,8	1,0
EBITDA ⁽³⁾	15,5	15,7	13,9
Resultados Financeiros	0,3	0,2	0,1
Resultado Líquido do Exercício	0,7	0,6	0,6

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

(*) Na perspetiva de 'contas individuais'

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	188,8	197,4	205,2
Investimento (incremento)	17,1	13,9	14,4
Dívida Clientes ⁽²⁾	4,6	7,1	6,7
Total do Ativo	295,0	303,1	309,5
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	57,8	57,4	58,5
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	4,2	5,4	6,1
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	62,0	62,8	64,6
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	61,6	62,4	64,1
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	4,0	4,0	4,6
Subsídios ao Investimento	37,3	36,0	35,3
Capital Próprio	18,8	18,7	18,7
DRG acumulado (passivo)	(14,1)	(19,2)	(22,0)

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA)

A AgdA é a entidade que gere e explora, em regime de parceria pública, os serviços de água e saneamento em alta da região do baixo Alentejo. Os contratos de parceria e de gestão do sistema da AgdA foram celebrados em 2009 e têm um prazo de 50 anos, até ao final de 2059.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	15,0	16,1	18,1
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	1,4	(0,4)	(0,7)
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	1,2	1,3	1,4
EBITDA ⁽³⁾	1,6	3,6	6,4
Resultados Financeiros	(0,6)	(0,6)	(0,6)
Resultado Líquido do Exercício	0,5	0,6	0,6

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	133,6	144,9	158,4
Investimento (incremento)	23,8	17,3	20,5
Dívida Clientes ⁽²⁾	6,1	5,6	6,0
Total do Ativo	154,8	161,0	176,1
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	48,6	48,2	55,3
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	6,5	5,5	0,6
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	55,1	53,6	55,9
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	53,9	52,4	54,6
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	32,9	14,8	8,6
Subsídios ao Investimento	68,6	78,2	88,2
Capital Próprio	8,7	10,2	10,8
DRG acumulado (ativo)	1,1	0,7	(0,1)

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento.

(3) Empréstimos bancários

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

Águas do Norte, S.A. (AdNorte) – atividade em baixa

A AdNorte é a entidade que explora e gere, em regime de parceria pública, o sistema de águas em baixa da região do Noroeste. O contrato de gestão foi celebrado em 2013 e cessa no termo da vigência do contrato de concessão da AdNorte em alta.

	MEUR			
	2018	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	13,3	15,2	18,2	17,7
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	3,4	3,6	2,6	3,0
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	0,9	0,8	1,3	1,0
EBITDA ⁽³⁾	0,3	0,8	2,9	1,6
Resultados Financeiros	(0,3)	(0,1)	(0,4)	(0,3)
Resultado Líquido do Exercício	0,5	0,5	0,5	0,5

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem os DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR			
	2018	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	49,0	58,6	64,3	68,9
Investimento (incremento)	12,8	9,6	6,3	7,2
Dívida Clientes ⁽²⁾	4,0	6,4	5,7	6,2
Total do Ativo	91,9	107,0	116,1	125,7
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	36,0	36,0	36,0	36,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	3,4	10,8	12,8	15,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	39,4	46,8	48,8	51,0
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	39,3	46,7	48,8	50,9
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	118,1	55,3	16,7	31,8
Subsídios ao Investimento	10,1	15,0	15,8	19,3
Capital Próprio	11,2	14,8	15,5	16,0
DRG acumulado (Ativo)	30,4	34,0	36,6	39,6

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento

(3) Empréstimos e Locação Financeira

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

Águas do Alto Minho, S.A. (AdAM) – atividade em baixa

A Águas do Alto Minho é a entidade responsável pela exploração e gestão do sistema de águas da região do Alto Minho, na prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Os contratos de parceria e de gestão do sistema da AdAM foram celebrados em 2019 e têm um prazo de 30 anos.

A cláusula 10.^a do Contrato de Gestão do Sistema de Águas do Alto Minho prevê um período de transição de seis meses desde a data da outorga do Contrato de Gestão, durante o qual as Partes preparam em conjunto a transferência de responsabilidade para a Entidade Gestora da Parceria. O termo deste período foi antecipado para o dia 1 de janeiro de 2020, data em que a AdAM iniciou a atividade operacional.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	0,0	23,3	23,3
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	0,3	1,9	8,0
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	0,1	0,1	1,0
EBITDA ⁽³⁾	(0,2)	2,5	(1,5)
Resultados Financeiros	0,0	(0,1)	(0,1)
Resultado Líquido do Exercício	0,0	0,1	0,2

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12) nem DRG

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	0,4	6,0	11,2
Investimento (incremento)	0,4	5,2	5,5
Dívida Clientes ⁽²⁾	0,0	11,1	6,5
Total do Ativo	1,7	25,9	42,2
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	0,0	0,0	0,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	0,0	2,0	3,9
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	0,0	2,0	3,9
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	(1,0)	1,8	3,3
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	5,7	0,7	(2,2)
Subsídios ao Investimento	0,0	4,7	9,5
Capital Próprio	1,2	1,9	3,9
Total do Passivo	0,5	24,0	38,3
DRG acumulado (ativo)	0,3	2,2	10,1

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento.

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - FRCS

Outras empresas de titularidade estatal (contas individuais)

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL)

Sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa (1868 – 1974), anterior concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, a EPAL é a empresa responsável pela distribuição domiciliária de água em Lisboa, onde tem cerca de 357 mil clientes. Na vertente em alta, a EPAL fornece água a 35 municípios na margem norte do rio Tejo. Desde 2015, assume ainda a gestão delegada do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de água e do saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado a 29 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 94/2015.

	2019	2020	2021
Volume de Negócios	167,0	161,2	160,5
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	0,0	0,0	0,0
Resultado Operacional ⁽¹⁾ (RO)	75,9	66,6	71,0
EBITDA ⁽²⁾	102,5	94,1	98,4
Resultados Financeiros	(0,8)	(1,0)	(1,0)
Resultado Líquido do Exercício	52,5	47,0	49,7

(1) Resultados antes de juros e impostos

(2) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – Subsídio ao Investimento

	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	689,7	673,2	658,7
Investimento (incremento)	12,2	9,6	13,4
Dívida Clientes ⁽²⁾	15,1	27,4	28,5
Total do Ativo	853,1	839,8	847,1
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	89,1	78,9	68,5
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	12,5	10,3	10,4
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	101,7	89,1	78,9
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	(2,0)	(14,2)	(41,9)
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	(0,0)	(0,2)	(0,4)
Subsídios ao Investimento	31,7	31,1	30,3
Capital Próprio	634,9	640,1	654,1

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso + Propriedades de investimento

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - Apoio Tesouraria SGPS - Aplicações financeiras

AdSA – Águas de Santo André, S.A. (AdSA)

A AdSA tem a missão de gerir e explorar o Sistema de Santo André, de forma a assegurar o abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento das águas residuais das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), relativamente a água potável, água industrial, água residual e resíduos industriais. O contrato de concessão da AdSA foi celebrado em 2001, na vertente de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos, e tem um prazo de 30 anos, até ao final de 2030.

	MEUR		
	2019	2020	2021
Volume de Negócios ⁽¹⁾	14,7	14,4	16,3
Resultado Operacional ⁽²⁾ (RO)	6,2	5,3	6,9
EBITDA ⁽³⁾	8,4	7,3	9,4
Resultados Financeiros	(0,1)	(0,1)	0,1
Resultado Líquido do Exercício	4,4	3,9	5,2

(1) Não inclui o valor do rédito de construção (IFRIC 12)

(2) Resultados antes de juros e impostos

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – Subsídio ao Investimento - Rédito/Gastos Construção (IFRIC 12)

	MEUR		
	2019	2020	2021
Ativos de Exploração (líquido) ⁽¹⁾	45,2	41,1	44,1
Investimento (incremento)	1,4	0,4	7,7
Dívida Clientes ⁽²⁾	3,0	3,4	2,3
Total do Ativo	70,6	70,7	78,9
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Médio e Longo Prazo	0,0	0,0	0,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ – Curto Prazo	0,0	0,0	0,0
Dívida Financeira ⁽³⁾ Total	0,0	0,0	0,0
Dívida Financeira – Líquida ⁽⁴⁾	(4,5)	(20,1)	(20,1)
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ⁽⁴⁾	(0,5)	(2,7)	(2,1)
Subsídios ao Investimento	26,0	23,8	27,4
Capital Próprio	20,7	24,5	29,7
DRG acumulado	0,0	0,0	0,0

(1) Ativos intangíveis + Ativos tangíveis + Ativos sob direito de uso

(2) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento.

(3) Empréstimos

(4) Dívida Financeira Total - Disponibilidades - Apoio Tesouraria SGPS - FRCS

Perspetivas [sistemas de abastecimento e de saneamento]

Tal como tem vindo a suceder, em 2022 mantém-se o foco sobre os eixos estratégicos associados ao Quadro Estratégico de Compromisso (QEC) definido e aprovado para o triénio 2020 – 2022.

Os três pilares deste QEC centram-se **(i)** no reforço da cultura do Grupo, que contribui para alcançar **(ii)** a excelência de serviço, a qual, por sua vez, se traduz **(iii)** na utilidade social dos serviços de abastecimento e saneamento, colocando ao serviço do país o saber fazer do Grupo AdP na resolução dos principais desafios que o setor do Ambiente enfrenta.

A esses desafios junta-se ainda um contexto fortemente marcado pelas consequências da crise associada à COVID-19 e, mais recentemente, ao conflito na Ucrânia: em termos do serviço, pela dificuldade que se coloca na gestão das equipas (apesar da elevada resiliência demonstrada pelas operações de abastecimento e saneamento) e na gestão da cadeia logística; em termos económicos, pela dificuldade imposta pelas restrições decorrentes de não degradação do rácio de eficiência operacional, aferido através do quociente entre os gastos operacionais, sem amortizações, e o volume de negócios.

Assim, os objetivos e desafios que se colocam, e que têm sido crescentes em número, ambição e complexidade, acarretam uma pressão adicional, quer em termos de serviço, quer da acessibilidade tarifária ao mesmo.

Nesse sentido, o Grupo AdP tem-se focado, por um lado, no aumento da resiliência e eficiência dos serviços e sistemas, seja através da execução do plano de investimentos, da concretização de ações estruturantes e inovadoras e de uma cuidada gestão dos ativos, com ênfase na manutenção da capacidade produtiva, na consolidação do combate às perdas, na digitalização e na contínua promoção da eficiência.

Por outro lado, o Grupo AdP tem apostado na adoção de uma abordagem colaborativa e proactiva na gestão dos serviços de abastecimento e saneamento, no sentido de transformar em benefício as externalidades positivas que o setor gera para a economia e para a vida das populações – benefício esse que se perspetiva vir a ter tradução na sustentabilidade do serviço e das tarifas praticadas. Daí decorre a definição e implementação da estratégia de Inovação do Grupo, visando o aumento de eficiência tecnológica e processual; mas também a concretização dos de circularidade e valorização orgânica e de neutralidade energética e carbónica; e ainda a dinamização do aproveitamento da água residual tratada para vários fins, promovendo a diminuição da pressão sobre os recursos hídricos num cenário que se perspetiva ser de cada vez maior escassez.

Durante o ano de 2022 daremos continuidade aos trabalhos iniciados de revisão das trajetórias tarifárias para os Sistemas Multimunicipais objeto de agregação e cisão (Norte), tendo por objetivo a contenção das trajetórias tarifadas. Manter-se-ão ainda os trabalhos conducentes a metodologia de definição dos indicadores de mensuração do cumprimento das obrigações de serviço público, bem como da metodologia de avaliação funcional dos ativos afetos aos serviços de abastecimento e saneamento.

Outras atividades

Internacional

A atividade internacional do Grupo AdP é assegurada pela AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A., (AdP Internacional - AdPI). Constituída em 2001, a empresa tem a missão de prestar serviços a nível internacional, e apoiar iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no setor dos serviços de águas, de forma eficiente, sustentável e inovadora. Na sua ação, a AdP Internacional capitaliza o conhecimento, a experiência e as soluções tecnológicas do Grupo AdP, contribuindo assim para a projeção internacional do setor português da água, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, em particular o ODS 6, relacionado com a água e o saneamento básico.

A AdP Internacional pauta a sua atuação por procurar, sempre que possível, consórcios e parcerias com empresas portuguesas, procurando assim apoiar a internacionalização deste importante setor de atividade.

O ano de 2021 fica marcado pelo início da implementação plena dos dois maiores contratos de Assistência Técnica em Angola nas Províncias do Bengo e do Cunene, assim como pelo início em junho do Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huíla. O mercado de Angola continua a ser o mais significativo nas atividades da AdP Internacional e como resultado na aposta continuada neste mercado, conquistou-se um novo contrato de Assistência Técnica para a criação de uma unidade de gestão do financiamento paralelo do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

Em 2021, destaca-se ainda o reforço dos esforços comerciais e a expansão da presença internacional em novos mercados em África e na Ásia. Em relação a novos mercados, destaca-se a conquista de um novo contrato no Líbano, cujo objetivo passa pelo apoio às 4 empresas regionais de água e saneamento no Líbano no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- No mercado moçambicano, 2021 fica marcado pelo desenho do Reforço da Resiliência dos Sistemas de Produção de Água Potável em Moçambique aprovado para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que atividades passassem todas para 2021, assim que haja condições mínimas de segurança e possibilidades de deslocação a Maputo, Beira, Inhambane, Maxixe e Nampula. Ainda neste país, a AdP Internacional manteve em 2021 a sua atividade no consórcio liderado pela Castalia (EUA), prestando desde 2019 serviços de consultoria à AURA (Autoridade Reguladora de Água), no âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial, cujo objetivo assenta na definição do modelo tarifário para a AURA;
- Em Angola, a intervenção da AdP Internacional foi assegurada pelos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), de Assistência Técnica às Empresas de Água e Saneamento das Províncias do Bengo e do Cunene. A implementação destes contratos assegura a continuidade e a afirmação da AdP Internacional como agente de apoio ao desenvolvimento do setor da água em Angola em particular através do reforço de competências e meios técnicos que vem assegurando ao longo dos últimos anos. No mês de junho de 2021, teve início o Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huila. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, é financiado pelo Banco Mundial, totalizando 6.3M USD. Ainda neste país, iniciou-se em dezembro de 2021 o Contrato de Assistência Técnica para a criação de uma unidade de gestão do financiamento paralelo do Banco Europeu de Investimentos (BEI), num valor global de cerca de 3 milhões de EUR;
- Em Cabo Verde, decorreram os Projetos de Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água e o Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas com financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática de Portugal;
- O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em consórcio com a EdP Internacional e a Leadership *Business Consulting*, retomou o seu normal curso em abril de 2021, tendo as equipas focado na implementação das atividades de suporte às áreas da água e energia da EAGB. O contrato foi interrompido devido à situação pandémica, entre junho de 2020 e abril de 2021. Entretanto foram retomadas, dentro da normalidade possível, todas as atividades inerentes à sua boa execução, com o regresso dos 5 peritos principais a Bissau;
- Na Tunísia, prosseguiram os projetos no âmbito da Convenção de Cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinados pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a “Office National de l’Assainissement” (ONAS). Destaca-se ainda na Tunísia, a apresentação da proposta para um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial, cujo resultado será conhecido durante o 1º trimestre de 2022;
- Na Costa do Marfim, estruturaram-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade, a desenvolver para o Ministère de l’Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério. Estes projetos terão a sua concretização até ao final do 1º semestre de 2022;
- No Malawi, está em conclusão o projeto dos “Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe”, que está a ser desenvolvido por um consórcio de empresas que inclui a AdP Internacional;
- Em Timor-Leste, o ano fica marcado pela execução dos projetos para os sistemas de abastecimento de água e saneamento em quatro capitais de Município: Baucau, Los Palos, Viqueque e Same. A AdP Timor-Leste apresentou-se em consórcio com a ENGIDRO - Estudos de Engenharia Lda. O contrato envolve a prestação de serviços de assistência técnica visando o desenvolvimento de projetos naquelas quatro capitais de distrito timorenses, que irão servir mais de 145 mil pessoas, e terá a duração de seis meses e envolvendo um valor de 2,1 milhões de USD. Estão ainda em fase de conclusão dos Planos Diretores de Água e Saneamento para as capitais de Município de Ainaro, Bobonaro e Covalima;
- Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018 estava previsto o arranque do projeto Assistência Técnica Ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa para março de 2020. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que o arranque fosse adiado

para, numa primeira fase para setembro de 2020, tendo sido novamente adiado para data a agendar em 2021. Atualmente espera-se que se dê o seu início durante o 1º semestre de 2022;

- É ainda de relevar a continuação do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado “*Utilities of the Future*”. A AdP Internacional, através dos seus técnicos, conferiu suporte especializado, com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente à “*Utilities of the Future - UoF*” envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais. Este contrato, embora de pequena dimensão financeira, é um sinal importante do reconhecimento do principal banco de desenvolvimento global sobre a mais-valia e competência da AdP Internacional.

A situação de pandemia mundial que se viveu em parte de 2021 obrigou à reformulação e/ou ao adiamento para 2022 de muitos dos contratos previstos executar no ano de 2021. Ainda assim, é de assinalar a assinalável melhoria do EBITDA para 286 mil EUR positivos, fruto de uma boa execução operacional dos contratos em curso, face ao projetado. O Resultado Financeiro foi negativo em 24 mil EUR, mas ainda assim, o melhor dos últimos anos. É de salientar ainda, uma diminuição do endividamento bruto da AdP Internacional em 200 mil de EUR, resultado de atrasos significativos no recebimento de verbas provenientes das instituições financiadoras dos projetos.

Assim, a recuperação económica da AdP Internacional evoluiu de forma positiva e sustentada, como resultado da implementação de novos contratos em Angola, na Guiné-Bissau (reinício), em Moçambique e em Cabo Verde.

Indicadores

Elementos Económico-financeiros - AdP Internacional

	2019 ⁽¹⁾	2020	2021
Volume de Negócios	3 491	3 544	6 262
Resultado Operacional	(073)	123	083
EBITDA ¹	018	(079)	286
Resultados Financeiros	(101)	(083)	(024)
Resultado Líquido do Exercício	(219)	030	038

¹ Resultado Operacional + Amortizações + Provisões

	2019	2020	2021
Ativo Líquido	3 655	6 371	6 913
Capital Próprio	(037)	211	238
Total do Passivo	3 692	6 160	6 675

(1) Cf contas publicadas R&C 2019 da AdP Internacional

Perspetivas

Em 2022, a AdP Internacional continuará o esforço de consolidação dos resultados económicos e financeiros, prevendo-se que se mantenha a trajetória de crescimento sustentado.

Para isso, e de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração da AdP Internacional, as iniciativas prioritárias para 2022 serão:

- Monitorização dos gastos operacionais, com especial relevância o cumprimento dos orçamentos de gastos dos projetos em curso;
- Melhoria nos processos de gestão e controlo da produção, tendo em vista “fazer mais e melhor com os mesmos recursos”;
- Aumentar a competitividade, através da melhoria contínua da qualidade das propostas e o aumento da incorporação de recursos internos (do Grupo AdP);
- Consolidação de parcerias estratégicas internacionais, particularmente em mercados da África francófona;
- Melhorar os processos de gestão do conhecimento e da informação, de modo a maximizar a qualidade e a eficiência na montagem dos processos comerciais;

- Reforçar o relacionamento com as empresas do Grupo AdP, sobretudo potenciando o aparecimento de novos colaboradores disponíveis para aceitarem desafios internacionais;
- Divulgar o trabalho desenvolvido pela AdP Internacional: comunicações técnicas em conferências e eventos internacionais.

Em consonância com a estratégia definida pelo Conselho de Administração, na abordagem a novos mercados e novos contratos, será seguido o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projetos em que a AdPI se venha a envolver, procurando otimizar os custos de forma a incrementar a margem operacional.

Atividade de outras participações

AQUATEC, Lda.

A Aquatec tem o objetivo de prestar serviços de assistência técnica relacionados com sistemas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento de resíduos urbanos, agindo como a plataforma do Grupo AdP para a angariação de negócios no mercado moçambicano, com especial foco nos sistemas de gestão comercial e de gestão da manutenção (ver capítulo sobre a atividade internacional).

AdP Timor-Leste, Lda.

A AdP Timor-Leste tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de infraestruturas de água e saneamento, e de prestar serviços nas áreas de abastecimento, saneamento e recolha de resíduos, assumindo-se como um parceiro de futuro no desenvolvimento de Timor-Leste (ver capítulo sobre a atividade internacional).

Águas do Brasil, S.A.

A Águas do Brasil, S.A., está sem atividade e em processo de encerramento.

Energia (AdP Energias)

A prestação dos serviços de abastecimento e de saneamento do Grupo AdP assenta numa perspetiva de longo prazo, que apenas é concretizável se considerar a consolidação económico-financeira das suas operações, fundada no cumprimento dos contratos de concessão, de parceria e de gestão, bem como no cumprimento das obrigações que decorrem dos estatutos das entidades gestoras, firmados em diploma legal.

De entre as políticas de responsabilidade económica, a gestão do consumo de energia e da produção própria de energia renovável, a medição das emissões de CO₂ e o desenvolvimento de ações com vista a mitigar ou minimizar as alterações climáticas e a prossecução da sua atividade com base nos princípios da economia circular são aquelas em que o Grupo AdP mais tem vindo a focar a sua atenção.

Deste modo a AdP Energias, que integra o Grupo AdP e tendo a AdP Energias por missão maximizar a utilização dos ativos e dos recursos endógenos e renováveis, racionalizar os consumos energéticos e reduzir ou compensar as emissões de gases com efeitos de estufa das empresas do Grupo AdP, em paralelo com o desenvolvimento de atividades complementares que permitam potenciar e valorizar as infraestruturas operacionais, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, o seu negócio baseia-se no desenvolvimento de iniciativas relacionadas com as atividades, metas e objetivos definidos corporativamente.

Assim, a empresa está organizada para o cumprimento da missão e os objetivos atribuídos pelo acionista/ Estado Português, com particular ênfase nos pontos seguintes:

- A eficiência energética e/ ou gestão de energia
- Produção e venda de energia com recurso a fontes endógenas e renováveis
- Neutralidade energética e gestão da CER
- Neutralidade carbónica e/ ou gestão do carbono
- Outros projetos de relevância corporativa e/ ou setorial.

De entre os objetivos listados, razão pela qual a grande maioria integra o contrato de prestação de serviços de apoio técnico na área da energia, celebrado entre a AdP SGPS e a AdP Energias em 2021, justifica-se especial relevo para as relacionadas com a eficiência energética e o forte aumento da produção própria de energia elétrica 100% renovável nas empresas do Grupo AdP.

Neste contexto a AdP Energias, para além de manter a gestão dos projetos de produção de energia em regime especial nas empresas do Grupo AdP que já se encontram instalados - 201 centrais de microprodução, 10 centrais de miniprodução e 1 mini-hídrica -, tem em curso um conjunto de iniciativas relacionadas com a eficiência energética e o forte aumento da produção própria de energia elétrica 100% renovável nas empresas do Grupo AdP, nomeadamente:

- Dinamização e coordenação do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP e das suas empresas (Programa ZERO);
- Dinamização do Programa de Neutralidade Carbónica Grupo AdP e das suas empresas;
- Dinamização da constituição de uma Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), envolvendo todas as suas empresas;
- Participação na definição de uma evolução do modelo de negociação centralizada para aquisição de energia;
- Outros trabalhos de eficiência energética nas empresas do Grupo AdP;
- Definição de uma estratégia para a promoção da mobilidade sustentável no Grupo AdP.

Mais informações sobre as principais atividades desenvolvidas pelas AdP Energias no exercício de 2021 podem ser obtidas consultando o link: <https://www.adp.pt/pt/?id=78&emp=11>.

Desempenho

Em 2021 a AdP SGPS e a AdP Energias celebraram um contrato de prestação de serviços de apoio técnico na área da energia, relativos à maximização do aproveitamento energético dos recursos endógenos e renováveis disponibilizados em infraestruturas do Grupo AdP, da implementação de soluções que promovam a eficiência energética e a utilização racional da energia, à maximização da produção própria de energia, bem como do desenvolvimento, gestão e monitorização do Programa de Neutralidade Energética e do Plano de Neutralidade Carbónica do Grupo AdP, gerindo ainda a Comunidade de Energia Renovável (CER) do Grupo AdP, permitindo transacionar o excedente de energia renovável entre infraestruturas da mesma empresa, entre empresas do grupo e entre estas e os demais parceiros da referida CER, bem como entre estas e a rede elétrica nacional.

No ano de 2021, verificou-se um desempenho económico favorável, com um EBITDA positivo (de cerca de 25 mil €), tendo-se verificado um Resultado operacional líquido inferior em 163% face a 2020. Mesmo com o aumento do volume de negócios em 31% face a 2020 acompanhado do esforço continuado de contenção de encargos operacionais, observa-se que não foi suficiente para gerar um Resultado Líquido positivo, muito condicionado pelo registo da imparidade de 173 mil € na Central de Beiriz.

Relativamente à posição financeira, observa-se, no final do exercício de 2021, a redução do seu ativo líquido (e do passivo). A redução do Ativo decorre fundamentalmente do registo da imparidade de 173 mil € para a Central de Beiriz, assente nos testes de imparidade assentes no método de valor de uso. A redução do Passivo justifica-se pela diminuição do passivo de locação.

Indicadores

	2019	2020	2021
Volume de Negócios	374	302	393
Resultado Operacional	(20)	(91)	(240)
EBITDA ¹	14	(2)	25
Resultados Financeiros	(2)	(2)	(2)
Resultado Líquido do Exercício	(22)	(93)	(241)

¹ Resultado Operacional + Amortizações + Provisões

	2019	2020	2021
Ativo Líquido	2 218	1 147	866
Capital Próprio	1 134	1 040	799
Total do Passivo	1 084	107	67

Perspetivas

No que diz respeito ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, medir e estimar as emissões de gases com efeitos de estufa nas mais diversas atividades das empresas, repensar o ciclo de investimento numa lógica da economia circular, alinhamento e cumprimento das metas para a neutralidade carbónica, etc.), salientam-se as seguintes ações/ medidas:

- i) Lançamento dos concursos relativos aos investimentos que constituem a 1.ª Fase do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP;
- ii) Continuação do esforço de desenvolvimento, concretização e monitorização de ações de eficiência energética, em particular de:
 - Melhoria do processo de aquisição de energia elétrica;
 - Aumento da produção própria de energia elétrica;
 - A otimização das centrais fotovoltaicas de produção de energia elétrica já em funcionamento, assegurando a reparação e a sua manutenção regular;
 - Implementação das ações de eficiência energética em curso e as que venham a ser previstas;
 - Redução dos gastos com a energia reativa nas infraestruturas do Grupo AdP;
 - Alteração do nível de tensão de alimentação, para níveis superiores com custos inferiores; e
 - Acompanhamento de forma contínua dos processos de apoio a medidas de eficiência energética, por via de fundos nacionais ou comunitários, de modo a maximizar e rentabilizar os investimentos das empresas que integram o Grupo AdP.
- iii) Desenvolvimento da atividade de monitorização e desenho das ações que irão integrar o Plano de Neutralidade Carbónica do Grupo AdP;
- iv) A implementação da estratégia de médio prazo proposta para uma mobilidade sustentável no Grupo AdP;
- v) Desenvolvimento da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP.

Refira-se, por fim, que os projetos referidos se encontram previstos no Quadro Estratégico de Compromisso para o mandato (2020 - 2022), o que alicerça e sustenta a sua importância e a relevância para os objetivos do Grupo AdP.

Dos 12 desafios estratégicos que compõem o Quadro Estratégico de Compromisso, a AdP Energias tem um forte envolvimento no desafio da Economia Circular, quer pela sua participação no projeto de Neutralidade Energética, quer pela produção renovável de energia a partir dos seus ativos.

Para o sucesso desta estratégia, em particular das medidas listadas, a Administração da AdP Energias está profundamente convencida que serão encontradas formas concertadas de envolvimento e/ ou de financiamento, próprio, do acionista e/ ou através de financiamentos comunitários e/ ou por parcerias, que possibilitem a sua completa e total implementação das ações/ medidas listadas.

Até porque, com a sua concretização estaremos mais próximos de alcançar o que desejamos ser.

AdP Valor – Serviços Ambientais

Em 2021 a atividade da AdP Valor caracterizou-se ainda pela continuação do processo de transformação da empresa, com a submissão à tutela do Business Plan e Plano de Atividades e Orçamento (PAO). Inerente a estes documentos, está a premissa de que o ano 2021 constituiria o ano zero da nova vida da AdP Valor, em perfeito alinhamento com as orientações da tutela e do acionista, deixando para 2022 o primeiro ano de plena atividade operacional alinhada com a visão. Esta abordagem implicou que durante 2021 não se procedesse ao reequilíbrio da capacidade produtiva da empresa depois da significativa redução de recursos humanos em resultado do processo de reorganização.

Assim, o ano 2021 pautou-se por duas dimensões distintas do ponto de vista de operacionalidade da nova missão da empresa. Por um lado, as áreas de Novos Negócios e Inovação, cujo foco esteve maioritariamente na preparação do arranque de atividade prevista para 2022, desenvolvendo um conjunto de atividades de organização e estruturação, sendo que no caso da Inovação, pelo facto de possuir uma equipa que transitou do ano anterior, permitiu manter atividade operacional nas três dimensões definidas (Inovação proativa, reativa e operacional). E por outro, no caso da Direção de Engenharia e Operação, procedeu-se ao redirecionamento dos recursos para a nova visão que inclui a prestação de serviços de engenharia de elevada especialização, com importante cariz estratégico e com foco no interior, mas também no exterior do Grupo.

Ao nível da organização da sociedade, foram desenvolvidas um conjunto de ações, salientando-se:

- Desenvolvimento do *business plan* da empresa, em total alinhamento com as orientações acionistas;
- Submissão do PAO 2021 (tendo-se obtido a respetiva aprovação pelas tutelas);
- Implementação de uma nova estrutura de contabilidade analítica;
- Desenvolvimento da estratégia de digitalização da AdP Valor.

Ao nível da gestão dos Recursos Humanos:

- Alteração do organigrama da empresa;
- Reforço das competências da equipa em total alinhamento com o PAO aprovado;
- Desenvolvimento e operacionalização de um plano de formação técnico adequado e com cariz diferenciador;
- Envolvimento da equipa no processo de gestão de mudança.

Ao nível da comunicação

- Desenvolvimento de um conjunto de novas parcerias, sobretudo nas áreas de inovação e dos novos negócios;
- Organização de diversos eventos de fomento de partilha de conhecimento e reforço da cultura técnica do Grupo AdP;
- Aumento da proximidade com as empresas do Grupo potenciando um trabalho em rede.

Ao nível operacional

- Coordenação de diversos grupos de trabalho nas 3 áreas operacionais da empresa, com especial destaque para a Inovação, plano de lamas do Grupo AdP e Comité de Engenharia e Gestão de Ativos;
- Foco dos serviços de engenharia em projetos corporativos e de elevada especialização;
- Forte apoio à atividade internacional, sobretudo na interação com o Banco Mundial, fortalecendo a imagem do Grupo AdP em diversos contextos geográficos.

A AdP Valor preparou a sua estratégia de digitalização da atividade bem como de contributo para a digitalização das operações do Grupo, que apresentou ao acionista em julho de 2021, tendo merecido a concordância por parte deste, e à implementação de um conjunto de ações alinhadas com a visão apresentada.

A estratégia definida pela AdP SGPS para o Grupo coloca a inovação como um dos pilares da sua sustentabilidade e afirmação, tendo a inovação sido vertida no Quadro Estratégico de Compromisso como um dos doze pilares de atuação.

Neste quadro, a AdP SGPS transmitiu orientações específicas à AdP Valor que lhe confere a responsabilidade de promover, impulsionar e dinamizar a Inovação no Grupo AdP, tendo nesse âmbito sido desenvolvido o documento «Estratégia e Plano de Ação» para a inovação (2021-2022) que visa constituir um contributo para a estratégia global de inovação no Grupo AdP e que foi aprovado pela CE da AdP SGPS no dia 28 de janeiro de 2021.

No Dia Mundial da Água foi apresentada publicamente a Estratégia de Inovação 360° do Grupo, enquanto um dos 12 pilares da estratégia corporativa da AdP. Nessa sessão foram apresentadas as linhas gerais para o roteiro de concretização da inovação 360°, a qual está a ser materializada em três dimensões, complementares entre si: a inovação proativa, a inovação reativa ou colaborativa e a inovação operacional ou orgânica.

Desempenho

O desempenho da AdP Valor face ao histórico é absolutamente condicionado em face da reorganização corporativa realizada em agosto de 2020. Com efeito, a transição das três direções (Jurídica, de Sistemas de Informação e de Compras e Logística) para a esfera da SGPS, implicou a transferência de volume de negócios e gastos operacionais muito relevantes, designadamente em termos dos NSE's e de Pessoal, neste caso com a transferência dos colaboradores que integram as referidas direções.

Assim, não se afigura adequado a comparabilidade entre o ano de 2021 e o histórico. Facto que pode ser observado na generalidade dos indicadores de resultados da empresa.

Sem prejuízo do referido, a AdP Valor obteve, em 2021, um Resultado Líquido positivo de 895 mil EUR e reflete um EBITDA de 1 531 mil EUR. Mais uma vez, se sublinha que este desempenho operacional, decorre de duas realidades distintas, em que se verifica uma redução do Volume de Negócios (25%; -1,3M€) superior à redução verificada nos Gastos Operacionais (42%).

Em termos de Volume de Negócios, destacam-se as Prestações de Serviços cuja variação se deve, essencialmente, aos seguintes fatores:

- Perda de rendimento das direções transferidas de 3 milhões de EUR, face a 2020.
- Inclusão do rédito relacionado com a cedência de espaço no valor de 1,8 milhões de EUR.
A cedência de espaço e respetivos redêbitos de despesas passou a ser reconhecida na rubrica “Rédito de contratos com clientes”, dado que o objeto social da Empresa inclui a atividade imobiliária. Até 2020 este rédito foi reconhecido na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” – 1,5 milhões de EUR reconhecidos em 2020

Indicadores

	2019	2020	2021
Volume de Negócios	7 022	5 216	3 924
Resultado Operacional	1 614	1 755	1 049
EBITDA ¹	3 119	2 810	1 531
Resultados Financeiros	1	(6)	(27)
Resultado Líquido do Exercício	1 206	1 354	895

¹ Resultado Operacional + Amortizações + Provisões

A estrutura patrimonial da AdP Valor, a 31 de dezembro de 2021, reflete a operação de opção de compra exercida, em 20 de dezembro de 2021, relativamente ao edifício sede, assim como a todas as obrigações contratuais inerentes. Constituindo-se como uma locação financeira e reconhecido como Ativo sob Direito de Uso até aquela data. Com o exercício da opção mencionada, passou a ser reconhecido como um Ativo Tangível.

O Ativo Líquido no valor de 25,5 milhões de EUR, apresenta um acréscimo de 12% face ao ano anterior, suportado fundamentalmente, pelo aumento na rubrica de Disponibilidades (3,3 milhões de EUR), cujo crescimento se deve à necessidade de fazer face ao pagamento do valor residual do edifício.

Redução na rubrica de Clientes, corresponde à transferência de NSE associados às 3 direções (DCL, DSI e DSJ), transitadas para a esfera da AdP SGPS.

Observa-se, ainda, no final do exercício e 2021, a redução do seu passivo financeiro líquido em, cerca de, 0,4 milhões de EUR, que decorre do término do contrato de locação financeira.

Por outro lado, o passivo reflete igualmente, **i)** o reconhecimento do Protocolo do Fundo Ambiental e de subsídios a reconhecer, com um valor global de 1,2 milhões EUR e; **ii)** a redução das rubricas de dívidas a fornecedores e outros credores, as dívidas ao Estado e o Imposto sobre o Rendimento, bem como os Acréscimos efetuados para férias e subsídios de férias, num valor aproximado de 450 mil EUR e que corresponde a uma redução de 45% face a 2020.

	2019	2020	2021
Ativo Líquido	21 946	22 508	25 110
Capital Próprio	14 189	15 543	16 438
Dívida Financeira Bruta	6 095	4 611	3 500
Dívida Financeira Líquida	4 406	2 408	1 971
Total do Passivo	7 757	6 965	8 672

Atividade de outras participações

Trevo Oeste – Tratamento e Valorização de Resíduos Pecuários, S.A.

A Trevo Oeste – Tratamento e Valorização de Resíduos Pecuários, S.A., (Trevo Oeste) foi constituída em 2005, tendo por objeto social a construção de infraestruturas e a gestão do sistema de recolha, tratamento e descarga nos meios recetores dos efluentes de suinicultura; recolha, tratamento e rejeição de efluentes e eventual reciclagem de águas residuais; deposição de lamas provenientes do tratamento de efluentes e sua eventual reciclagem; venda de produtos provenientes da sua atividade; consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, na região Oeste.

Sustentabilidade

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

O Grupo AdP tem a Sustentabilidade no seu ADN e prossegue uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos *stakeholders*, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos o grupo empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve todas as empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A presente matéria é objeto de necessário desenvolvimento no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP. Desde 2008 que o Grupo AdP, publica o seu relatório de sustentabilidade o qual relata de forma consistente e transparente a responsabilidade económica, social e ambiental do Grupo. Integra o balanço consolidado da atividade de todas as empresas do grupo reportando o seu desempenho e evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas protagonizadas pelas empresas participadas cujas operações abrangem o País de norte a sul e do interior ao litoral.

Esta publicação permite um estreitar de relações com todos os seus *stakeholders*. A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade o documento principal de materialização desta política de transparência.

O Relatório de Sustentabilidade relativo a 2021, será desenvolvido em continuidade com as edições anteriores, segue as diretrizes do GRI - Global Report Initiative e os referenciais da ERSAR, que será sujeito a verificação por entidade externa, pode ser consultado, quando disponível, no sítio da internet da AdP, através do link: <http://www.adp.pt/pt/comunicacao/publicacoes/?id=42> e do SIRIEF (<https://sirief.dgtf.pt>).

O ano 2021 foi o ano de transição da estratégia revista em 2017 e as ambições, objetivos e metas a assumir de 2022 a 2025, pelo que, durante o ano de 2021 o Grupo AdP observou os seguintes Princípios e Compromissos, até então definidos:

Princípio:

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água;
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos;
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas;
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento.

Princípio:

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo.

Princípio:

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável.

Princípio:

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações;
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto;
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade.

Princípio:

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente *know-how* do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz.

Princípio:

Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento;
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais;
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico;
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

Quanto ao grau de cumprimento das metas fixadas, realçamos:

- Aumento para 47% de empresas com sistemas de gestão da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- 59% as empresas com instalações certificadas na norma ISO 50001;
- Aumento para 4,8% o rácio energia produzida/ energia consumida;
- 6 Empresas de Abastecimento com Plano de Segurança da Água;
- 100% das empresas têm programa de voluntariado corporativo;
- 100% das empresas com Planos de Igualdade de Género
- 98% de respostas a reclamações escritas (em alta);
- Valorização de 98% de lamas de ETAR;
- Garantimos 99,6% e 99,3% Água Segura (em alta e baixa);
- Fizemos 99,8% de análises de águas residuais (em alta e em baixa);
- 1,3% de reutilização de água residual tratada;
- 13 Empresas do Grupo AdP com certificação energética da frota.

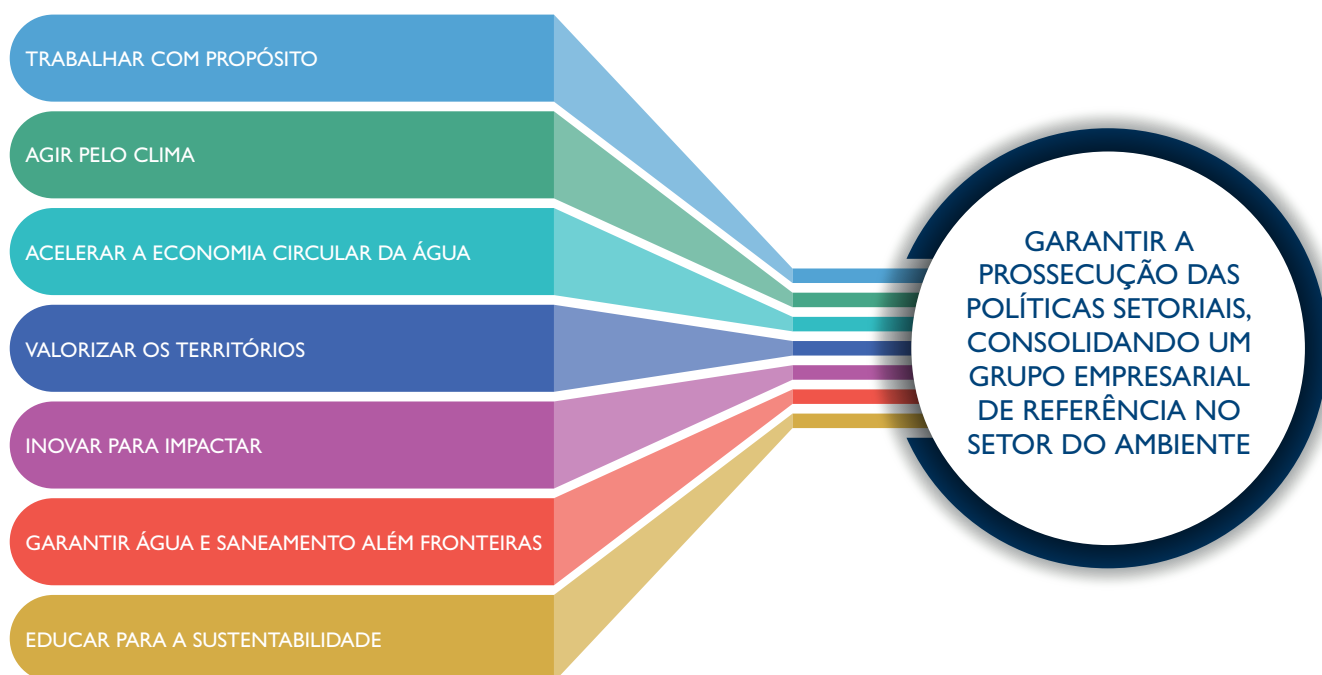
Estratégia de Sustentabilidade 2022- 2025

Em 2021 o Grupo AdP revisitou a sua estratégia de sustentabilidade alinhando-a com o Quadro Estratégico de Compromisso, onde foi sistematizada a visão do Grupo até 2030, e em 2022 assumirá as 7 ambições, objetivos e metas até 2025.

Esta estratégia resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio (QEC), da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do Global Compact, no âmbito das Nações Unidas, e com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O Nosso Propósito: Fazer a diferença na vida das pessoas

AS 7 AMBIÇÕES DO GRUPO AdP ATÉ 2025



TRABALHAR COM PROPÓSITO

Valorizar a relação com os/as colaboradores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal

PILAR: CULTURA DE GRUPO

OBJETIVOS:

- Investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores/as
- Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz



AGIR PELO CLIMA

Reduzir as emissões de GEE, mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas

PILARES: EXCELÊNCIA DE SERVIÇO & UTILIDADE SOCIAL

OBJETIVOS:

- Garantir a neutralidade e autossustentabilidade energética
- Reduzir as emissões de GEE
- Promover a mobilidade sustentável do Grupo
- Promover a resiliência dos sistemas e garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança do serviço e do produto



ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA

Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular.

PILAR: EXCELÊNCIA DE SERVIÇO

OBJETIVOS:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar os resíduos produzidos e valorizá-los enquanto subprodutos



VALORIZAR OS TERRITÓRIOS

Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população

PILAR: EXCELÊNCIA DE SERVIÇO & UTILIDADE SOCIAL & CULTURA DE GRUPO

OBJETIVOS:

- Elevar a relação de proximidade e diálogo com os clientes e parceiros municipais
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia responsável
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.
- Fazer parte integrante da comunidade onde nos inserimos
- Proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas
- Água como fator essencial da proteção crescente da saúde pública



INOVAR PARA IMPACTAR

Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas empresas

PILAR: EXCELÊNCIA DE SERVIÇO & UTILIDADE SOCIAL & CULTURA DE GRUPO

OBJETIVOS:

- Desenvolver projetos de IDI alinhados com as áreas estratégicas de inovação e as necessidades das empresas do Grupo AdP
- Desenvolver e lançar produtos, serviços e processos inovadores
- Desenvolver uma inovação aberta e assente numa rede multipolar de competências
- Promover a transformação digital do Grupo AdP



GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM FRONTEIRAS

Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água

PILAR: UTILIDADE SOCIAL

OBJETIVOS:

- Partilhar o conhecimento através de projetos de capacitação e apoio técnico
- Promover a entretajuda em atividades e programas relacionados com a água, saneamento e clima em países em desenvolvimento.
- Operar numa geografia de referência



EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável.

PILAR: UTILIDADE SOCIAL & CULTURA DE GRUPO

OBJETIVOS:

- Promover a educação para o desenvolvimento sustentável
- Promover o uso racional da água e a promoção do consumo da água da torneira
- Promover o uso sustentável da rede de saneamento
- Promover a utilização de ApR
- Promover a economia circular e a neutralidade energética
- Promover a inovação



De realçar em 2021

- O ano de 2021 voltou a ser um ano conturbado e muito marcado pela Pandemia COVID-19. Neste contexto, continuámos a prosseguir o nosso caminho adaptando os processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios da universalidade, qualidade de serviço e de eficiência.

O Grupo Águas de Portugal com a sua experiência e conhecimento acumulado, levou a cabo o seu compromisso de prestar serviços críticos e essenciais de uma forma ininterrupta com o empenho e espírito de missão, dos nossos/as trabalhadores/as que sempre na linha da frente estão garantindo a continuidade das operações.

Em 2020 caiu sobre nós uma acrescida responsabilidade pois, os nossos serviços, são o garante da saúde pública. Implementámos em tempo os Planos de contingência em todas as empresas do Grupo de forma a garantir uma resposta eficaz na minimização do impacto de potenciais riscos para a saúde dos nossos/as trabalhadores/as bem como para a continuidade das nossas atividades. Reajustámos a operação, garantimos a segurança e saúde dos nossos/as trabalhadores/as tanto das estruturas operacionais como aos que podiam exercer as suas funções em trabalho remoto. Disponibilizámos EPIs adequados, apoio psicológico, ginástica laboral, entre outros a todos os nossos/as trabalhadores/as.

Em todas as empresas foi desenvolvido e implementado um Plano de Contingência para a COVID-19, elaborado de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde, que vem complementar os respetivos planos operacionais e de emergência. As medidas excecionais de gestão de risco no âmbito da contingência da COVID-19 determinaram os recursos humanos e meios técnicos críticos para assegurar os serviços essenciais. Foi e continua a ser dada especial atenção à sensibilização e informação de todos os trabalhadores/as para a adoção dos imprescindíveis comportamentos individuais de higiene pessoal e de conduta social, quer em situação de trabalho quer na vida pessoal.

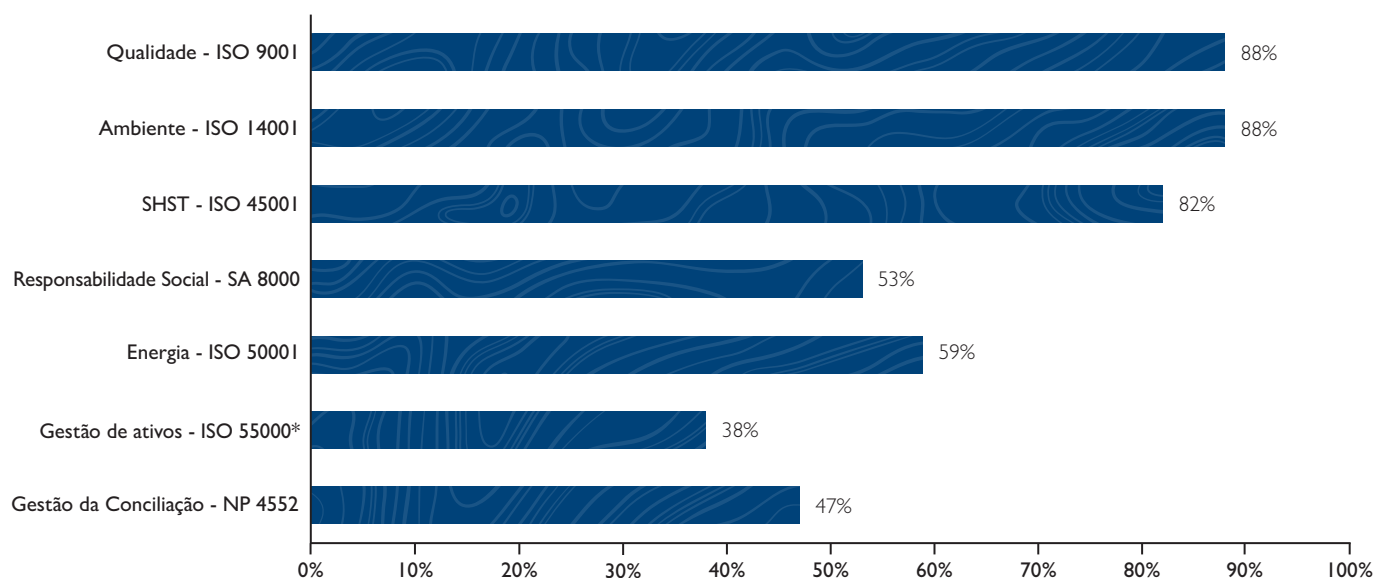
Os Planos de Contingência foram sendo ajustados ao longo do tempo atendendo à evolução da situação epidemiológica e às medidas decretadas em Portugal. Todos os ajustes tiveram sempre em vista as duas premissas: **(i)** manter a segurança de todos os (as) trabalhadores (as) e a **(ii)** continuidades da prestação de um serviço público essencial.

- O Compromisso de Integridade do Grupo AdP foi apresentado publicamente em dezembro de 2021 e assenta num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública e foi subscrito por todas as empresas do Grupo. A Política de Integridade do Grupo AdP apresenta a nossa visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso das empresas constituintes com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.
- No âmbito da saúde e bem-estar, alinhada com a nossa política no âmbito da Conciliação, continuámos com: **(i)** o programa de ginástica, disponibilizado três vezes por semana, aos (às) trabalhadores/as, em horário pós-laboral **(ii)** com a disponibilização de consultas de apoio psicológico, a todos(as) os (as) trabalhadores(as) e famílias **(iii)** e com o programa da distribuição de fruta que consiste na distribuição de fruta diária vinda diretamente de pequenos produtores nacionais.

- Destaca-se ainda a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança, Energia e Responsabilidade Social, numa lógica de transparência e credibilidade. Em 2021, 88% das empresas do Grupo garantiram a sua certificação em Qualidade- ISO 9001, 88%, em Ambiente - ISO 14001, 82% em Segurança ISO/45001/OSHAS 18001, 53% em Responsabilidade Social - SA8000, 59% em Energia ISO 50001 e 38% (das 12 operacionais) em Gestão de Ativos –ISO55000 e 47% em Gestão da conciliação NP 4552:2016.

Certificações

(%)



- Em maio foram apresentados os resultados do COVIDetect, o projeto de investigação iniciado em 2020 e desenvolvido por um consórcio integrando várias empresas do Grupo AdP, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o Laboratório de Análises do Instituto Superior Técnico com vista a criar um sistema de alerta precoce da presença do vírus SARS-CoV-2 nas águas residuais e contribuir para melhorar a resposta face a eventuais novos surtos da doença.
- Como tal, o Grupo AdP tem vindo a desenvolver estratégias de combate às alterações climáticas, tendo assumido o compromisso de atingir a neutralidade energética em 2030, através do Programa ZERO, o qual envolve todas as empresas e atividades do Grupo, incluindo as desenvolvidas a nível internacional. O Programa contempla a redução do consumo de energia elétrica e o aumento da produção própria de energia 100% renovável, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito de estufa, até atingir a sua neutralidade. Esta iniciativa vem reforçar o compromisso assumido, em 2019, ano em que assinámos a carta “*Business Ambition for 1.5° C*”, promovida pelo *United Nations Global Compact*.
- No que respeita à promoção da economia circular no ciclo urbano da água, destaca-se o Plano de Ação para a Reutilização do Grupo AdP, tendo como objetivo identificar as instalações de tratamento com viabilidade de produção de água para reutilização (ApR), os potenciais usos e as necessidades de investimento para assegurar os níveis de tratamento em conformidade com as normas de qualidade exigidas e para a construção dos sistemas de distribuição de ApR, ajustando-se à procura que, em cada momento, se vier a observar.
- Foi definida a Estratégia de Inovação 360°, através da qual se assume a inovação como vetor de agilização e aceleração do compromisso do Grupo AdP para a década, definindo o caminho na evolução de paradigma necessária para responder aos novos desafios societários. Neste âmbito, ao longo de três anos, o Grupo AdP vai alocar mais de um milhão de EUR a um fundo criado especificamente para financiar novos projetos e acelerar a inovação estratégica.
- A assinatura de dois contratos com o Ministério de Energia e Águas da República de Angola, no montante de 10,5 milhões de dólares com financiamento do Banco Mundial e do Banco Europeu de Investimento, relativos à assistência técnica para desenvolvimento de serviços de abastecimento de água e de saneamento que irão beneficiar 2,5 milhões de pessoas em diversas províncias, marcaram a atividade internacional em 2021.

- Na vanguarda da tendência mundial, e na sequência da Adesão do Grupo em 2009 aos compromissos do Global Compact – UNGC, em 2021 todas as empresas do Grupo fizeram a sua adesão individual reforçando assim cada vez mais o nosso compromisso aos 10 princípios do Global Compact que abrangem as áreas dos direitos humanos, das práticas laborais, da proteção ambiental e os mecanismos anticorrupção sendo anualmente validadas as nossas ações pela UNGC através do Relatório de Sustentabilidade. O Grupo integrou em 2016 a Aliança para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da qual é membro do Conselho Geral, reforçando o seu compromisso com as pessoas e com o ambiente. O acesso à água e ao saneamento foram declarados direitos humanos em 2010 e 2015 respetivamente e reforçados no ODS 6 da Agenda 2030. A destacar o apoio da Águas de Portugal ao programa acelerador da concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da *United Nations Global Compact* sendo uma das 12 empresas portuguesas que integram os desafios do *SDG Ambition* na gestão do negócio. O *SDG Ambition* tem como objetivo acelerar a execução da Agenda 2030 nesta que é a “Década de Ação” para o cumprimento dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SGD – Sustainable Development Goals). Em 2021 voltámos a integrar a semana da Responsabilidade Social como organizador da sessão “E se não lavássemos as mãos?” Esta pergunta é válida em qualquer momento, em especial com o momento de surto pandémico, que lhe confere um relevo ainda maior. Na verdade, existir água de qualidade à distância de uma torneira é um ativo ao qual muitas vezes não é atribuído o valor real.
- O ODS 17 apela às parcerias e o Grupo Águas de Portugal, tem feito esse caminho tanto na gestão do conhecimento e inovação como da responsabilidade social. Colaboramos com diversas entidades desde a Rede Portuguesa do Pacto Global da Nações Unidas, a Aliança para os ODS, o BCSD, o Fórum IGEN, a Carta Portuguesa para a Diversidade entre outros, todos alinhados para o desenvolvimento sustentável. Também em 2016 subscreveu a Carta Portuguesa para a Diversidade, iniciativa da União Europeia, com o objetivo de encorajar os empregadores a implementar e desenvolver políticas e práticas internas de promoção da diversidade e em 2021 torna-se associado da APPDI – Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão e do GRACE - Associação Empresas Responsáveis
- O programa corporativo de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem das/os filhas/os das/dos trabalhadoras/es sendo este um programa de Responsabilidade Social interna de grande impacto. Em 2021, nesta que foi a edição com maior número de candidaturas apresentadas, foram atribuídas 64 bolsas de estudo, 33 bolsas destinadas ao Ensino Superior e 31 bolsas destinadas ao Ensino Especial no valor de 1.200 euros cada. As bolsas atribuídas abrangem todas as empresas do Grupo tendo, a partir de 2016, incluído também a área internacional.

O programa de atribuição de bolsas de estudo aos filhos de trabalhadores/as do Grupo Águas de Portugal arrancou no ano letivo de 2013/2014, tendo já sido atribuídas um total de 328 bolsas.

Recorda-se que esta é uma iniciativa de envolvimento e empenho de todos os trabalhadores e de todas as empresas do Grupo, uma vez que as bolsas atribuídas resultam das verbas angariadas com o envio dos cartões eletrónicos de Natal do Grupo, que têm associado um donativo de 0,50€ por cada cartão enviado. Este projeto que teve início no ano letivo 2013/2014 já permitiu distribuir bolsas de estudo para o Ensino Superior e Ensino Especial.

- Um dos nossos princípios orientadores é a igualdade e o respeito pela diversidade. Promovemos ativamente o combate à discriminação e olhamos a ética como um valor primordial no âmbito do nosso desempenho. Em 2021 continuamos como parte ativa em diversos projetos de promoção de igualdade de género de inclusão, de combate à pobreza e exclusão social. O Grupo AdP, volta a associar-se ao projeto “Engenheiras Por Um Dia” que tem por objetivo promover, junto das jovens estudantes dos ensinos básico e secundário, a opção pelas engenharias e pelas tecnologias, desconstruindo a ideia de que estas são áreas masculinas e combater os estereótipos que condicionam as suas opções escolares e de carreira. Este Projeto está integrado na Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação - Portugal Mais Igual;
- A AdP acolheu este ano novamente uma estagiária das participantes no projeto de empreendedorismo feminino Girl Move. A Girl Move é uma Fundação que tem como missão a criação de um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino em Moçambique, através da sua educação e da criação de redes humanas de ajuda e cooperação entre pares, inter-geracional e internacional. O seu principal objetivo é capacitar estas jovens, através da educação e da cooperação de forma a combater o abandono escolar precoce, casamentos e gravidezes prematuras e a violência de género, que são problemas que afetam a população jovem feminina moçambicana e que prejudicam a realização dos direitos humanos básicos e a oportunidade de atingir em pleno o seu potencial humano.

Um dos programas desenvolvidos chama-se “Change” e dirige-se a jovens licenciadas entre os 20 e os 30 anos, que podem fazer um “estágio de vida”, com a duração de um ano, com o apoio das entidades parceiras do projeto.

Neste âmbito recebemos em 2021 mais uma jovem moçambicana, a Taniça.

- O Grupo AdP continuou a ser parceiro do desporto paralímpico, com o apoio ao Comité Paralímpico de Portugal (CPP) rumo aos Jogos Olímpicos de Tóquio 2021. No quadro da nossa estratégia de responsabilidade social apoiamos o desporto para tod@s e este apoio, vai de encontro à nossa missão. Era já esse o nosso objetivo quando apoiámos a Seleção Portuguesa de Natação Adaptada para os Jogos Paralímpicos de 2012, que se realizaram em Londres.
- A Educação Ambiental é uma iniciativa estratégica transversal do Grupo Águas de Portugal que tem por objetivo contribuir ativamente para a prossecução de atividades fortemente orientadas para uma educação ambiental mais consciente, que possa fomentar a adoção de comportamentos mais sustentáveis, no que respeita ao valor da água, enquanto recurso escasso e essencial à vida e a todas as dimensões da atividade humana. As empresas do Grupo AdP, mantêm uma relação de grande proximidade e de parceria com a comunidade local. A promoção de uma maior consciencialização das populações para a utilização sustentável dos serviços de água e saneamento, tem sido uma constante das empresas do Grupo, nomeadamente através de ações de sensibilização, educação este ano de 2021 ainda em modo on-line.
- O Grupo AdP tem implementada uma política sustentada da Igualdade de Género. Para além desta Política específica, a existência de um conjunto de políticas de Recursos Humanos não discriminatórias, o próprio Código de Conduta e Ética e as certificações nas normas de Responsabilidade Social SA8000 e na norma da conciliação entre a vida pessoal profissional e familiar solidificam esta temática. O Grupo AdP está também entre as oito Empresas Bandeira portuguesas que lideram o objetivo de alcançar 40% de mulheres em cargos de decisão até 2030, tendo subscrito em 2021 a Meta Nacional para a Igualdade de Género, ato que reitera o objetivo de promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades e da participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais.

O Grupo AdP divulga anualmente no R&C e no Relatório de Sustentabilidade Corporativos a informação relevante de RH desagregada por sexo (bem como nos individuais das empresas). O RS corporativo é enviado aos principais *stakeholders* e é disponibilizado no site do Grupo e das empresas bem como na intranet.

Pandemia por COVID-19

O ano de 2021, tal como 2020, foi fortemente marcado pela infeção pelo novo coronavírus COVID-19, que será marcante para a atividade socioeconómica do país, com impactos ainda não integralmente quantificados quanto às respetivas magnitudes. Portugal, em linha com a União Europeia adotou medidas que vão no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional deste evento. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades do Grupo AdP. Foi ainda em 2020 que, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período, através do Despacho 3547-2020.

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptabilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

Nesse âmbito mantiveram-se implementados, nas empresas do Grupo, Planos de Contingência, onde se preconizou a manutenção de todos os serviços essenciais, estando assegurada a continuidade do abastecimento de água e do tratamento de águas residuais, sem registo de perturbações significativas, quer em termos da quantidade quer da qualidade da água fornecida e do efluente final rejeitado, e garantindo a resiliência de todos os sistemas informáticos com um foco incrementado na segurança da informação.

Também no seguimento do já realizado durante 2020, estes planos foram objeto de revisão e atualização de acordo com a fase em que o surto epidémico se encontra em Portugal, em articulação com as orientações emitidas pela Direção Geral de Saúde (DGS) e em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Neste sentido, foram sendo feitos ajustamentos, de carácter operacional de forma a assegurar a segurança e a salvaguarda dos trabalhadores e processos, e simultaneamente garantir a continuidade do serviço da empresa.

Assim, também durante o ano de 2021, se destaca o impacto muito significativo da Pandemia, na forma de organização do trabalho e da gestão dos Recursos Humanos nas empresas.

Mais uma vez e como verificado em 2020, em termos de investimentos, se registaram impactos. Quer ao nível da execução dos contratos em curso, mas também pelo protelar das ações de elaboração de projetos e procedimentos de contratação.

Ao nível de impactos nas demonstrações financeiras do ano 2021 destacam-se:

- O não registo de imparidades nos Ativos do Grupo AdP, uma vez que por efeitos do COVID-19, os ativos não deixam de gerar benefícios económicos e futuros de forma permanente;
- A quebra nas vendas e prestações de serviço de algumas empresas operacionais (mais significativas nas empresas EPAL e AdSA), por redução das atividades económicas, não colmatável pelo aumento do consumo doméstico, decorrente do isolamento profilático determinado à população;
- O aumento dos gastos operacionais, quer decorrente da estratégia de aquisição de bens e serviços, quer pelo aumento de gastos com pessoal por forma a assegurar a capacidade de resposta das equipas, uma vez que foi aumentado em número e estendido no tempo, bem como de aumento de horas extraordinárias de trabalho;
- A maximização de stocks, de forma a acautelar a continuidade de serviço, minimizando a exposição a fornecedores críticos;
- A redução nos recebimentos dos clientes municipais, mas a manutenção dos prazos médios de pagamento;
- Em sentido contrário, verificou-se uma redução das despesas de deslocações e estadas e combustíveis

Face ao exposto, não se antecipam problemas de continuidade das respetivas operações no curto e médio prazo, uma vez que o Grupo dispõe de linhas de crédito contratadas, prevendo-se que as mesmas serão suficientes para fazer face aos compromissos assumidos.

Stakeholders

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que possa afetar e/ou ser afetado pelos resultados estratégicos da empresa e que tenha reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade do Grupo AdP passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na relação com a sociedade e, em especial, com as entidades que tenham impacto nas empresas do Grupo ou sejam impactadas por elas.

O Grupo AdP identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



Através da Direção de Regulação, Planeamento e Controlo de Gestão, o Grupo AdP pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos.

Esta Direção atua como interlocutora entre a Comissão Executiva e os *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

São para o efeito desenvolvidos esforços e estabelecidas incumbências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, mediante a disponibilização de toda a informação necessária e a observação de todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim se torna possível dar resposta às solicitações de informação recebidas.

A responsabilidade do Grupo AdP neste âmbito é acrescida e especialmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do País.

Deveres especiais de prestação de informação

O Grupo AdP cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

Inovação 2021

A estratégia definida pela AdP SGPS para o Grupo em 2020 coloca a inovação como um dos pilares da sua sustentabilidade e afirmação, tendo a inovação sido vertida no Quadro Estratégico de Compromisso como um dos doze pilares de atuação.

Neste quadro, a AdP SGPS transmitiu orientações específicas à AdP Valor que lhe confere a responsabilidade de promover, impulsionar e dinamizar a Inovação no Grupo AdP, tendo nesse âmbito sido desenvolvido o documento «Estratégia e Plano de Ação» para a inovação (2021-2022) que visa constituir um contributo para a estratégia global de inovação no Grupo AdP e que foi aprovado pela CE da AdP SGPS no dia 28 de janeiro de 2021.

No Dia Mundial da Água foi apresentada publicamente a Estratégia de Inovação 360° do Grupo, enquanto um dos 12 pilares da estratégia corporativa da AdP. Nessa sessão foram apresentadas as linhas gerais para o roteiro de concretização da inovação 360°, a qual está a ser materializada em três dimensões, complementares entre si: a inovação proativa, a inovação reativa ou colaborativa e a inovação operacional ou orgânica.



Figura – Quadro de síntese da estratégia de Inovação 360°

Ao nível da inovação proativa, 2021 destaca-se a construção de uma agenda de inovação do Grupo AdP, a qual foi elaborada por um grupo de trabalho que incluiu representantes das empresas operacionais e que reuniu com uma base quinzenal entre maio e julho, estendendo os contributos para a agenda até novembro de 2021 e apresentado à Comissão Executiva da AdP SGPS no final do ano de 2021.

Em termos de inovação reativa, destaca-se o papel do Grupo nos desafios colocados pelas agendas mobilizadoras para a inovação empresarial, que apresentou duas candidaturas nas áreas da circularidade e da neutralidade energética, mobilizando cerca de 100 parceiros do setor público, privado, instituições de investigação e importantes *stakeholders*, num valor global de 67M€ e de 60M€, propondo o desenvolvimento e lançamento de 40 e de 25 novos produtos/serviços, respetivamente na área da circularidade e da neutralidade. A preparação de ambas as candidaturas, mereceu um empenho, coordenação e dedicação de várias empresas do Grupo, em torno do objetivo comum, fomentando um espírito de inovação assente numa rede multipolar de competências.

Ainda no âmbito da inovação reativa, AdP Valor continuou a reforçar o portefólio de projetos em que participa, focando-se em projetos que respondam aos desafios e necessidades do Grupo e da própria empresa, tendo fechado o ano com um portefólio total de 14 projetos, com financiamento atribuído por diferentes instrumentos nacionais e comunitários e com uma ampla rede de parceiros:

- **PYROLIFE** (*Financiamento H2020 Marie-Curie Innovative Training Networks; 2019-2023; Estado: a decorrer; Papel AdP Valor: secondment*)
Com o propósito de dotar os países de conhecimentos que permitam uma gestão eficaz e integrada dos incêndios, a União Europeia financiou através do Projeto PyroLife o doutoramento de 15 investigadores que estão a desenvolver conhecimento em matérias relacionadas com o fogo.

O projeto PyroLife reúne conhecimentos de diferentes países, disciplinas e práticas científicas. A liderança do sul da Europa em gestão de fogos florestais será usada para compreender e prever incêndios no norte da Europa, enquanto as lições do norte da Europa aprendidas na prevenção de inundações serão aplicadas no sul da Europa.

Em 2021 a AdP Valor acolheu durante 4 meses uma estudante que está a desenvolver o doutoramento ao abrigo do projeto e cuja investigação se centra em compreender as perceções sobre os riscos dos fogos e a gestão do solo, na construção de resiliência socio ecológica aos fogos mediterrâneos, focando-me nas regiões de Espanha e Portugal.

- **FRISCO** (*Financiamento: FCT; 2020-2023; estado: a decorrer; papel AdP Valor: parceiro*)
Os fogos rurais podem levar à contaminação das massas de água com sedimentos finos, nutrientes e cinzas, sendo necessário aos gestores da água informação suficiente para determinar o risco pós-fogo e selecionar as medidas de mitigação de impacto mais adequadas. O FRISCO procura dar resposta a essas necessidades, através da construção de dois produtos:

- 1) um índice de risco de contaminação após fogos, analisando informação sobre os impactos dos fogos na vegetação e solos, mobilização e transporte de contaminantes e episódios de contaminação com ferramentas estatísticas e de aprendizagem artificial.
- 2) um modelo estocástico de ocorrência e fogos, usando-o para testar soluções de mitigação sob o clima atual e cenários futuros.

- **CRISI ADAPT II** (*Financiamento: EIT Climate KIC; 2019-2022; Estado: a decorrer; Papel AdP Valor: case study provider*)
Este projeto visou monitorizar e otimizar o planeamento da adaptação às alterações climáticas, através da implementação e validação em tempo real de previsões sazonais dos perigos naturais relacionados com o clima. Como o risco e a gestão operacional requerem um tratamento holístico dos vários setores afetados, o projeto irá promover a democratização da informação sobre o risco climático necessária para cada utilizador e a informação de vulnerabilidade exigida por cada modelo de impacto.

Em Portugal, o caso de estudo foi a bacia hidrográfica do rio Sado, um dos rios que mais sofre de escassez de água e que serve como origem de água para duas empresas do Grupo AdP: Águas Públicas do Alentejo e Águas de Santo André.

- **COVIDetect** (*Financiamento: Compete 2020; 2020-2021; Estado: terminado; Papel AdP Valor: coordenador*)
O projeto COVIDetect visou estudar às águas residuais como sentinela para a presença do vírus SARS-CoV-2 e suas variantes na comunidade, contribuindo para melhorar a resposta a novos surtos da doença.

O projeto integrou uma iniciativa nacional e europeia considerada estratégica para a preparação dos países para futuras vagas epidémicas sendo uma ferramenta de deteção, quantificação, caracterização e modelação do vírus através da análise da sua presença em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

- **LIFE PHOENIX** (Financiamento: LIFE; 2020-2024; Estado: a decorrer; Papel AdP Valor: parceiro)

O projeto LIFE PHOENIX está a desenvolver e demonstrar soluções modulares, flexíveis e eficientes para a produção sustentável e segura de água para reutilização (ApR) a partir de águas residuais provenientes de tratamento secundário, de acordo com os novos requisitos europeus para uma água para reutilização de classe A.

A colaboração da AdP inclui a participação no desenvolvimento de um estudo de viabilidade para a aplicação das soluções em duas ETAR do Grupo e na disseminação do projeto em Portugal.

- **LIFE RENATURWAT** (Financiamento: LIFE; 2020-2024; Estado: a decorrer; Papel AdP Valor: parceiro)

O projeto LIFE RENATURWAT procura demonstrar a eficácia do processo de utilização de lamas que resultam da purificação de água para consumo humano para melhorar o tratamento das águas residuais através da sua utilização em zonas húmidas artificiais, contribuindo para a remoção de nutrientes e compostos orgânicos e para a biodiversidade e promovendo a economia circular no ciclo urbano da água.

O projeto conta com a instalação de um piloto de demonstração numa ETAR em Valência (Espanha). Tendo presente os resultados deste piloto, a AdP Valor irá desenvolver um plano para instalação da solução numa das suas ETAR na região Norte.

- **SARS CONTROL** (Financiamento: Compete 2020; 2020-2021; Estado: a decorrer; Papel AdP Valor: coordenador)

O SARS Control tem como objetivo compreender o comportamento do vírus SARS-CoV-2 ao longo da cadeia de tratamento de águas residuais urbanas (fase líquida e fase sólida), avaliar em que medida as ETAR constituem barreiras eficazes à viabilidade e disseminação do vírus, e avaliar os impactos, diretos e indiretos, na saúde pública e na saúde dos ecossistemas, dos fluxos gerados nas ETAR, num contexto de economia circular.

- **REUSE II** (Financiamento: Fundo Ambiental; 2021; Estado: terminado; Papel AdP Valor: parceiro)

O projeto visou promover a utilização de água para reutilização (ApR) na rega agrícola no Alentejo, através do recurso a tecnologias ambientalmente sustentáveis e de baixo custo, mas também pela criação de conhecimento e desenvolvimento de ações de comunicação sobre a reutilização de água. A metodologia adotada teve como objetivo a reutilização de forma segura e adaptada ao uso em causa, suportada por uma análise de custo-eficácia.

O projeto incluiu o estudo sobre a utilização da ApR numa cultura de romã, localização na proximidade da ETAR produtora. Em 2021 o projeto teve uma segunda fase, com vista a estender o estudo sobre o impacto da utilização de ApR no solo e cultura agrícola a mais uma campanha de rega.

- **AQUA VINI** (Financiamento: Fundo Ambiental; 2021; Estado: terminado; Papel AdP Valor: parceiro)

O projeto pretendeu contribuir para a promoção da produção e utilização de água para reutilização (ApR) na atividade vitivinícola na região do Alentejo, mais especificamente na vinha produzida na Herdade da Ravasqueira, gerida pela Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A. O projeto pretendeu também contribuir para o aumento do conhecimento técnico sobre a reutilização de água na atividade de regadio, os efeitos desta aplicação no desenvolvimento das culturas irrigadas e o impacto nos recetores ambientais solo e recursos hídricos, bem como nos sistemas de rega.

A metodologia adotada no desenvolvimento do projeto assenta na abordagem fit-for-purpose, assente numa avaliação do risco e garantindo, por isso, uma relação custo-eficácia equilibrada e competitiva.

À semelhança dos projetos REUSE e REUSE II, uma importante componente do projeto foi a sensibilização da comunidade, especialmente agrícola, para a importância da reutilização da água residual na atividade de regadio.

- **Smart Fire Prevention** (Financiamento: Fundo Ambiental; 2021 -2022; Estado: a decorrer; Papel AdP Valor: coordenador)

O projeto Smart Fire Prevention – Avaliação de risco de incêndio com recurso a inspeção via Satélite e Implementação de procedimentos de desmatização, tem como objetivo o desenvolvimento de uma ferramenta de suporte à decisão que permita otimizar o planeamento da atividade de gestão combustível em torno das infraestruturas do Grupo Águas de Portugal (AdP), com recurso a imagens de satélite de acesso aberto (gratuitas), através do desenvolvimento de algoritmos e alarmística.

- **SILVANUS** (Financiamento: Fundo Ambiental; 2021 -2022; Estado: a decorrer; Papel AdP Valor: coordenador)

O projeto SILVANUS - Integrated Technological and Information Platform for Wildfire Management visa fornecer uma plataforma

de gestão florestal sustentável e resiliente ao clima, que ofereça recursos inovadores para combater a ignição e propagação de fogos florestais, assim como mitigar os seus efeitos.

A plataforma a ser desenvolvida irá conciliar aspetos ambientais, sociais e inovações tecnológicas e científicas, possibilitando aos decisores uma visão holística e integrada sobre a gestão dos espaços florestais e do risco de incêndio associado. Deste modo, a plataforma SILVANUS irá atuar a 3 níveis: **a)** prevenção e preparação; **b)** deteção e resposta; **c)** restauro e adaptação.

No âmbito deste projeto, Portugal irá estar a desenvolver um piloto que incide sobre dois bens essenciais: água e energia. O piloto português será liderado pela EDP New, e conta com a colaboração dos parceiros AdP Valor, Instituto Superior Técnico e TerraPrima, assim como da Águas do Vale do Tejo na qualidade de entidade terceira. O objetivo principal deste piloto é demonstrar a implementação de ações de prevenção e restauro de fogos florestais, que beneficiem simultaneamente a conservação da natureza. Para tal, combinará práticas agrícolas convencionais (como o pastoreio) com tecnologias digitais para desenvolver e implementar abordagens de gestão florestal, próximas da natureza.

- **JRC SERPIC** (*Financiamento: FCT; 2021-2024; Estado: a decorrer; Papel AdP Valor: parceiro*)

O SERPIC - Sustainable Electrochemical Reduction of contaminants of emerging concern and Pathogens in WWTP effluent for Irrigation of Crops pretende investigar e minimizar a disseminação dos chamados poluentes emergentes, tendo como foco a produção de ApR com qualidade para irrigação de culturas para produção alimentar e a descarga no meio ambiente de uma água de qualidade superior. Para tal, irá focar-se em 3 objetivos principais:

- Investigar a dispersão e transformação de poluentes emergentes, patogénicos e bactérias resistentes a antibióticos na água;
- Desenvolver soluções inovadoras para o tratamento avançado de águas residuais, baseadas tecnologias de membranas conjugadas com soluções eletroquímicas para produção de oxidantes, tendo como principal fonte de energia a solar;
- Elaborar metodologias e ferramentas de monitorização; avaliação do risco ambiental e para a saúde pública; e para a implementação dos novos conceitos de reutilização, como base para melhorar a formulação de políticas e seus processos decisórios.

Para validar a eficácia das tecnologias de tratamento desenvolvidas será instalado um protótipo em Espanha para a produção de água para irrigação de culturas in situ. Serão efetuados testes à água residual produzida, ao solo e às culturas. A energia elétrica necessária será gerada por módulos fotovoltaicos.

- **OZONE4WATER** (*Financiamento: FCT; 2021-2024; Estado: a decorrer; Papel AdP Valor: parceiro*)

O projeto OZONE4WATER tem como objetivo desenvolver uma tecnologia disruptiva de produção de ozono para tratamento de água, com vantagens processuais e económicas face às soluções convencionais. Para tal, este projeto foca-se na otimização do processo a dois níveis:

- i) Utilização de membranas para separação de O_3/O_2 , a fim de obter uma corrente enriquecida com O_3 , reduzindo significativamente o consumo de O_2 assim como o consumo energético associado;
- ii) Utilização de um misturador estático pressurizado micro/meso-estruturado (NETmix), capaz de melhorar a transferência de massa de O_3 da fase gasosa para a fase líquida para próximo de 100%.

O desenvolvimento deste projeto envolve ainda a criação de um protótipo laboratorial, que será validado na pré e pós-oxidação de água para consumo humano e no tratamento avançado de águas residuais urbanas, permitindo desta forma o acesso a água potável segura e acessível, bem como a produção de ApR compatível com a irrigação de culturas de consumo em cru. No final, será avaliado o impacto ambiental, económico e social da tecnologia desenvolvida, bem como a sua implementação futura, através de uma Avaliação do Ciclo de Vida.

A empresa continuou também a participar no *advisory board* de vários projetos, já em fase de implementação, como seja o WATER MINING.

Em termos de inovação operacional, destaca-se a participação no programa SOL Green Capital, um programa promovido pela Beta-i em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, que junta grandes empresa a *start-ups* com vista a promover a procura de soluções na área do ambiente e sustentabilidade na capital portuguesa. Para além da AdP Valor, a participação do Grupo AdP neste programa contou com a presença da EPAL e da Águas do Tejo Atlântico, com vista a fomentar a coordenação do Grupo em matéria de inovação.

Destaca-se ainda a colaboração com a *start-up* Aquacorp no desenvolvimento de três pilotos em ETAR do Grupo que visam testar a tecnologia de monitorização da qualidade das águas residuais a partir de imagem.

Ao nível da inovação em processos, conduzindo à eficiência dos mesmos, a AdP Valor apresentou à Comissão Executiva da AdP SGPS um roteiro para a digitalização de diversos processos, em linha com uma cultura de inovação que tem liderado nesta área ao longo dos últimos anos, e, no final do ano de 2021 anunciou a ambição de lançamento de 3 novos produtos digitais durante o primeiro trimestre de 2022:

- AQUAMOD
- WICCE
- ASSET.ID

No contexto organizacional, foi criada a Direção de Inovação da AdP Valor, dando seguimento à estratégia da empresa de ser um motor de promoção e aceleração da inovação no Grupo AdP em parceria com as restantes empresas.

A empresa viu aprovada a sua candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE) referente ao ano de 2019 e apresentou nova candidatura referente ao exercício de 2020.

A AdP Valor continua a representar o Grupo AdP na WATEREUROPE, em específico no *Policy Advisory Committee*, com o papel de Water Ambassador, visando a promoção da Inovação Grupo AdP neste contexto internacional, mas também contribuindo para influenciar positivamente políticas europeias para o setor da água.

Recursos Humanos

A AdP assume, no âmbito da sua política corporativa de gestão de recursos humanos, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento e a valorização contínua de todas/os as/os trabalhadoras/es contribuindo, desta forma, para o seu envolvimento e para uma cultura de responsabilidade, autonomia, iniciativa, meritocracia, exigência interna, excelência de serviço e utilidade social, promovendo a sustentabilidade do Grupo AdP.

O ano de 2021 correspondeu a um ano de implementação e manutenção de muitos compromissos, destacando-se a rápida adaptação das nossas pessoas a uma realidade híbrida marcada pelo regresso faseado ao encontro presencial nos nossos escritórios, e à realização, mesmo nesta envolvente, de diversos estudos e projetos de diagnóstico interno e de *benchmarking* nacional e internacional.

Tratando-se de um ano de mudança e readaptação, deu-se continuidade ao trabalho de diagnóstico aos grandes processos de recursos humanos iniciado em 2020, incluindo um diagnóstico completo ao ciclo de pessoas, do qual resultou na identificação de projetos de continuidade para efetivar a atualização, modernização, simplificação e transversalidade da gestão de recursos humanos no Grupo AdP, colocando as pessoas no centro desta discussão.

Desde 2018 que todos/as os/as trabalhadores/as do Grupo AdP estão abrangidos/as pelos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) vigentes, nos quais estão previstos princípios de igualdade e não discriminação e direitos de personalidade, bem como temas como os direitos, deveres e garantias das empresas e dos/as trabalhadores/as, as categorias profissionais e os descritivos de funções, as carreiras profissionais, a organização e prestação do trabalho, as prestações pecuniárias, os equipamentos de proteção individual e a formação profissional, entre outros.

O ano 2021 marcou, igualmente, o arranque dos trabalhos das comissões paritárias associadas aos ACT, visando esclarecer quaisquer questões que pudessem existir em termos de interpretação dos respetivos clausulados.

De salientar que em 2021 foi igualmente realizado um projeto que visou a análise salarial, incluindo *benchmarking* nacional e internacional, permitindo constatar a realidade do Grupo AdP.

O Sistema de avaliação de desempenho tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da empresa e potenciar a melhoria contínua. O Sistema de Avaliação

de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado, mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra o alinhamento de expectativas, a definição de metas e objetivos claros a atingir, a identificação de oportunidades de melhoria e o desenvolvimento dos/as trabalhadores/as, pelo que se procura a maior transparência no desenvolvimento do processo. No decorrer de 2021 avaliámos a totalidade dos/as trabalhadores/as e iniciámos um trabalho de reflexão e revisão profundo sobre o atual sistema, tendo já sido definido um novo modelo de continuidade a implementar em 2022, que nos permitirá olhar para o desempenho da perspetiva do verdadeiro potencial individual, reforçando a máxima de que as nossas pessoas e o seu desenvolvimento são o nosso principal foco.

A mobilidade interna de trabalhadores/as é uma prática que valorizamos e estimulamos constituindo um fator importante na evolução profissional das nossas pessoas. O recrutamento interno de profissionais, para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de conhecimento específico, é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos/as trabalhadores/as a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais. Na alocação a projetos internacionais recorreremos, sempre que possível, a trabalhadores/as internos/as como forma de capitalizar o conhecimento existente no Grupo AdP e a promover o desenvolvimento profissional das nossas pessoas.

No âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, o Grupo AdP, com o objetivo de oficializar as práticas já existentes, monitorizá-las e desenvolver ainda melhores condições de trabalho aos/as trabalhadores/as, iniciou o processo para a certificação na norma NP 4552:2016, para a Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal, estando já certificadas na norma a AdP SGPS e as empresas instrumentais do Grupo (AdP Internacional, AdP Serviços e AdP Energias), EPAL, AdVT, AdDP e SIMDOURO.

Formação e desenvolvimento

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar as nossas pessoas com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso do Grupo AdP. Desta forma, a formação dos/as trabalhadores/as é uma aposta forte da política de gestão de recursos humanos, com um foco no saber, no fazer, no partilhar e no ser.

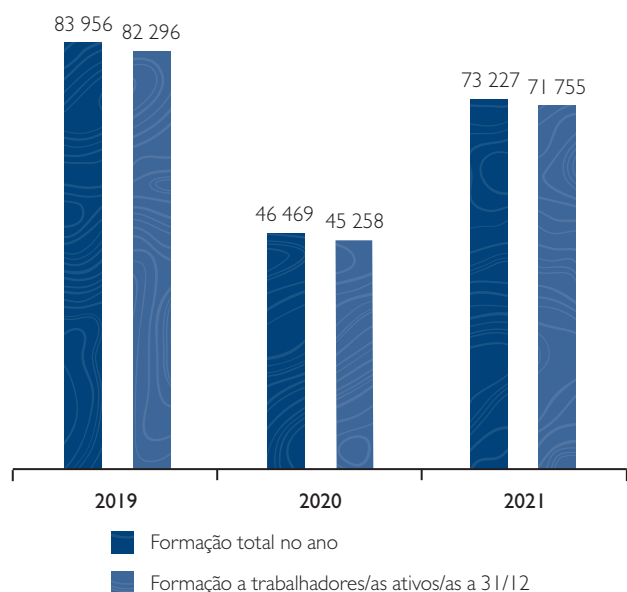
Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas.

São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

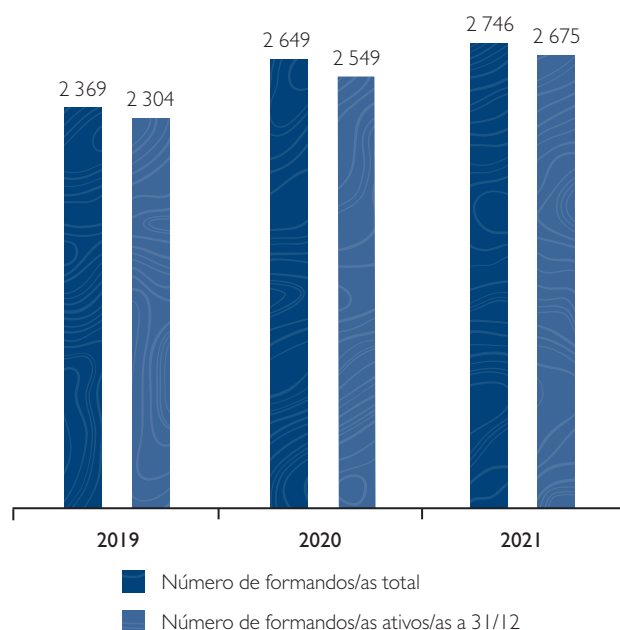
Em 2021 materializámos o modelo dos nossos webinars internos e quinzenais, designados por AdP T@lks, os quais foram realizados em formato digital e abertos a todos/as os/as trabalhadores/as do Grupo AdP. Com o objetivo de inspirar e promover novas formas de pensar e de estar, realizámos 22 sessões ao longo de 2021, com convidados/as internos/as e externos/as, que nos trouxeram reflexão, abertura ao mundo e novas perspetivas.

O Programa de Liderança Consciente foi criado com a missão de promover vitalidade, paixão, propósito e coesão na liderança do Grupo AdP, nas suas organizações e em seu redor, tornando as equipas mais comprometidas, trabalhando mais e melhor, com melhores resultados, maior espírito de equipa e maior motivação e realização pessoal. No decorrer de 2021 foram realizados 8 grupos de formação, compostos pela alta gestão (administradores/as e diretores/as e responsáveis de primeira linha). Demos assim os primeiros passos naquele que é um caminho em que acreditamos e nos revemos – a liderança pelo exemplo.

Horas de formação



Formandos/as



Nota: O número total de formandos de 2020 foi corrigido em 4, reportados em excesso por lapso

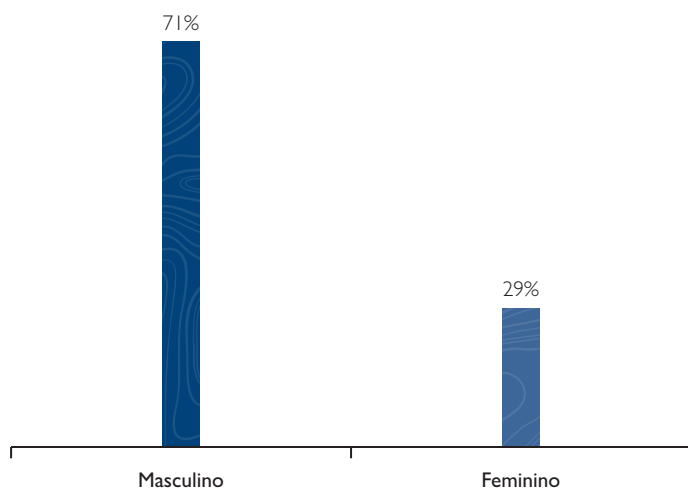
O número de horas de formação aumentou significativamente relevando uma franca recuperação dos valores registados em 2020, ano marcado pelo surgimento da situação pandémica. Esta recuperação foi possível graças à grande capacidade de adaptação dos intervenientes, entidades formadoras e formandos/as, que facilmente incorporaram ações de formação em formato digital em substituição das tradicionais ações presenciais.

O número de formandos/as tem vindo a aumentar de forma consistente, nomeadamente através de ações de formação em formato digital que são disponibilizadas a todos/as os/as trabalhadores/as.

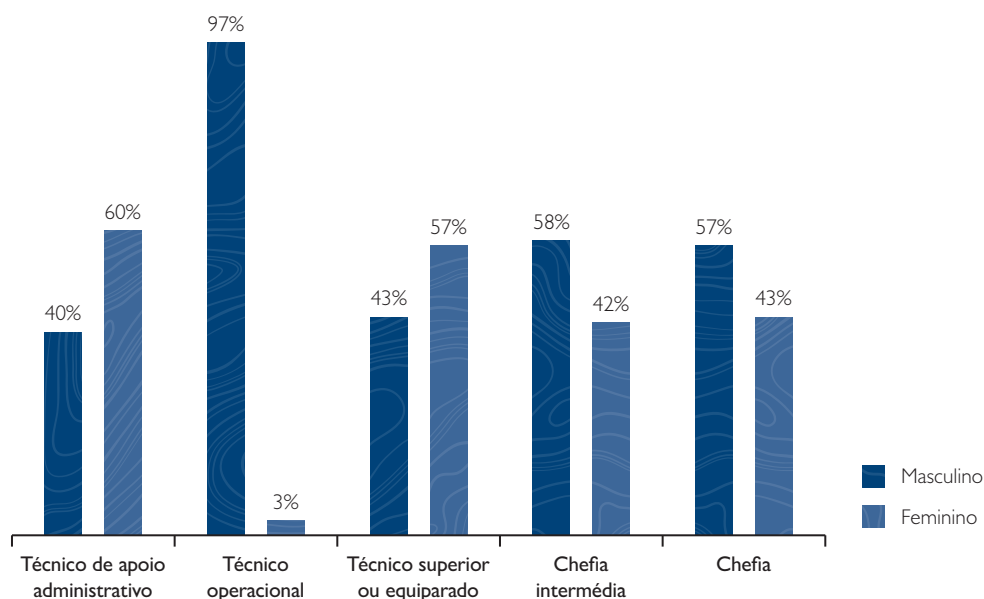
Igualdade de género

Dos/as trabalhadores/as ativos/as do Grupo, 71% pertencem ao género masculino e 29% ao género feminino. A representatividade de género no Grupo está diretamente relacionada com a natureza das funções a desempenhar nas empresas operacionais, predominantemente nas áreas de operação e de manutenção.

Distribuição por género



Trabalhadores/as por segmento por género



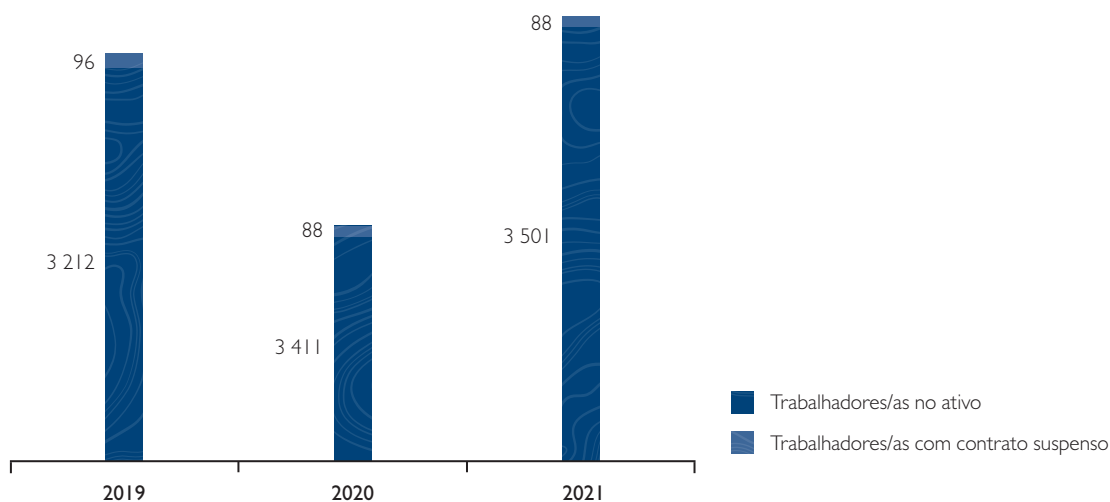
Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP, SGPS, S.A., promoverá, divulgará internamente e disponibilizará, no sítio da Internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

Entre a população ativa, o Grupo conta com 86 pessoas com deficiência e 34 pessoas de nacionalidade minoritária.

Caraterização dos Recursos Humanos do Grupo a 31 de dezembro de 2020

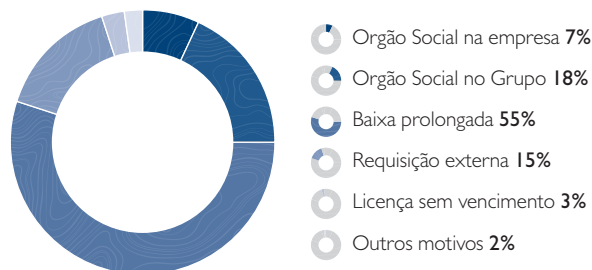
A 31 de dezembro de 2021 o Grupo contava com 3.501 trabalhadores/as no ativo, mais 2,6% que no final de 2020. O número de trabalhadores/as com contrato suspenso manteve-se em 88.

Número total de trabalhadores/as no Grupo



Dos/as trabalhadores/as com contrato suspenso, 55% encontravam-se de baixa prolongada e 25% encontravam-se a desempenhar funções de administração nas empresas do Grupo. As restantes situações respeitam a contratos suspensos por desempenho de funções públicas (requisição externa), licenças sem vencimento, e outros motivos.

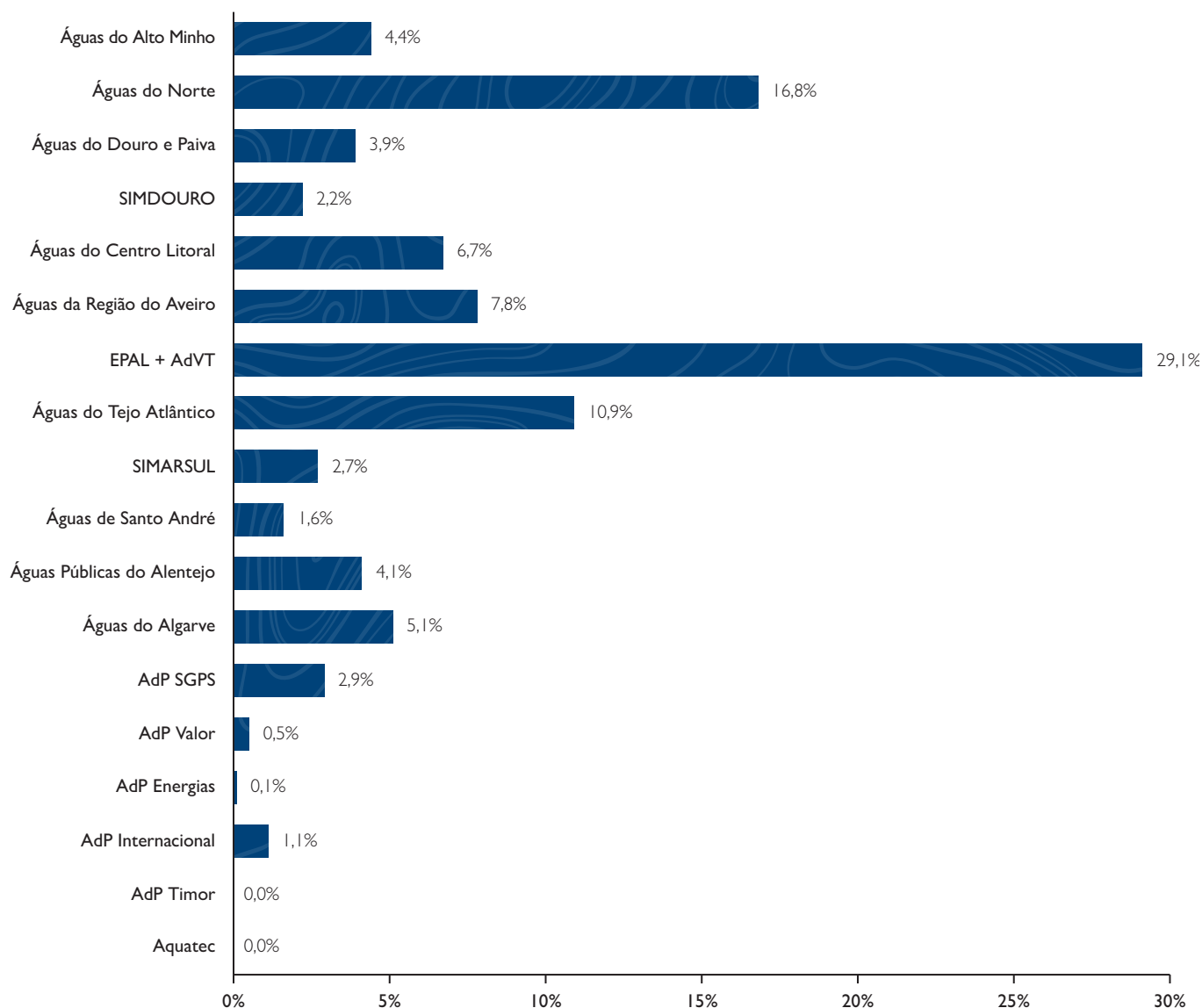
Trabalhadores/as com contrato suspenso



Caracterização dos/as Trabalhadores/as no Ativo

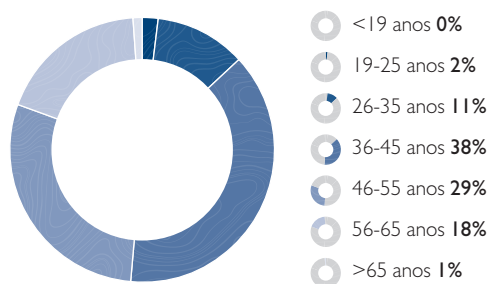
As empresas que concentram maior número de trabalhadores/as são a EPAL (que integra os/as trabalhadores/as da AdVT), com 29,1%, a Águas do Norte com 16,8% e a Águas do Tejo Atlântico com 10,9%. As restantes empresas concentram 43,2% dos/as trabalhadores/as no ativo.

Trabalhadores/as ativos/as por empresa

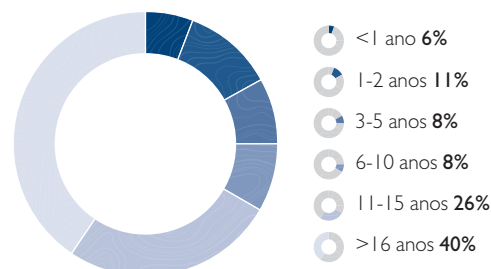


A média etária dos/as trabalhadores/as situa-se nos 46 anos, sendo que 38% se situa na faixa etária dos 36-45 anos e 29% na faixa etária dos 46-55 anos. Os/as trabalhadores/as ativos/as com mais de 56 anos são cerca de 19%.

Distribuição por faixa etária



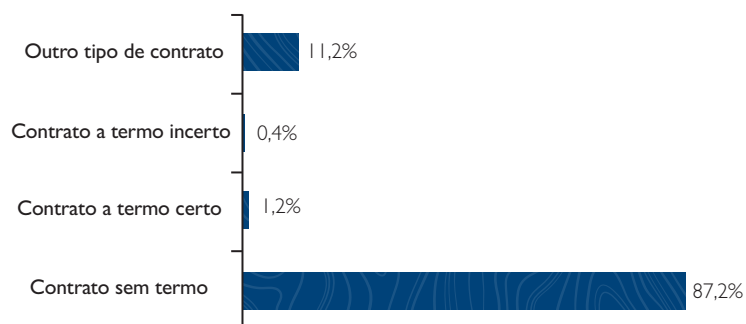
Antiguidade dos/as trabalhadores/as no ativo



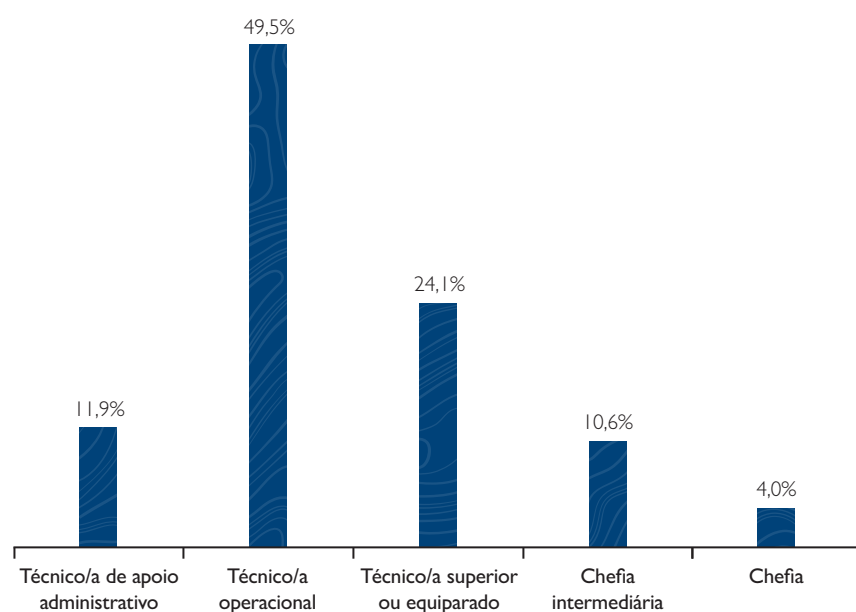
A antiguidade média dos/as trabalhadores/as do Grupo AdP é de 13 anos, sendo que 66% tem uma antiguidade no Grupo superior a 10 anos.

No que respeita ao vínculo contratual, 98,4% dos/as trabalhadores/as tem contrato sem termo (87,2%+11,2%). Os/as trabalhadores/as em regime de cedência ocasional entre empresas do Grupo, ou em cedência de interesse público com outros organismos públicos, representados no gráfico como "outro tipo de contrato" estão vinculados, nas empresas de origem, com contrato sem termo.

Vínculo contratual

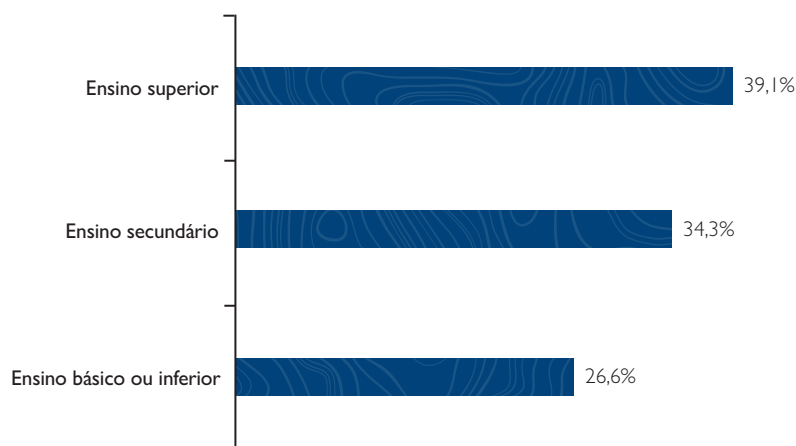


Trabalhadores/as no ativo por segmento



Cerca de 49,5% dos/as trabalhadores/as no ativo são técnicos/as operacionais e 24,1% são técnicos/as superiores. Os lugares de chefia e chefias intermédias são ocupados por 14,6% dos/as trabalhadores/as ativos.

Habilitações literárias



Relativamente ao nível de habilitações literárias, 39,1% dos/as trabalhadores/as do Grupo AdP tem formação superior.

Sistema de Controlo Interno e Controlo do Risco

O Grupo AdP e em particular o Conselho de Administração da AdP SGPS, dedicam atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2021 foi concluída a primeira fase do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação dos Riscos

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.



Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controle

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controle do processo.

Atividades de controle são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controle são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controle podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controle. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controle alternativas.

Informação e Comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controle da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controle devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

O projeto de implementação do Sistema de Controle Interno atrás referido, é composto pelas seguintes fases:

- Fase Inicial – na qual se inclui a identificação e aprovação da metodologia a utilizar, a determinação pela AdP SGPS dos 35 processos considerados como críticos no grupo AdP, tendo por base as orientações estratégicas e as contas significativas;

- Primeira Fase – cuja conclusão se encontrava prevista para o final de 2021, inclui as seguintes etapas:
 - O mapeamento dos 15 processos prioritários, com a identificação dos eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação, em duas empresas piloto, através da elaboração das respetivas Matrizes de Riscos e Controlos (MRC);
 - A definição das métricas a utilizar na avaliação futura do SCI, e a elaboração da versão base do Manual de Controlo Interno do Grupo, a serem utilizados pelas empresas, e nos quais serão incluídas as Matrizes de Controlos e Riscos dos processos mapeados;
 - O mapeamento dos processos prioritários nas restantes empresas do Grupo, tendo por base a informação sistematizada nas MRC das empresas piloto, e que implica o seu ajuste à realidade dos riscos e controlos implementados em cada empresa.
- Segunda Fase – cujo início se encontra previsto para o 1.º trimestre de 2022, onde se incluem as seguintes etapas:
 - O mapeamento dos restantes processos críticos, nas mesmas empresas piloto envolvidas na Primeira Fase, através da elaboração das respetivas MRC;
 - A aprovação dos manuais de controlo interno por parte das empresas, a versão base aprovada e a informação das MRC relativa aos processos mapeados na primeira fase;
 - O mapeamento dos restantes processos nas empresas do Grupo, tendo por base a informação sistematizada nas MRC das empresas piloto, e que implica o seu ajuste à realidade dos riscos e controlos implementados em cada empresa.

Após conclusão da Fase Inicial do projeto em 2020, foi finalizada a Primeira Fase no decurso de 2021, tendo sido desenvolvidas as seguintes atividades:

- i. Mapeamento dos 15 processos iniciais nas empresas do Grupo, tendo por base a informação sistematizada nas Matrizes de Riscos e Controlos (MRC) das duas empresas piloto, implicando o ajuste da informação recolhida à realidade dos riscos e controlos existentes em cada empresa. O trabalho, iniciado no 4.º trimestre de 2020, respeitou o cronograma temporal definido inicialmente, tendo sido concluído na quase totalidade das empresas do Grupo AdP, no final do 4.º trimestre de 2021;
- ii. Realização de análise preliminar da Maturidade do Controlo Interno às empresas do Grupo AdP e elaboração dos respetivos relatórios sistematizando as principais conclusões dos questionários submetidos e onde se identifica o nível de conhecimento e a sensibilidade existente, em cada empresa, relativamente a esta matéria;
- iii. Conclusão e envio das MRC do processo de compras, cuja elaboração resultou da auditoria efetuada a este processo nas empresas, através da qual foram identificados os eventos de risco e controlos existentes;
- iv. Revisão conjunta das MRC concluídas pelas empresas de modo a assegurar a consolidação da informação sistematizada e melhorar os conteúdos apresentados;
- v. Realização de auditoria de testes e avaliação da eficácia dos controlos associados ao processo de contas a pagar nas empresas do Grupo, tendo por base as MRC elaboradas pelas empresas;
- vi. Revisão dos processos identificados no âmbito do Sistema de Controlo Interno do Grupo e a mapear na segunda fase do projeto, assegurando a manutenção do seu alinhamento com os objetivos estratégicos e as contas significativas das empresas;
- vii. Adjudicação da entidade responsável pela realização do mapeamento, junto das empresas piloto, dos restantes processos de negócio no âmbito da segunda fase do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno do Grupo, a começar no início de 2022;
- viii. Revisão do Manual de Controlo Interno do Grupo AdP e das Métricas de avaliação do SCI definidas, por forma a garantir a sua adequação à realidade das empresas do Grupo AdP, acomodando os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação da primeira fase do presente projeto, com previsão de aprovação nas empresas no início de 2022.

Em 2022 será iniciada a Segunda Fase da implementação do Sistema de Controlo Interno, encontrando-se prevista a realização das seguintes atividades:

- i. Conclusão do mapeamento dos processos relativos à primeira fase cuja finalização não foi possível em duas empresas;
- ii. Início do mapeamento nas empresas piloto, dos processos incluídos na segunda fase do projeto, através da identificação dos eventos de risco e controlos existentes e elaboração dos fluxogramas e MRC;
- iii. Continuação da revisão conjunta com as empresas, das MRC dos processos mapeados no âmbito da primeira fase, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados;
- iv. Preparação e aprovação dos manuais de controlo interno, com base na versão revista e no qual serão incluídas as MRC já finalizadas;
- v. Início do mapeamento dos processos relativos à segunda fase nas restantes empresas do Grupo AdP, com base na informação recolhida no mapeamento das MRC das empresas piloto;
- vi. Teste à avaliação dos indicadores e métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno.

Conclusão da auditoria de testes e avaliação da eficácia dos controlos associados ao processo de contas a pagar e realização de auditoria ao processo de processamento salarial, tendo por base as MRC elaboradas.

No âmbito do modelo em implementação, através da avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente a alguns dos processos, será possível obter informação que possibilite aferir acerca da operacionalidade integrada das cinco componentes do controlo interno, de modo a proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AdP SGPS sobre o desempenho do SCl.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte das empresas e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas conjugadas com a revisão do Modelo de Gestão de Risco em vigor no Grupo AdP, prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise dos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe estão subjacentes.

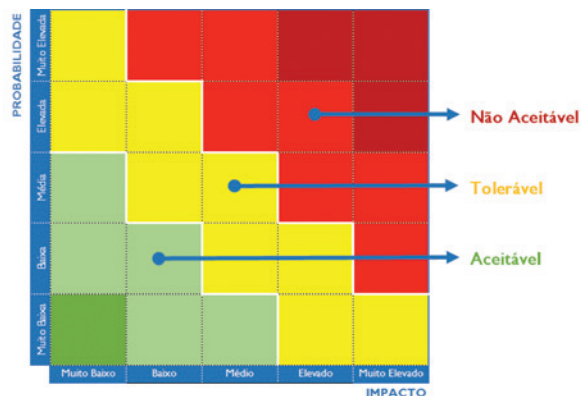
O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCl instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a matriz apresentada.

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.



A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pelas, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pelas empresas do Grupo e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada pelas empresas do Grupo AdP em 2021, alguns dos principais riscos a que este se encontra exposto, são os seguintes:

- Eventos climáticos extremos - Perda de vidas humanas, danos nos ecossistemas, extinção de espécies, destruição de propriedade e/ou perda financeira a uma escala global em resultado de eventos climáticos extremos: frentes frias, incêndios, inundações, ondas de calor, seca extrema, tempestades e tornados, etc.
- Segurança da informação - Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação.
- Cambial e commodities - Risco de as demonstrações financeiras da Organização serem afetadas pela sua exposição à variação dos custos com commodities, nomeadamente os custos com energia, e reagentes.
- Perdas de abastecimento em baixa - Risco de perdas de recursos hídricos ao longo da cadeia de abastecimento em baixa, com consequente diminuição da capacidade de abastecimento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente ou envelhecimento da infraestrutura.
- Infiltrações de saneamento em alta - Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento em alta, diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, por avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas."

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

De acordo com a metodologia implementada, concluída a avaliação do risco efetuada pelas empresas participadas do Grupo AdP, os Conselhos de Administração avaliam a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, que devem ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

Gestão de risco financeiro

Fatores de risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na *performance* financeira

da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	31.12.2021	Impacto da variação da taxa	
		+1%	-1%
Juros suportados à taxa variável	556 733	1 692 641	-
	556 733	1 692 641	-

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2021 e 2020 não foram contratados *swaps* cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

nota	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Passivo			
Financiamentos BEI	103 486 932	459 180 663	749 732 694
Financiamentos obrigacionistas	157 292 140	228 830 825	160 382 671
Valor líquido	260 779 072	688 011 488	910 115 365

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/ revisão de taxa:

(‘000 EUR)

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2021 (nota 23)	Valor do capital no ano de refixação de taxa
2022	36 720	1 754
2023	7 596	6 541
2024	-	-
2025	685 234	491 020
2026	72 936	40 366
2027	68 363	30 274
2028	7 000	-
2029	176 038	73 062
2030	77 580	-
2040	30 000	-
	1 161 467	643 017

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos obrigacionistas) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2021 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2021 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017, a AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de EUR (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de EUR aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de EUR (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo tem utilizados 30 milhões de EUR de tranche A e 49,3 milhões de EUR de tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez (Milhões EUR)	Valor do <i>plafond</i> disponível	Valor do <i>plafond</i> usado	Valor do <i>plafond</i> não usado
Descobertos bancários (Grupo AdP)	125,0	-	125,0

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	nota	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos não correntes	23.2	1 468 847 965	1 705 786 127
Empréstimos correntes	23.2	236 937 980	80 579 663
Fundo de reconstituição de capital	11.2	(21 222 798)	(23 360 682)
Disponibilidades	17.2	(323 290 474)	(255 790 943)
Passivos da locação (*)		2 123 610	6 799 407
Endividamento líquido		1 363 396 283	1 514 013 572
Subsídios ao investimento	22.2	1 445 287 330	1 484 046 405
Total do capital próprio (sem Interesses Minoritários)		1 442 840 097	1 385 322 840
Capital e subsídios		2 888 127 427	2 869 369 245
Dívida/total do capital		0,47	0,53

(*) apenas referentes a locações com entidades financeiras

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais (“Municípios”)

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 13) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 36).

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. Estado e setor público, particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: **(i)** abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e **(ii)** outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: **i)** para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); **ii)** para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

iii. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: **i)** o prazo médio de recebimento; **ii)** a condição financeira do cliente; e **iii)** a evolução macroeconómica.

Segmento de negócio	Negócio Alta (*)			Negócio Baixa(**)			Grandes clientes industriais e outras entidades	TOTAL (nota 13.3)	
	Municípios	Outros	Total	Municípios	Estado e Setor Público	Outros			
	Risco	Baixo		Médio	Baixo	Baixo			Médio
Exposição bruta	265 801 911	17 692 942	283 494 853	2 903 704	2 206 845	49 078 782	54 189 331	23 498 878	361 183 062
Imparidade	(26 277 906)	(477 839)	(26 755 745)	-	-	(19 127 337)	(19 127 337)	(14 962 362)	(60 845 444)
Exposição líquida	239 524 005	17 215 103	256 739 108	2 903 704	2 206 845	29 951 445	35 061 994	8 536 516	300 337 618

(*) Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados, e empresas municipais ou intermunicipais.

(**) Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

Em 31 de dezembro de 2021 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

31.12.2021	Institucionais, empresas abastecidas pela rede de distribuição em alta				Particulares, institucionais, Estado e Setor Público, e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa				Grandes clientes industriais e outras entidades			
	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	13 669 276	-	0%	13 669 276	20 308 495	(259 296)	-1%	20 049 199	6 540 942	-	0%	6 540 942
Vencida até 180 dias	650 841	-	0%	650 841	8 916 717	(251 017)	-3%	8 665 700	1 452 908	-	0%	1 452 908
Vencida há mais de 180 dias	3 372 825	(477 839)	-14%	2 894 986	22 060 415	(18 617 024)	-84%	3 443 391	15 505 028	(14 962 362)	-97%	542 666
	17 692 942	(477 839)	-3%	17 215 103	51 285 627	(19 127 337)	-37%	32 158 290	23 498 878	(14 962 362)	-64%	8 536 516

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2021 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	nota	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos à Ordem	17.2	80 210 044	152 002 584
Depósitos Prazo	17.2	243 000 000	103 705 000
Fundo de reconstituição do capital	11.2	21 222 798	23 360 682
Outros		267 402	163 614
		344 700 244	279 231 880

Rating		31.12.2021	31.12.2020
A2		190 539	177 401
A3		329 683	167 834
B1		748 146	-
B2		-	658 454
B3		348 721	52 134
Ba3		45 166	-
Ba1		-	5 588 030
Baa1		1 664 879	1 636 975
Baa2	(a)	341 160 696	-
Baa3		-	270 365 383
não disponível		212 414	585 669
		344 700 244	279 231 880

Nota: notação de *rating* da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2022.

(a) Em 31 de dezembro de 2021, inclui 326 041 mil EUR depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

Risco de exploração

Risco de catástrofe

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Análise económica e financeira (comparativo com 2020)

DRG (resultados)

58,9
milhões de EUR

superavitário, melhoria de 3,5 milhões de EUR (4º ano consecutivo em que o Grupo apresenta *superavit* em termos consolidados)

INVESTIMENTO

155,8
milhões de EUR

mais de 25,1 milhões de EUR (+19,2%)

GO/VN | GO =
CMVMC + FSE +
G.PESSOAL | VN =
VENDAS + P.SERV

46 %

Diminuição face a 2020 (46,2%). Manutenção (47,4%) face a 2020 se expurgado o impacto da pandemia por COVID-19.

OPEX

525
milhões de EUR

aumento de 7,7 milhões de EUR (+1,5%), como mais significativos 4,4 milhões de EUR de Conservação e Reparação e 3 milhões de EUR relativos aos Gastos com Pessoal. Assim como em 2020, a pandemia condicionou o registo dos gastos adicionais.

EBITDA (ajustado)

378,9
milhões de EUR

melhoria de 4,8 milhões de EUR (+1,3%)

RESULTADO LÍQUIDO

83,3
milhões de EUR

Mais 4,7 milhões de EUR (+6,0%)

VOLUME DE
NEGÓCIOS

725,2
milhões de EUR

melhoria de 9,9 milhões de EUR (+1,4%)

ENDIVIDAMENTO
BRUTO

1 707,9
milhões de EUR

redução de 85,3 milhões de EUR (-4,8%)

ENDIVIDAMENTO
LÍQUIDO

1 363,4
milhões de EUR

redução de 150,6 milhões de EUR (-9,9%)

A gestão do Grupo AdP presta uma atenção especial à sustentabilidade económico-financeira das suas operações, uma vez que estas constituem serviços essenciais, sopesando as especificidades próprias de cada operação e procurando mitigar os riscos exógenos e endógenos da atividade. Ponderam-se ainda outros fatores económicos, como o envelhecimento das infraestruturas, uma pressão eficiência no consumo dos recursos hídricos, num cenário crescente de usos, e a necessidade de expansão da cobertura do serviço público a zonas com menor densidade demográfica e maior dificuldade orográfica.

Considera, em especial as questões que se seguem.

a) Sustentabilidade económica

O Grupo AdP atua com base em planos de melhoria contínua, que visam a racionalidade dos investimentos a realizar e a eficiência de exploração. O objetivo é recuperar a evolução dos encargos com a operação e manutenção dos sistemas e a evolução de enquadramentos regulatórios mais restritivos, em matéria de qualidade e de ambiente, sem que tal prejudique a estabilidade da trajetória tarifária.

Esta atuação decorre de forma estreita e articulada com o concedente – Estado Português – com as entidades reguladoras – ERSAR e APA – e com os Municípios – nas vários papéis que desempenham, enquanto acionistas das empresas subsidiárias, clientes dos serviços de águas e delegantes dos serviços de águas, através das comissões de parceria –, com vista ao estabelecimento de um enquadramento regulatório que promova a racionalidade dos investimentos e a eficiência de exploração e manutenção, a harmonização tarifária entre os territórios, a estabilidade tarifária e a geração de *cash-flow* operacional das empresas.

Assume uma especial relevância neste capítulo a definição de indicadores de eficiência produtiva pela ERSAR e a criação de corredores de harmonização tarifária entre sistemas, em tudo semelhantes aos de outros setores de *utilities* existentes em Portugal e no estrangeiro, de que beneficiará a coesão territorial e a melhor gestão dos recursos hídricos.

Por último, cabe destacar o Plano Plurianual de Convergência Tarifária, iniciado com os processos de parceria, continuado na reestruturação do setor, efetuada em 2015, cujo objetivo é a eliminação dos desvios de recuperação de gastos, resultantes de défices decorrentes da diferença entre as tarifas cobradas e os custos de exploração e de recuperação do investimento (incluindo custos do capital próprio e alheio), conforme previsto nos contratos de concessão ou nos contratos de gestão das parcerias.

b) Sustentabilidade financeira

A AdP atua de forma consolidada na gestão da sustentabilidade financeira do Grupo, o que resulta, em cada operação e no conjunto consolidado: **(i)** na adequação dos níveis de financiamento à capacidade de libertação de meios; **(ii)** na dotação de múltiplas fontes de financiamento permanente e de longo prazo, consistentes com a vida útil dos ativos e com os prazos de concessão dos sistemas; e **(iii)** na gestão do risco de taxa de juro, maximizando o hedge natural entre a fixação de taxas e a respetiva recuperação através das tarifas cobradas.

Exige ainda uma atuação especial na gestão do risco de cobrança e no controlo da conta clientes, dado o peso específico que tem em algumas das operações e a forma como condiciona a realização do programa de investimentos das entidades gestoras. De que o esforço de estabelecimento de acordos de regularização de dívidas, no quadro legal específico, tem permitido uma redução mais sustentado deste ativo, que, no entanto, continua a requer atenção permanente.

Estas duas esferas de atuação têm permitido nos últimos anos levar a cabo a consolidação da dívida financeira do Grupo, permitindo uma redução importante do serviço da mesma, num contexto também favorável de taxas de juro.

O ano 2021

Os resultados

O Grupo AdP encerrou o exercício de 2021 com um resultado líquido de cerca de 83,3 milhões de EUR, o que representa um crescimento de 6,0% relativamente ao exercício anterior que registou um resultado de, cerca de, 78,6 milhões de EUR). O resultado líquido por ação é de 0,96 EUR (vs. 0,90 EUR em 2020).

O crescimento do resultado líquido foi condicionado por diversos fatores de onde se destacam: **i)** redução dos gastos financeiros, diretamente relacionada com a diminuição do volume de endividamento; **ii)** redução de vendas por efeito da pandemia por COVID-19, com particular reflexo nos resultados da EPAL e da Águas do Douro e Paiva, não compensados por redução de encargos; **iii)** efeito da descida da taxa das Obrigações do Tesouro a 10 anos do Estado Português, indexante utilizado para a determinação dos resultados

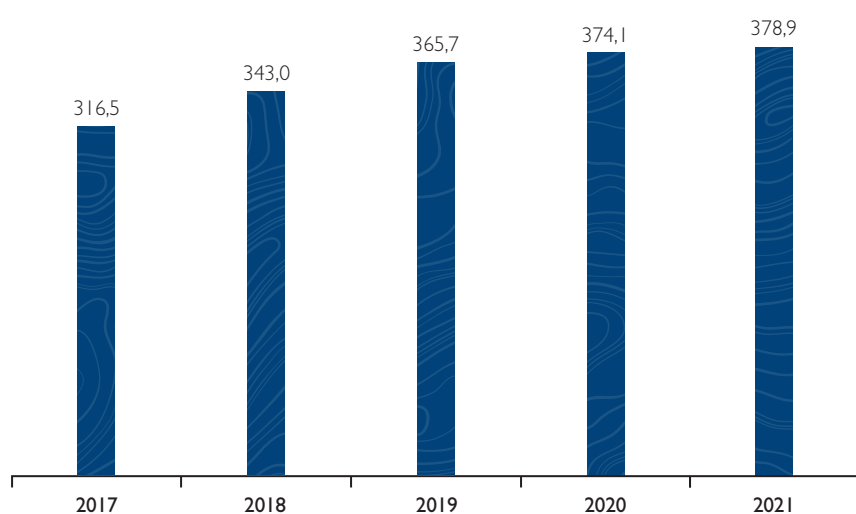
líquidos dos Sistemas Multimunicipais e Parcerias Estado-Autarquias. Este indexante apresentou nos últimos anos uma redução acentuada, passando de 1,84%, em 2018, para 0,75%, em 2019, para 0,41%, em 2020 e cifrando-se em 0,30%, em 2021.

O EBITDA, ajustado do *superavit* de recuperação de gastos, ascende a 378,9 milhões de EUR, o que representa um acréscimo de 1,3% relativamente ao ano anterior (que registou 374,1 milhões de EUR), consolidando a trajetória crescente desde 2015 decorrente da melhoria operacional verificada no Grupo AdP. Este crescimento deve-se à melhoria do volume de negócios de ambas as atividades, (mais 9,9 milhões de EUR) com especial relevo para o saneamento (mais 8,4 milhões de EUR), que permitiu fazer face ao, também verificado, acréscimo dos gastos operacionais.

O EBIT registado (tal como em 2020 afetado pela pandemia por COVID-19), ajustado do *superavit* de recuperação de gastos, situou-se, 1,4 milhões de EUR abaixo de 2020.

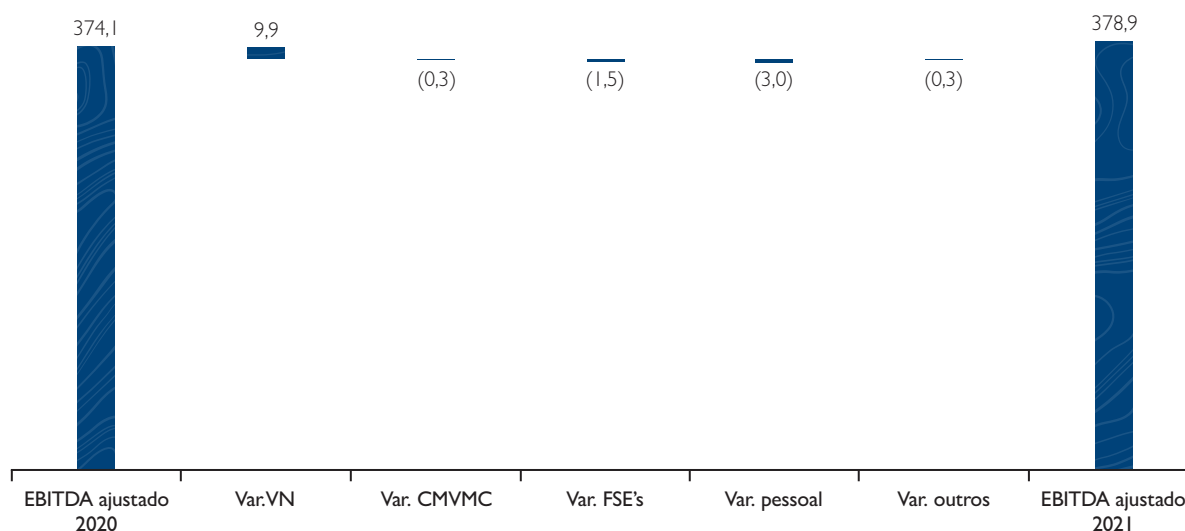
EBITDA ajustado

(milhões de EUR)



EBITDA ajustado

(milhões de EUR)



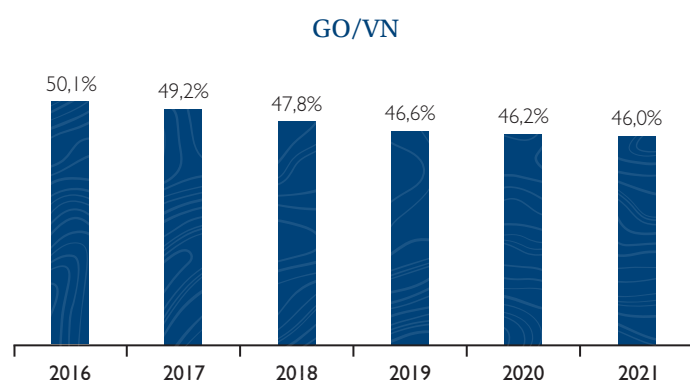
Em 2021, registou-se uma melhoria do rácio de cobertura de gastos operacionais pelo volume de negócios (GO/VN | $GO=CMVMC+FSE+GP$ | $VN=VENDAS+PREST.SERV$) de 0,2 p.p. relativamente a 2020, e que se cifrou em 46,0%. Ambos estes períodos foram consideravelmente condicionados pela pandemia, quer no que à redução de faturação diz respeito, quer no que a gastos acrescidos de refere. Em 2019, este rácio ascendeu a 46,6%.

Esta evolução é resultado da consolidação das operações de abastecimento e saneamento, num contexto de contínua exigência em matéria de eficiência produtiva.

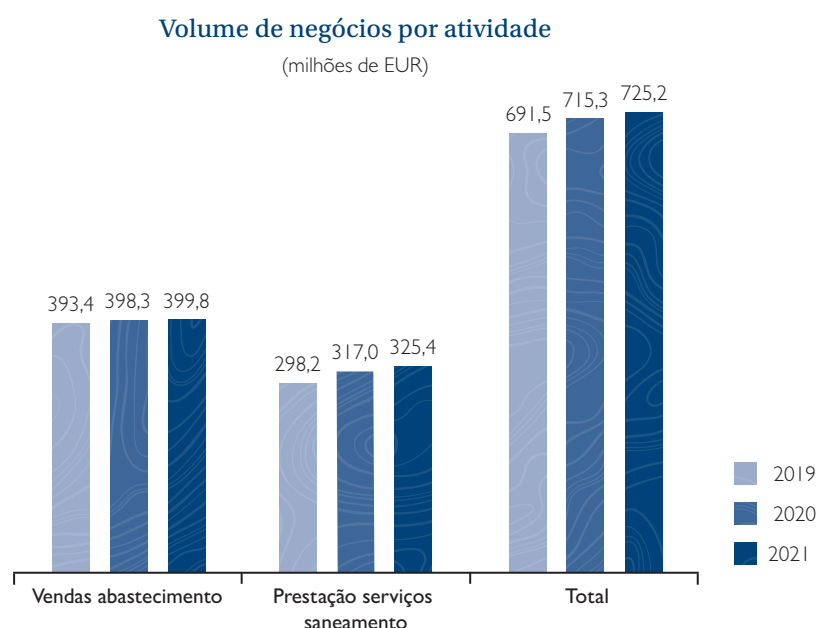
Apesar de se tratar do âmbito consolidado, e no sentido do cumprimento do disposto das orientações emanadas pela DGTF (Direção Geral do Tesouro e Finanças) para aplicação às empresas integrantes do Setor Público Empresarial, o rácio GO/VN deve ser expurgado do impacto da pandemia associada ao vírus SARS-COV-2. Conforme indicado, procedeu-se ao ajustamento quer ao nível do Volume de Negócios, quer ao nível de gastos operacionais. Desta forma, foram considerados ajustamentos no exercício de 2021 que resultam do seguinte:

- Decréscimo do volume de negócios (na empresa Águas do Douro e Paiva e na atividade em baixa - EPAL), num valor total de 12,0 milhões de EUR (valor em linha com os 12,3 milhões de EUR, verificados em 2020);
- Aumento dos gastos operacionais, registados no universo das empresas operacionais, num valor aproximado de 4,8 milhões de EUR (2,6 milhões de EUR em 2020), onde há a destacar:
 - Aumento dos gastos com pessoal, por via do incremento no valor do gasto com horas extraordinárias e com equipamentos de proteção individual;
 - Aumento de gastos com limpeza e desinfeção das infraestruturas
 - Aumento de custo com trabalho temporário.

Sem estes efeitos, o rácio de cobertura de gastos pelo volume de negócios ascende a 47,4% (valor idêntico a 2020).

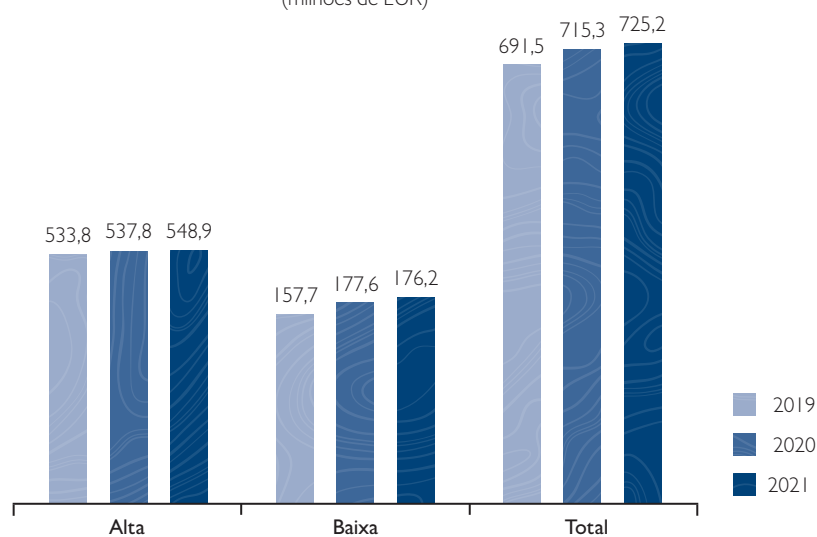


O volume de negócios consolidado do Grupo (expurgado dos rendimentos de construção de ativos concessionados, ao abrigo da norma IFRIC 12 e do desvio de recuperação de gastos) ascendeu a 725,2 milhões de EUR, cerca de +1,4% acima do registado no ano anterior decorrente das atividades de abastecimento e saneamento.



Volume de negócios por segmento

(milhões de EUR)



A referida variação do volume de negócios (1,4%) deve-se ao seguinte:

- Na atividade de abastecimento, observa-se um aumento das vendas em 0,4%, que decorre da atualização tarifária e do ligeiro aumento do volume de água faturada face a 2020 (+1,7 milhões de m³).

Apesar do referido, registre-se que a atividade da Baixa, tal como em 2020, foi negativamente afetada pela pandemia por COVID-19. Este efeito foi particularmente sentido nas regiões de maior turismo como Lisboa, Porto e Algarve.

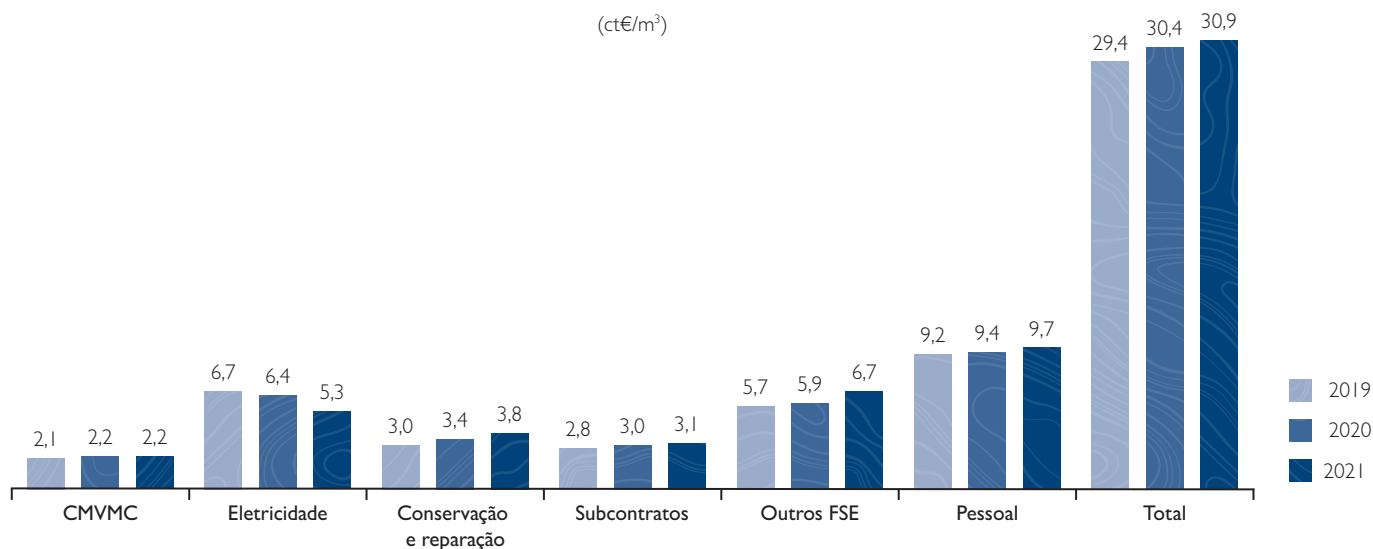
- Na atividade de saneamento, observa-se um aumento da prestação de serviços (+2,7%).

De salientar que o volume de negócios associado ao tratamento de águas residuais em alta manteve os dois parâmetros essenciais de estabilização: (i) o recurso a um método de faturação por rendimentos tarifários, dissociado do volume de caudal tratado do ano, e (ii) em sua substituição a utilização de médias móveis plurianuais com base nos 6 semestres completos anteriores, de forma a suavizar o efeito da variação dos níveis de pluviosidade.

Em termos unitários, o *cash-cost*, que reflete o gasto com a exploração e manutenção por unidade média de água produzida e efluente tratado aumentou 1,4%, passando de 29,4 cêntimos de EUR por m³ em 2019 para 30,4 cêntimos de EUR por m³ em 2020 e 30,9 cêntimos de EUR por m³ em 2021, reflexo do aumento global dos gastos operacionais.

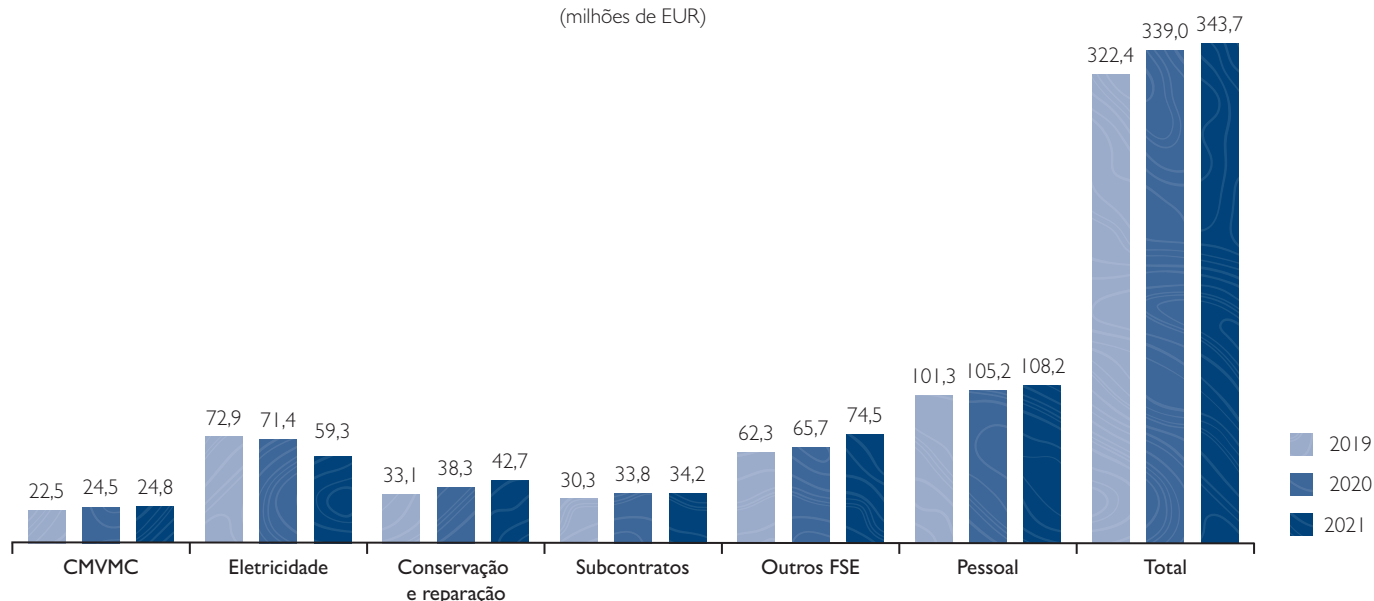
Cash-cost

(ct€/m³)



Estrutura de custos cash

(milhões de EUR)



O conjunto de gastos de exploração e manutenção aumentou 4,8 milhões de EUR face a 2020. Em 2020 registou-se um crescimento de 16,6 milhões de EUR face a 2019. Esta evolução está fortemente marcada pelo efeito da pandemia por COVID-19.

Importa destacar que o Grupo AdP tem vindo a adotar medidas de eficiência energética no âmbito do Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE) (visando a redução dos consumos, a redução dos gastos e o aumento da produção própria de energia para autoconsumo) o que tem permitido minimizar o impacto do aumento dos preços da eletricidade.

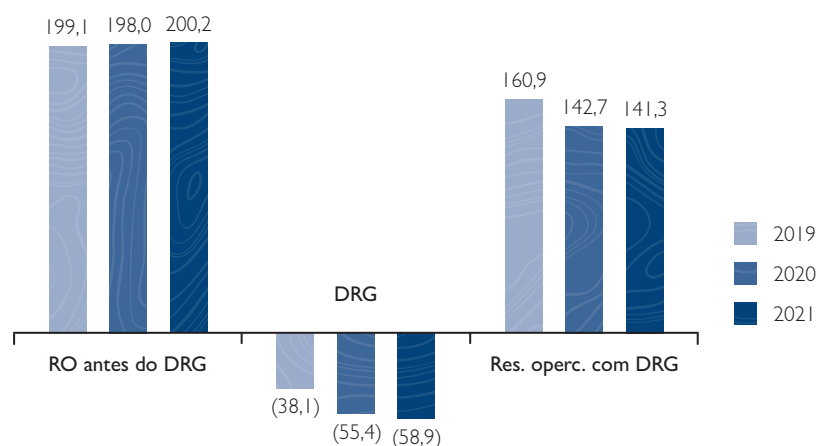
Este esforço tem vindo a permitir ganhos de eficiência historicamente. Contudo em 2021, observa-se uma redução muito substancial em gastos com energia, em função da contratação efetuada, no início do ano e para os anos 2021 e 2022 que permitirá reduzir gastos anuais muito significativos. Resultou assim, e já em 2021, uma redução de gastos desta natureza, quase 17%, tendo-se cifrado em 2021 em 59,3 milhões de EUR.

Como referido, o Grupo tem dado enfoque às atividades de reabilitação e/ou remodelação das suas infraestruturas. Neste sentido, em 2021, verificou-se, de forma relevante o acréscimo de gastos com a manutenção e conservação de infraestruturas (+4,4 milhões de EUR), o que tem permitido recuperar face aos últimos anos. Lembra-se que já em 2020, este valor cresceu 5,2 milhões de EUR, face a 2019. Este valor, acrescido do investimento para reposição de capacidade produtiva, representa 0,6% do valor total do investimento bruto. O valor encontra-se dentro dos referenciais do setor e indicados pelo Regulador, refletindo nos últimos anos o esforço de desenvolvido na gestão dos ativos produtivos, esforço que tem merecido o reconhecimento do Regulador da estratégia do Grupo AdP de recuperação da manutenção preventiva.

Os gastos com pessoal em 2021 ascenderam a 108,2 milhões de EUR, superior aos 105,2 milhões de EUR, registados em 2020. Para este aumento de gastos concorreu sobretudo o crescimento do quadro de pessoal do grupo (2,6%), as horas com formação (que mereceu particular enfoque no ano de 2021), a regularização pontual de situações decorrentes e previstas no ACT, e com menor expressão e embora também verificado em 2020, um aumento no valor do gasto com horas extraordinárias e com equipamentos de proteção individual, no âmbito da pandemia por COVID-19 e das medidas decorrentes dos planos de contingência implementados nas empresas do Grupo. Mais uma vez, se destaca os gastos com fardamento, aquisição de equipamentos de proteção e segurança ou de serviços de limpezas. A necessidade de incorrer de forma expressiva em gastos desta natureza permitiu garantir a manutenção da qualidade requerida à prestação do serviço público prestado pelas empresas do Grupo. Permitiu também que durante 2021 não se verificasse qualquer interrupção dos serviços prestados pelo Grupo AdP, este facto é resultante das medidas apertadas tomadas no sentido de procurar assegurar que não existissem infeções entre os trabalhadores e esforços de isolar os trabalhadores que ficaram afetados, por forma a evitar a indisponibilidade das equipas.

Resultado operacional

(milhões de EUR)



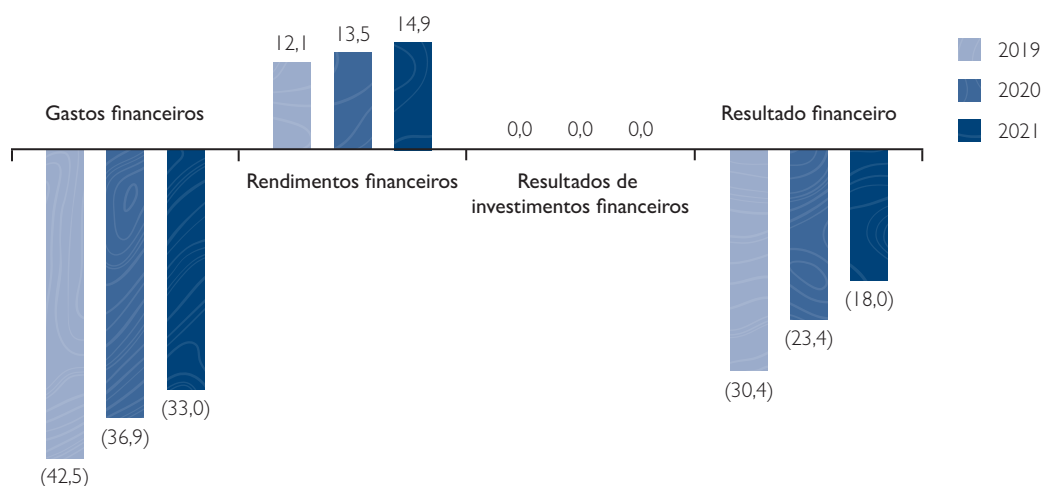
O desvio de recuperação de gastos, corresponde à diferença entre a remuneração acionista garantida das atividades reguladas definida contratualmente e o resultado líquido gerado pela respetiva atividade, que em 2021, foi superavitário em 58,9 milhões de EUR. A evolução deste indicador beneficia da consolidação das operações e da redução da taxa das Obrigações do Tesouro a 10 anos do Estado Português.

Não foram refletidas as estimativas das correções relativas ao cenário de eficiência produtiva estabelecido para 2021 propostas pelo Regulador, ainda em fase de contraditório. As decisões finais da Entidade Reguladora foram conhecidas após o encerramento das contas das diferentes empresas.

Na função financeira, observou-se a seguinte variação:

Resultado financeiro

(milhões de EUR)



O exercício de 2021 reflete uma diminuição dos gastos financeiros (capitalizados e não capitalizados), que está diretamente relacionada com a diminuição do volume de endividamento (redução em aproximadamente 85 milhões de EUR face a 2020). Em 2021, beneficiou-se também da manutenção das taxas de juro negativas. Quanto aos rendimentos financeiros, observa-se um crescimento de 1,4 milhões de EUR, que se justifica maioritariamente pelo aumento de juros de mora.

No quadro seguinte evidencia-se o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da AdP SGPS:

	2019	2020	2021
EBITDA Ajustado	365,7	374,1	378,9
Resultados Operacionais (com DRG)	160,9	142,7	141,3
Resultados Operacionais (sem DRG)	199,1	198,0	200,2
Resultados Financeiros	(30,4)	(23,4)	(18,0)
Impostos	(38,8)	(33,9)	(32,7)
RL do período	91,8	85,5	90,6
RL atribuível aos acionistas minoritários	(8,6)	(6,9)	(7,3)
RL atribuível aos acionistas da AdP SGPS	83,1	78,6	83,3

(milhões de EUR)

Demonstração da Posição Financeira

Ativo

O ativo líquido total do Grupo AdP cifra-se em 6 120 milhões de EUR, o que representa uma diminuição de cerca de 18,6 milhões de EUR face a 2020, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (+45,9 milhões de EUR) e do ativo não corrente (-64,5 milhões de EUR).

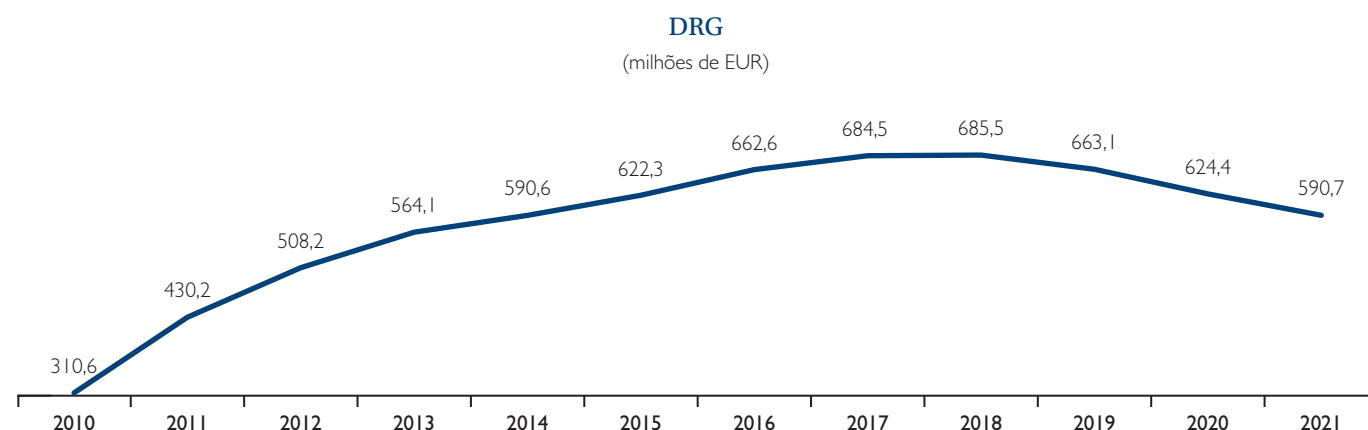
Ativos não correntes de exploração

Estes ativos são compostos por **i**) ativos intangíveis (que correspondem essencialmente à contabilização do direito de utilização de infraestruturas); **ii**) ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento; **iii**) ativos sob direito de uso; e **iv**) valor acumulado do défice tarifário.

A redução dos ativos tangíveis e intangíveis decorre da amortização continuada dos mesmos durante o prazo das concessões. No exercício o valor amortizado ascendeu a 237,8 milhões de EUR, que compara com o valor de realização de investimento, que se cifrou 155,8 milhões de EUR). A obrigação contratual das entidades gestoras de sistemas multimunicipais apresentarem, no termo das respetivas concessões, o ativo totalmente amortizado conduzirá a que o imobilizado líquido do Grupo AdP apresente sempre uma tendência decrescente, apesar dos investimentos de reabilitação e renovação efetuados para reposição de capacidade produtiva, com movimentos compensados na evolução dos subsídios ao investimento representando um passivo não corrente.

Desvio de Recuperação de Gastos

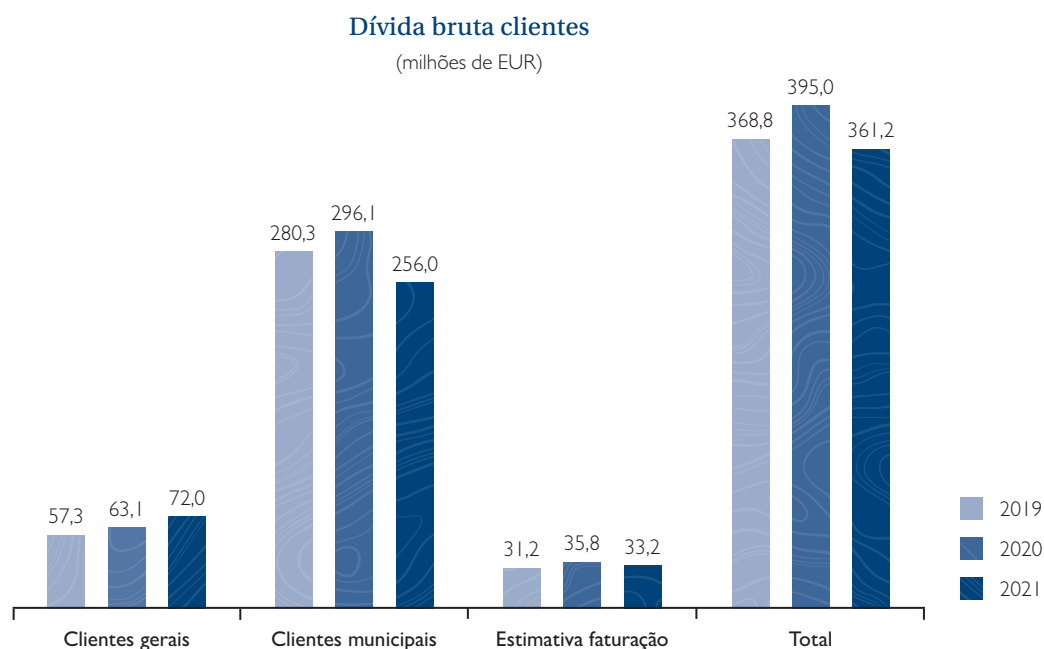
O DRG ativo atingiu, em 2021, um valor de 590,7 milhões de EUR, apresentando pelo quarto ano consecutivo uma redução face ao histórico acumulado, medido pela obtenção de um *superavit* no resultado das operações de 2018, 2019 e 2020. Este valor está significativamente abaixo das expectativas existentes à data de implementação das medidas de consolidação tarifária iniciadas em 2015, de acordo com as quais se previa que a trajetória de recuperação deste saldo se iniciasse apenas em 2026. Para esta evolução tem sido determinante a consolidação da eficiência operacional das entidades gestoras, suportada ainda na evolução favorável do cenário macroeconómico do país, que tem mantido numa trajetória decrescente a *yield* das Obrigações do Tesouro a 10 anos. Sendo este o indexante utilizado para determinar os resultados dos Sistemas Multimunicipais e as Parcerias Estado-Autarquias.



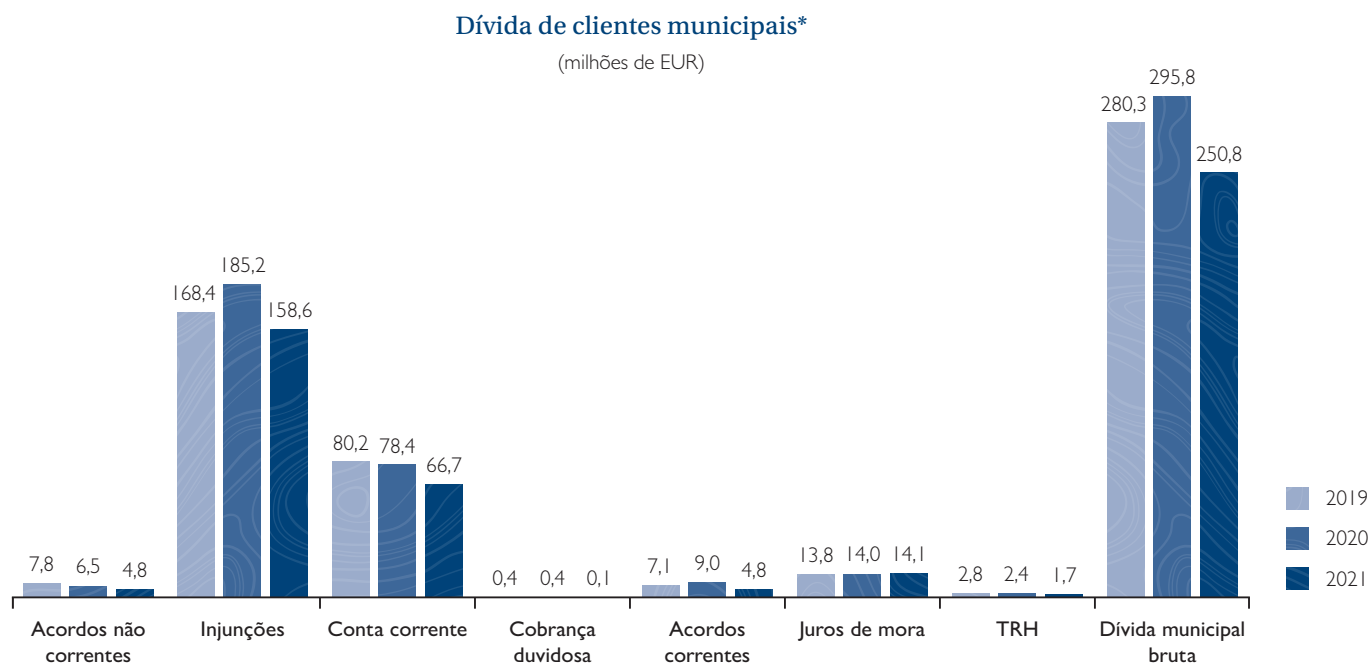
Clientes

No fecho do exercício de 2021, a dívida bruta de clientes totalizava 361,2 milhões de EUR, o que representa uma redução de 8,6% face a 2020. A redução do saldo verificado, reflete o esforço e diligências levadas a cabo pelo Grupo (designadamente através das participadas), para a recuperação de dívida por regularizar. Isto, mesmo tendo presente o impacto decorrente do efeito da pandemia designadamente em termos de clientes municipais, quer no cumprimento da faturação corrente quer no cumprimento de acordos celebrados.

Nota para o facto de se encontrar contabilizado em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral os ARD's celebrados, no valor de 27,6 milhões de EUR, o que representa um crescimento de 57,3% face a 2020, ano que foram recebidos cerca de 54,6 milhões de EUR.



A dívida de Clientes Municipais decompõe-se da seguinte forma:

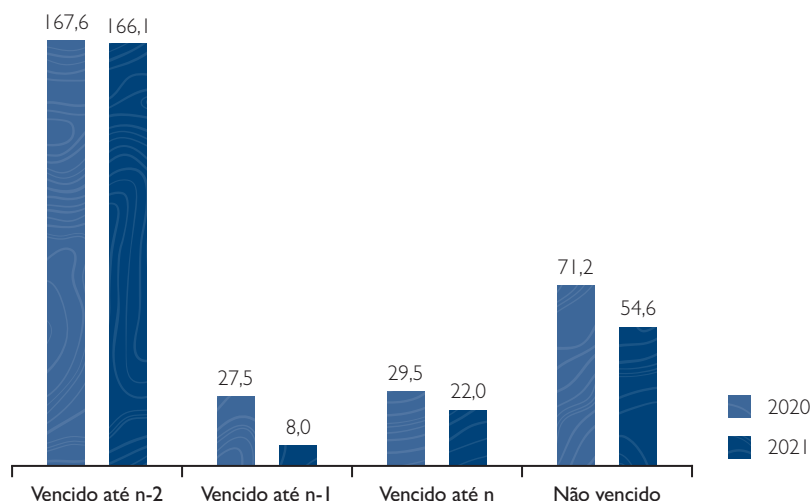


*Não inclui os valores relativos à especialização/estimativa de faturação

Destaque, para os valores (titulados) objeto de injunção – 158,6 milhões de EUR em 2021, relativos referente a ações judiciais de cobrança interpostas pelas entidades gestoras tendo por base o valor das dívidas vencidas há mais de 90 dias. Verifica-se uma redução de 14% face a 2020. Mais uma vez, esta redução reflete o esforço no sentido da normalização das relações correntes entre as entidades utilizadoras e as entidades gestoras, ficando pendentes de resolução judicial, os processos históricos.

Dívida municipal por antiguidade

(milhões de EUR)



Capital próprio

O capital próprio do Grupo AdP, incluindo interesses minoritários, aumentou 63,3 milhões de EUR no exercício em análise, para cerca de 1 770,5 milhões de EUR, sobretudo pela aplicação dos resultados do exercício para reservas e resultados transitados.

O capital social, constituído por 86 900 000 ações de valor unitário de 5 EUR, encontra-se totalmente realizado e ascende a 434,5 milhões de EUR.

O resultado líquido do período cifra-se em 83,3 milhões de EUR, derivando o resultado por ação em 0,96 euro.

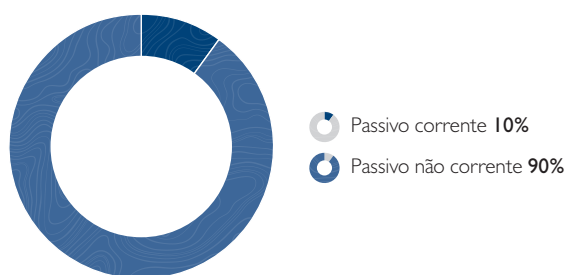
Passivo

O passivo total do Grupo diminuiu 1,9%, passando de 4 431,5 milhões de EUR em 2020 para 4 349,4 milhões de EUR em 2021, essencialmente por efeito da diminuição do passivo remunerado não corrente.

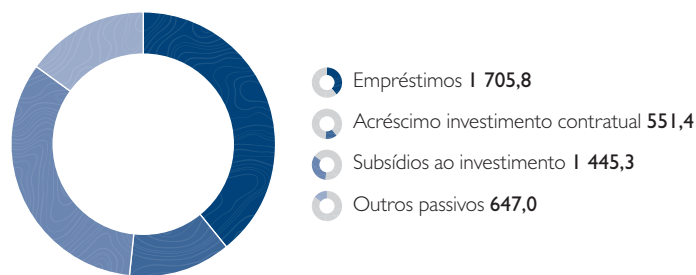
O passivo não corrente de 3 920,6 milhões de EUR, representa 90% do total do passivo é composto essencialmente por: **(i)** empréstimos obrigacionistas (no valor de 544,3 milhões de EUR) e empréstimos ao investimento contratados junto do Banco Europeu de Investimento (no valor de 1 161,5 milhões de EUR); **(ii)** subsídios ao investimento (no valor de 1 445,3 milhões de EUR); e **(iii)** acréscimos de gastos de investimento contratual (no valor de 551,4 milhões de EUR). A diminuição do saldo do passivo não corrente face ao exercício anterior, de 237,8 milhões de EUR, deve-se essencialmente à amortização dos financiamentos de médio e longo prazo, mas sobretudo à maturidade do reembolso de capital dos empréstimos BEI e obrigacionistas.

O passivo corrente, com um crescimento de 36,3% relativamente ao ano anterior, regista o valor de 428,9 milhões de EUR e é composto essencialmente por: **(i)** empréstimos obtidos, correspondentes à amortização a realizar durante 2022, dos empréstimos obtidos a médio longo prazo (no valor de 236,9 milhões de EUR); **(ii)** fornecedores (no valor de 60,5 milhões de EUR), **(iii)** dívida da locação (4,4 milhões de EUR), **(iv)** imposto sobre o rendimento e dívidas ao Estado (27,1 milhões de EUR) e outros passivos correntes, acréscimos e diferimentos (no valor de 99,9 milhões de EUR).

Distribuição do passivo 2021



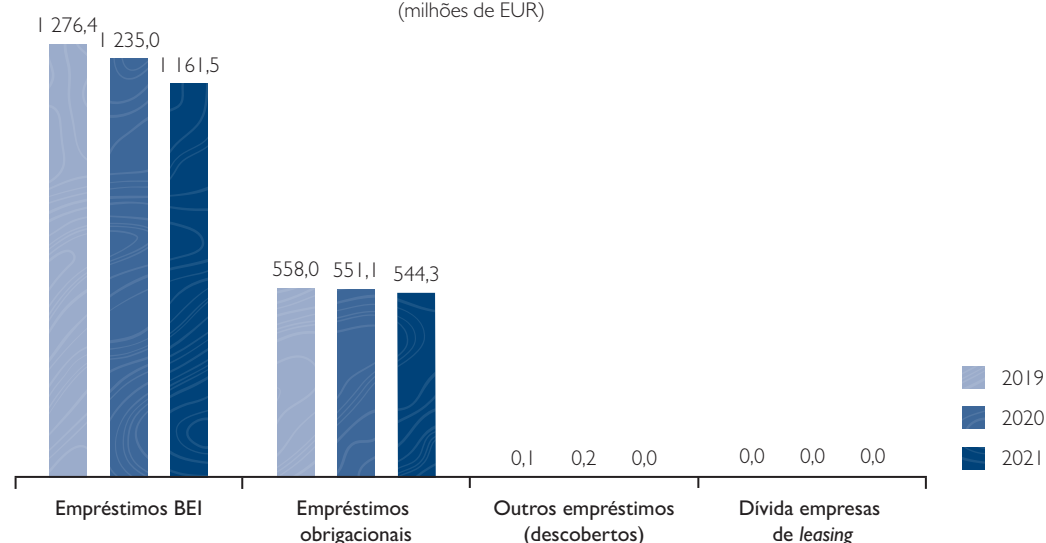
Composição do passivo 2021



O valor de empréstimos ascende a 1 705,8 milhões de EUR e tem sido objeto de uma diminuição contínua (quase 27% no período entre 2016 e 2021). Com efeito, após 2015, o Grupo AdP tem vindo a reduzir o seu endividamento por aplicação dos meios libertos pelas operações e redução das disponibilidades de caixa.

Composição dos empréstimos

(milhões de EUR)

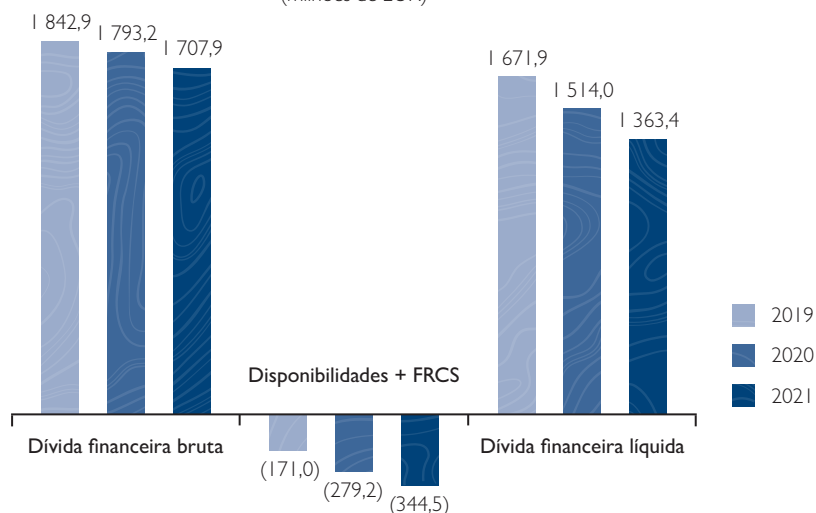


Também o indicador da Dívida Financeira Líquida, reflete o esforço continuado do Grupo no sentido duma redução. Para este indicador concorrem as rubricas de disponibilidades e de aplicações financeiras que, em 2020, representam um valor global de 344,5 milhões de EUR.

Ainda no âmbito do endividamento, foi feita a adoção da IFRS 16 com efeito a 1 de janeiro de 2019, a qual reconhece as dívidas a empresas de leasing como valores a constar da rubrica do passivo "Passivos da Locação".

Dívida financeira

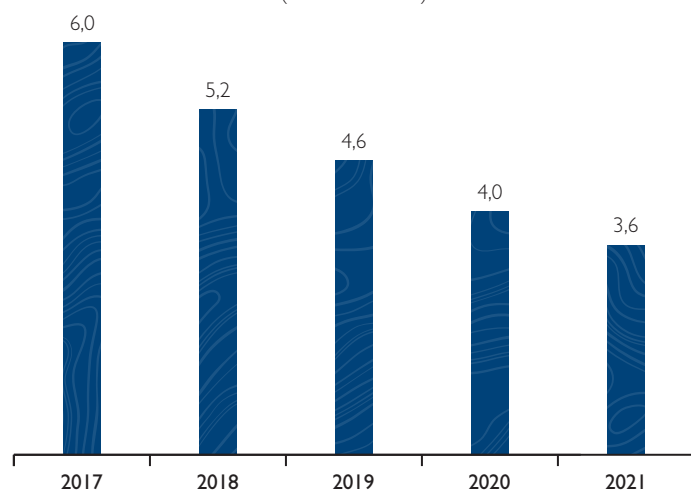
(milhões de EUR)



A gestão financeira centralizada tem focado a sua atuação na consolidação financeira do Grupo, tendo vindo de forma continuada e sustentada a reduzir o rácio de endividamento líquido sobre o EBITDA ajustado, em termos consolidados. A trajetória deste indicador é indicativa da capacidade crescente do Grupo de gerar liquidez de operação para fazer face aos compromissos financeiros existentes.

Dívida líquida/EBITDA ajustado

(milhões de EUR)

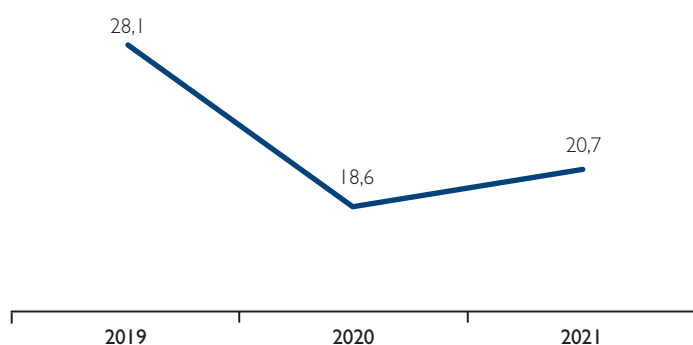


A rubrica de acréscimo de rendimentos relativa aos subsídios ao investimento releva o montante de subsídios já recebidos que ainda falta reconhecer em resultados, em idêntica proporção do reconhecimento das amortizações do investimento subsidiado. Em 2021 este valor ascende a 1 445,3 milhões de EUR. Tal como no ativo, no termo das concessões, o saldo desta rubrica será nulo.

Durante o exercício de 2021, foram recebidos cerca de 20,7 milhões de EUR de subsídios a fundo perdido. A redução face a anos anteriores reflete o finalizar de obras do Grupo AdP capazes de serem enquadráveis pelos cofinanciamentos. O Grupo AdP continuará a envidar todos os esforços necessários para que as suas operações de investimento possam beneficiar de cofinanciamentos a fundo perdido.

Recebimento de subsídios ao investimento (cash)

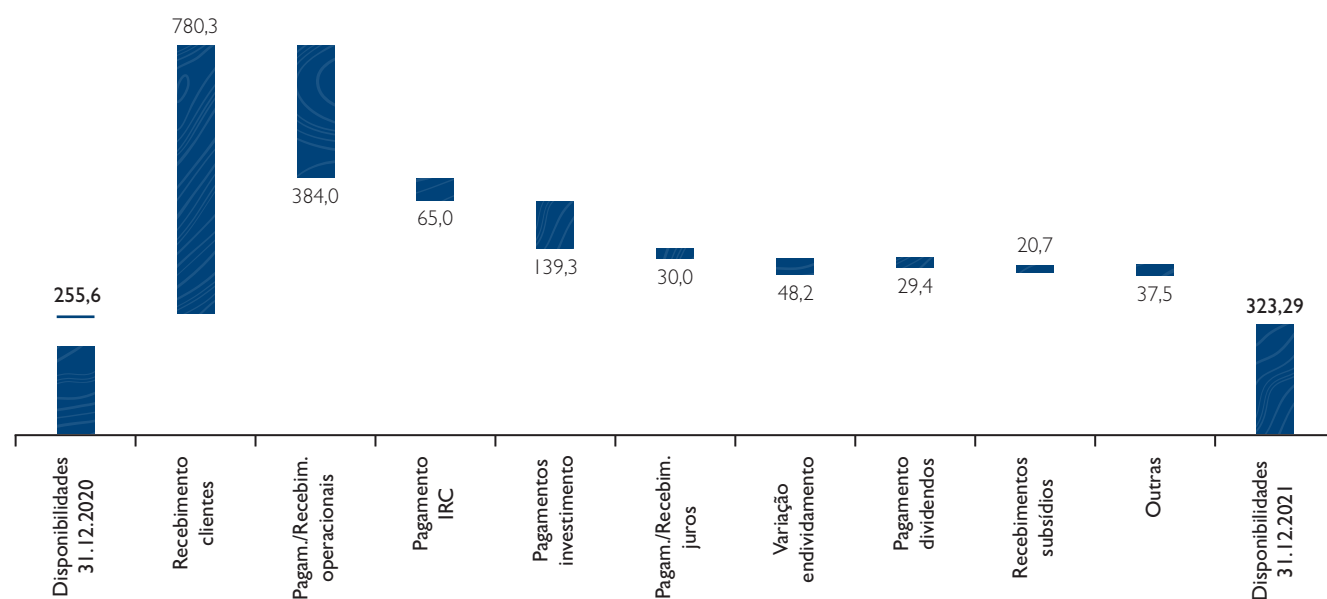
(milhões de EUR)



De salientar ainda a rubrica relativa ao acréscimo de gastos do investimento contratual, com um aumento de 4,6% face a 2020. Com um valor de 551,4 milhões de EUR, esta rubrica do passivo reflete a quota-parte dos encargos estimados com as despesas dos investimentos contratuais ainda não realizados, bem como com os investimentos de expansão ou modernização aprovados pelo concedente. À medida que o investimento se realiza e se torna firme as verbas correspondentes são transferidas para a rubrica de amortizações acumuladas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na imagem seguinte evidenciam-se os principais fluxos monetários do ano de 2021:



Análise financeira das contas separadas

O ano 2021

Enquadramento da Atividade

A atuação do Grupo AdP tem por base as metas do Plano Estratégico de para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020) publicadas através do Despacho n.º 4385/2015 de 30 de abril.

O modelo de negócio prevalente assenta em três modelos de gestão: (i) gestão delegada ou concessionada para os sistemas de titularidade estatal; (ii) concessão para os sistemas multimunicipais, constituídos pelo Estado e por municípios; e gestão de sistemas constituídos em Parcerias entre o Estado e os Municípios.

Os contratos de Concessão e os contratos de Parceria definem as regras para a exploração e gestão dos respetivos sistemas, em regime de exclusividade por um prazo de vinte a cinquenta anos, e estabelecem os critérios de fixação e aprovação das tarifas a praticar pelas empresas em cada ano, de modo a garantir um adequado equilíbrio financeiro das Concessões e das Parcerias.

Os Resultados

A AdP SGPS encerrou o exercício de 2021 com um resultado líquido de 56 milhões de EUR, o que representa um decréscimo de 7% face ao resultado obtido em 2020, de 60,6 milhões de EUR. O resultado por ação passou de 0,70 EUR em 2020 para 0,64 EUR em 2021.

A redução de 4,5 milhões de EUR do resultado líquido, face a 2020, decorre essencialmente do decréscimo nos resultados financeiros em cerca de 5,3 milhões de EUR, designadamente pelo impacto em investimentos financeiros, em virtude duma menor distribuição de dividendos pelas participadas, com destaque para a EPAL.

Paralelamente e de forma pouco material, observa-se uma redução noutras empresas, resultante da evolução da taxa das Obrigações do Tesouro a 10 anos que é determinante dos resultados líquidos das entidades gestoras dos Sistemas Multimunicipais e das parcerias Estado-Autarquias. Com efeito, constata-se desde 2018 uma evolução decrescente deste indexante, tendo passado de 1,84% naquele ano, para 0,75% em 2019, 0,41% em 2020 e estima-se que 0,30% em 2021.

O exercício de 2021 reflete também a melhoria do resultado operacional em cerca de 1,4 milhões de EUR, assente no: **i)** no rédito pelas atividades que eram exercidas pela AdP Valor (NSE's), até agosto de 2020, transferidas para a AdP SGPS (sistemas de informação, compras e logística e jurídico); e **ii)** na recuperação de IVA relativo a 2016 a 2019 devido a uma alteração de metodologia de Pro-Rata para afetação real (+1,9 milhões de EUR)

Em termos de gastos operacionais, verifica-se, em função de reorganização corporativa realizada em agosto de 2020, com a integração, na AdP SGPS, de três direções anteriormente pertencentes à estrutura orgânica da AdP Valor, o aumento de Gastos com Pessoal (+1,2 milhões de EUR), e aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) (1,2 milhões de EUR).

Em função do referido, o indicador de eficiência operacional representado pelo peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN), reflete uma degradação da robustez operacional, aumentando cerca de 5,1 p.p., passando de 62,9%, em 2020, para 68%, em 2021. Contudo esta evolução tem sempre que ser observado à luz da referida reorganização corporativa, cujo impacto em 2020 foi apenas de 5 meses.

Destaca-se a melhoria do indicador EBITDA, que regista em 2021 o valor de 7,2 milhões de EUR, o que representa um crescimento de 26% face a 2020. Este desempenho tem inerente o aumento do volume de negócios e gastos operacionais registado em função da reorganização administrativa, mas é fundamentado pela recuperação de IVA de anos anteriores, explicada anteriormente.

	2019	2020	2021	MEUR	
				Variação 2021/2020	
				Valor	%
Rendimentos Operacionais	11,4	14,5	18,5	4,0	28%
Volume de Negócios	11,3	13,9	16,5	2,7	19%
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	0,1	0,7	2,0	1,3	196%
Gastos Operacionais	8,6	9,0	11,6	2,6	29%
Fornecimentos e Serviços Externos	3,6	2,8	4,1	1,3	45%
Gastos com Pessoal	4,8	5,9	7,2	1,3	21%
Amortizações, Depreciações e Reversões	0,2	0,2	0,3	0,1	64%
Outros Gastos e Perdas Operacionais	0,1	0,1	0,1	(0,0)	-1%
Resultados Operacionais	3,1	5,6	6,9	1,4	25%
Resultados Financeiros	66,8	60,4	55,1	(5,3)	-9%
Resultado Líquido	65,2	60,6	56,0	(4,5)	-7%

Na evolução dos resultados operacionais da AdP SGPS, é necessário atender à reorganização corporativa efetuada com referência a agosto/2020, traduzindo uma evolução não linear dos montantes. Numa análise detalhada às principais rubricas operacionais da estrutura de resultados da AdP SGPS no exercício de 2021, verifica-se que:

- O aumento de 19% (2,7 milhões de EUR) no volume de negócios, é explicado por: **i)** 50 mil EUR referentes a *fees* de gestão cobrados às empresas participadas; e **ii)** 2,5 milhões EUR referente ao rédito das atividades relacionadas com os sistemas de informação, jurídico-legais, compras e apoio geral, historicamente desenvolvidas pela AdP Valor;
- O aumento dos FSE em 45% (1,3 milhões de EUR), possui maior expressão na rubrica de trabalhos especializados (1,2 milhões de EUR), designadamente na rubrica de assistência técnica, que regista os gastos relativos aos serviços partilhados debitados. Este aumento é explicado pela incorporação em 1 de agosto de 2020 das Direções de Sistemas de Informação, Compras e Logística e Jurídica que estavam na esfera da AdP Valor.
- Pela razão exposta no bullet anterior, observa-se o aumento da rubrica de gastos com pessoal em 21% (1,3 milhões de EUR), que traduz a integração dos colaboradores afetos às direções transitadas.

Da mesma forma, procede-se a uma análise mais detalhada relativamente aos resultados financeiros da empresa e que totalizaram cerca de 55,1 milhões de EUR representando uma redução de 9%, face a 2020.

MEUR

	2019	2020	2021	Variação 2021/2020	
				Valor	%
Rendimentos Financeiros	20,4	19,9	18,1	(1,9)	-9%
Gastos Financeiros	5,3	4,5	2,9	(1,7)	-37%
Ganhos/ Perdas Investimentos Financeiros	51,8	45,0	39,9	(5,1)	-11%
Resultados Financeiros	66,8	60,4	55,1	(5,3)	-9%

Com efeito, para a variação do resultado financeiro contribuiu:

- A redução dos rendimentos financeiros em 1,9 milhões EUR, que resulta essencialmente da redução dos juros relativos aos suprimentos e apoios de tesouraria concedidos às empresas subsidiárias (1,6 milhões EUR) das comissões cobradas às subsidiárias pelo aval prestado ao BEI no âmbito dos financiamentos contratualizados.
- A redução dos gastos financeiros em 1,7 milhões EUR, que decorreu fundamentalmente de: i) redução nos gastos com juros suportados com os empréstimos obrigacionistas, em virtude da redução do capital em dívida e pela manutenção das taxas de referência de mercado (Euribor) negativas; ii) redução do capital em dívida dos empréstimos obrigacionistas; e iii) reconhecimento de justo valor negativo, decorrente do cancelamento de um derivado de cobertura de fluxos de caixa (*swap* de taxa de juro), em janeiro de 2020, antes do término da sua maturidade (janeiro de 2023).
- A redução de 5,1 milhões de EUR em ganhos e perdas em investimentos financeiros, em função dos dividendos recebidos das empresas participadas. As maiores variações ocorreram na EPAL (-4,4 milhões de EUR), AdTA (-0,27 milhões de EUR) e AgdA (-0,17 milhões de EUR).

Releva ainda a variação que se verifica nas perdas por imparidade, que em 2021 totaliza 195 mil EUR e em 2020 regista 5 mil EUR, referente a dotação e reversão de imparidade para investimentos em subsidiárias e para suprimentos concedidos.

A Posição Financeira

MEUR

	2019	2020	2021	Variação 2021/2020	
				Valor	%
Investimentos em subsidiárias e associadas	711,6	712,7	713,4	0,7	0%
Empréstimos a empresas do Grupo	765,2	708,6	688,5	(20,1)	-3%
Clientes	4,2	5,9	3,1	(2,8)	-47%
Caixa e Equivalentes de Caixa	16,5	11,5	33,5	21,9	190%
Total do Ativo	1 498,3	1 440,3	1 439,6	(0,7)	0%
Capital Próprio	823,9	857,3	885,8	28,5	3%
Empréstimos - Médio e Longo Prazo	551,1	544,3	387,5	(156,8)	-29%
Empréstimos - Curto Prazo	110,8	28,8	156,9	128,1	444%
Total do Passivo	674,4	583,0	553,8	(29,3)	-5%

Ativo

O ativo líquido total da empresa reduziu em, cerca de, 0,7 milhões de EUR durante o exercício de 2021, devido:

- À redução de 20,1 milhões de EUR, face a 2020, resultante das operações de financiamento às subsidiárias. A 31 de dezembro de 2021 o valor de suprimentos é inferior em 21,3 milhões de EUR e os apoios de tesouraria são superiores em 1,3 milhões de EUR. A referida redução é materialmente justificada por um ano de 2021, fortemente condicionado pela pandemia por COVID-19 que restringiu substancialmente a execução dos planos de investimentos das participadas e no caso da Águas do Centro Litoral, pelo reembolso de 15 milhões de EUR, em virtude do recebimento de valor avultado de clientes em dívida.
- Ao aumento de 0,7 milhões de EUR relativos a investimentos em subsidiárias e associadas, está consubstanciado na realização do remanescente do capital na Águas do Alto Minho (0,9 milhões EUR).

Em 31 de dezembro de 2021 o valor acumulado das participações financeiras ascendia de 733,7 milhões de EUR. Para efeito de reconciliação com o quadro acima, damos nota de que existem, quer 2021 quer em 2020 perdas por imparidade acumuladas com a seguinte desagregação: 15,4 milhões de EUR para a AdP Internacional (15,5 milhões de EUR em 2020) e 4,9 milhões de EUR para a AdP Energias (4,7 milhões de EUR em 2020).

- c) A redução 3 milhões de EUR na rubrica de Clientes, constituído essencialmente pelas dívidas das empresas subsidiárias (fees de gestão e Juros), quer por valores faturados (2,3 milhões de EUR) quer por acréscimos de rendimentos (0,8 milhões de EUR), sendo que as entidades que mais contribuíram para essa variação são a AdNorte, AdA, AdTA e AdCL. De salientar que, decorrente do processo de reorganização corporativa do Grupo AdP, em 1 de agosto de 2020 as atividades anteriormente desenvolvidas pela AdP Valor (anteriormente designada por AdP Serviços), foram transferidas para a AdP SGPS, o que implicou o aumento no réditio de contratos com clientes (1,3 milhões de EUR).
- d) O aumento de 21,9 milhões de EUR na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa constituem depósitos a prazo constituídos no IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.) em dezembro de 2021 e venceram-se em 3 de janeiro de 2022.

Empréstimos a empresas do Grupo - Não Corrente

Empresa	MEUR			
	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Águas do Norte	306,3	298,1	290,0	(8,1)
Águas do Vale do Tejo	100,8	90,9	97,5	6,6
Águas do Centro Litoral	71,8	72,9	58,0	(14,9)
Águas Públicas do Alentejo	48,6	28,2	35,3	7,1
Águas da Região de Aveiro	57,8	57,4	58,5	1,1
Águas do Douro e Paiva	29,5	23,0	12,0	(11,0)
Águas do Algarve	25,0	20,0	15,0	(5,0)
SIMDOURO	50,0	48,0	47,0	(1,0)
Águas do Alto Minho	0,0	0,0	0,0	0,0
AdP Valor	0,0	0,0	2,0	0,0
AdP Internacional	1,7	1,7	3,6	1,9
AdP Energias	0,0	0,0	0,0	0,0
Águas do Brasil	0,1	0,1	0,1	0,0
Trevo Oeste	0,1	0,1	0,1	0,0
Total	691,7	640,4	619,1	(23,3)

Em ativo corrente está também reconhecido o valor de suprimentos (com prazo de vencimento inferior a 1 ano), de 11,8 milhões de EUR, destacando-se o valor de 5 milhões de EUR da Águas do Algarve e de 3,6 milhões de EUR da Águas do Norte. Este valor está incorporado no quadro seguinte.

Empréstimos a empresas do Grupo - Corrente

MEUR

Empresa	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Águas do Norte	26,3	6,5	11,0	4,4
Águas do Vale do Tejo	21,9	30,9	30,9	0,0
Águas do Centro Litoral	7,8	6,9	0,9	(6,0)
Águas Públicas do Alentejo	6,5	5,5	0,5	(5,0)
Águas da Região de Aveiro	4,2	5,4	5,9	0,5
Águas do Douro e Paiva	0,0	0,0	0,0	0,0
Águas do Algarve	5,0	8,5	13,5	5,0
SIMDOURO	2,0	0,0	0,0	0,0
Águas do Alto Minho	0,0	2,0	3,9	1,9
AdP Valor	0,0	0,0	1,5	1,5
AdP Internacional	0,0	2,5	0,4	(2,1)
AdP Energias	0,0	0,0	0,0	0,0
Águas do Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0
Trevo Oeste	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	73,7	68,2	68,4	0,2

Capital Próprio

O Capital Próprio da AdP SGPS regista um aumento de 28,5 milhões de EUR face ao ano anterior, cifrando-se em 885,8 milhões de EUR. De salientar igualmente as variações resultantes da aplicação dos resultados de 2020, designadamente a constituição da reserva legal por 3 milhões de EUR, a distribuição de dividendos no montante de 27,5 milhões de EUR, tendo o remanescente incrementado a conta de resultados transitados em 30 milhões de EUR.

Passivo

O passivo da empresa reduziu em 29,3 milhões de EUR face a 2020, cifrando-se em 553,8 milhões de EUR. Esta variação justifica-se sobretudo pela amortização dos empréstimos obtidos junto das empresas do Grupo com excedentes, no âmbito da gestão centralizada de tesouraria (22,0 milhões de EUR com a EPAL), e ainda pelo efeito da amortização de capital dos empréstimos obrigacionistas (6,8 milhões de EUR).

O montante de empréstimos de médio e longo prazo é constituído por empréstimos obrigacionistas no valor de 387,5 milhões de EUR com vencimentos bullet em 2022 (156,8 milhões de EUR), 2023 (200,8 milhões de EUR) e 2027 (160,2 milhões de EUR).

Os empréstimos de curto prazo, remunerados, inclui os que são obtidos junto das empresas do Grupo com excedentes de tesouraria por prazos inferiores a 12 meses, e no final de dezembro de 2021 ascendiam a 156,8 milhões de EUR.

De salientar ainda os montantes obrigacionistas de curto prazo, pago em prestações contantes de capital no valor de 6,8 milhões de EUR ao ano, até 2028. A variação face a 2020 decorre do pagamento feito à EPAL no início de 2021 (no valor de 22 milhões de EUR) e do reconhecimento da tranche de 156,8 milhões de EUR, relativa a empréstimos obrigacionistas, a realizar em 2022.

A estrutura de endividamento bancário da AdP SGPS por maturidades é a seguinte:

MEUR

	2019	2020	2021
Até 1 ano	6,8	28,8	156,8
De 1 a 3 anos	163,6	363,6	213,6
Superior a 3 anos	387,5	180,7	173,9
Total	558,0	573,1	544,3

O endividamento líquido da AdP SGPS era, no final do exercício, de cerca de 510,9 milhões de EUR, inferior em 50,8 milhões de EUR, face ao final de 2020. Para este valor contribuiu a variação de caixa e seus equivalentes, cuja aumento face a 2020 se cifra em 21,9 milhões de EUR, e que contribuiu para o saldo de fecho do ano que ascende a 33,5 milhões de EUR.

Fluxos de caixa

As atividades operacionais da empresa geraram 21 milhões de EUR em 2021, registando um aumento de 16,8% (3 milhões de EUR) face a 2020. Essa variação deve-se sobretudo ao aumento do recebimento de clientes, em 5 milhões de EUR (14%). Todavia, esse reflexo positivo é compensado em parte pelo aumento desfavorável dos pagamentos ao pessoal em 1,3 milhões de EUR (+22,4%), dos pagamentos a fornecedores em 1 milhão de EUR (+27,4%), bem como dos pagamentos de impostos em 1,6 milhões de EUR (+33,7%).

Relativamente às atividades de investimento, o saldo negativo de 40,2 milhões de EUR (+40%), face 2020, deve-se sobretudo ao efeito combinado entre saldo entre a concessão de suprimentos e apoios de tesouraria para financiamento das empresas subsidiárias e os respetivos reembolsos associado à redução dos dividendos recebidos.

As atividades de financiamento, com uma variação positiva de 64 milhões de EUR refletem sobretudo o movimento ocorrido nos empréstimos com valores de amortização e concessão superiores aos dos reembolsos obtidos, assim como os dividendos pagos ao acionista no valor de cerca de 27,5 milhões de EUR.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes, transações ou alterações que ponham em causa o relato apresentado no presente Relatório de Gestão, nem põe em causa o relato e/ ou as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021 constantes das Demonstrações Financeiras.

O atual contexto de guerra na Ucrânia e sanções impostas à Rússia agravou as pressões inflacionistas nos combustíveis e na energia. No Grupo, atendendo aos contratos em vigor o impacto no preço de energia apenas se fará sentir em 2023. Os combustíveis incorporam diversos serviços (nomeadamente reagentes e transporte de lamas), estando os contratos sob acompanhamento.

Perspetivas futuras

O Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal, estabelecido em 2020, constitui o referencial que fixa o posicionamento e projeta o futuro no domínio de intervenção das empresas, com o propósito de fazer a diferença na vida dos portugueses.

A formulação do rumo estratégico foi então desencadeada por oportunidade do início do corrente ciclo de governação corporativa, tendo correspondido a um processo de mobilização interno, amplo e participativo, que contou com a participação ativa dos quadros diretivos e especializados das empresas, bem como meio milhar de contributos provenientes da generalidade dos colaboradores.

Foram tidos em devida conta as orientações emanadas na esfera acionista e incorporados os novos desafios que emergem da mudança de paradigma nos comportamentos sociais e no modelo de desenvolvimento, onde o ambiente surge como palco das maiores transformações e os recursos hídricos ganham redobrada importância.

Na configuração dos eixos de atuação ficou assumido que elevar os padrões de exigência e acrescentar utilidade social na gestão do ciclo urbano da água significa, nomeadamente:

- Reforçar a resiliência das infraestruturas perante as alterações climáticas e outros fenómenos adversos, superar os padrões de qualidade do serviço, segurança e eficiência, compatibilizar o esforço de investimento com equilíbrio e equidade tarifária;
- Privilegiar a aplicação de princípios de economia circular no aproveitamento e reutilização de recursos finitos, designadamente mediante a reutilização de águas residuais tratadas e a valorização das lamas, e também a produção própria de energia com base em ativos e subprodutos das operações, visando alcançar a neutralidade carbónica no horizonte da década;

- Apoiar, no âmbito de modelos de parceria com os Municípios, a maximização de economias de escala e de gama, o combate às perdas de água, a recuperação sustentável de gastos, a melhoria do quadro operacional de gestão e prestação de serviços.

Para consubstanciar esta renovada ambição, as empresas do Grupo Águas de Portugal têm em preparação um ciclo de investimento extremamente exigente em termos de dimensionamento, complexidade e cronograma de execução.

Assente em princípios e compromissos de integridade, sustentabilidade e boa governação, com o foco nas pessoas e na organização, será intensificada a adoção das melhores práticas ao nível do modelo de governo, da organização e funcionamento, da valorização do capital humano, do incentivo ao conhecimento e inovação.

Este é um caminho que requer o envolvimento empenhado de todos os *stakeholders*, com particular destaque para os trabalhadores, e que necessariamente se percorre em parceria, beneficiando da mobilização coletiva da sociedade, dos diferentes setores produtivos e dos agentes públicos.

Considerações finais

O Conselho de Administração congratula-se pela colaboração de todos o que contribuíram para o desempenho operacional e financeiro do Grupo AdP durante o ano de 2021, destacando:

- as trabalhadoras e os trabalhadores, pela dedicação, esforço, competência e profissionalismo demonstrados e pela disponibilidade com que responderam aos desafios lançados pela crise associada à pandemia por COVID-19;
- os gestores das empresas do Grupo que prosseguem e concretizam diariamente, no terreno, a nossa missão comum, sempre com máximo empenho e no sentido de proporcionar serviços com qualidade acrescida em cada ano e pela disponibilidade com que responderam aos desafios lançados pela crise associada à pandemia por COVID-19;
- os sindicatos e representantes dos trabalhadores, pelos desafios que nos colocam e por nos ajudarem a ultrapassá-los em conjunto;
- os membros dos órgãos sociais, pela colaboração prestada e pela ajuda na resolução dos vários desafios criados pelo aumento acrescido de obrigações legais;
- os acionistas, pelas orientações, pelo empenho, pela confiança e pelo apoio concedidos, bem como pela sempre pronta disponibilidade;
- os clientes, parceiros privados e instituições financeiras, pela renovada confiança;
- a Unidade Técnica de Apoio e Monitorização, pelo acompanhamento e orientação, bem como a permanente disponibilidade no esclarecimento de dúvidas e construção de soluções;
- a Entidade Reguladora, pela disponibilidade e colaboração, bem como a disponibilidade para a construção de soluções equilibradas e duradouras;
- as entidades oficiais nacionais e internacionais do setor do ambiente, pelo incentivo;
- os ministros e demais membros dos gabinetes dos ministérios da tutela setorial e financeira do Grupo AdP.

Lisboa, 26 de abril de 2022

O Conselho de Administração

José Carlos Atháide dos Remédios Furtado
(Presidente Executivo)

José Manuel Leitão Sardinha
(Vice-Presidente Executivo)

Carla da Conceição Afonso Correia
(Vogal Executiva)

Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira
(Vogal Executiva)

João Pedro Moura Castro Neves
(Vogal Executivo)

Jaime Serrão Andrez
(Vogal não-Executivo)

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido da AdP SGPS, no exercício de 2021, ascendeu a 56 038 209,39 EUR (cinquenta e seis milhões, trinta e oito mil, duzentos e nove EUR e trinta e nove cêntimos).

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade e dos artigos 31.º a 33.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido do exercício de 2021, apurado nas demonstrações financeiras separadas, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal – 2 801 910,47 EUR (dois milhões, oitocentos e um mil, novecentos e dez EUR e quarenta e sete cêntimos);

Para resultados transitados – 25 736 298,92 EUR (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e oito EUR e noventa e dois cêntimos);

Para distribuição de dividendos – 27 500 000,00 EUR (vinte e sete milhões e quinhentos mil EUR).

Lisboa, 26 de abril de 2022

Relatório do Administrador não Executivo

RELATÓRIO DO ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO
JAIME SERRÃO ANDREZ
SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS
DA EMPRESA ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO ANO DE 2021



I. INTRODUÇÃO

A presente pronúncia é exercida no cumprimento do dever dos Administradores não executivos apresentarem um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos, nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro.

2. ATIVIDADE

Nos termos da Lei e no exercício das competências que o Estatuto do Gestor Público e os Estatutos da sociedade determinam, acompanhei, com as limitações decorrentes da qualidade de administrador não executivo, a gestão da empresa ao longo do exercício do ano de 2021, podendo, por isso, dar nota da minha apreciação do desempenho dos Administradores Executivos, bem como de eventuais factos relevantes que importe destacar.

Assim, tanto quanto é do meu conhecimento, as Contas reportadas a 31 de dezembro de 2021, cumprem, em termos gerais, o quadro normativo específico vigente para as empresas que integram o Setor Público Empresarial, constituindo um retrato adequado da situação económica e patrimonial da empresa.

Saliento, também, que foram cumpridas e respeitadas pela sociedade – no exercício de 2021 –, as disposições legais e as normas e princípios do bom governo, definidas no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e nos regulamentos emitidos sobre a matéria, pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, bem ainda as orientações estratégicas emanadas no âmbito da função acionista.

Entre os elementos de reporte não financeiro relevo o Relatório de Sustentabilidade que, tanto quanto me foi possível acompanhar, foi preparado com as Melhores Práticas existentes, incluindo os referenciais das Nações Unidas, e constitui, tanto quanto é do meu conhecimento, um retrato adequado da atividade desenvolvida pela empresa neste âmbito.

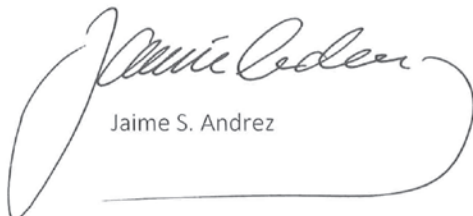
Também o reporte apresentado relativo aos impactos e expectativas sobre a evolução da empresa no contexto de pandemia COVID-19 reflete a melhor informação disponível à data e um esforço grande da empresa, e dos seus órgãos de gestão, na manutenção de uma situação de funcionamento da empresa, tão regular quanto possível, na defesa da saúde e segurança dos seus colaboradores e colaboradoras, bem como no cumprimento estrito das orientações do Governo e das Autoridades de Saúde, nomeadamente no que se encontra plasmado no Plano de Contingência desenvolvido.

3. PARECER

Nestes termos, e no âmbito da atividade desenvolvida e do acompanhamento efetuado, nada chegou ao meu conhecimento, até à presente data, que impeça de manifestar uma apreciação globalmente positiva sobre o desempenho dos Administradores Executivos, podendo dar testemunho do seu empenho, rigor e diligência na condução dos negócios da Sociedade, tendo sempre em vista o cumprimento da Lei, das orientações estratégicas conhecidas das respetivas Tutelas – Setorial e Financeira –, bem como a eficiência na gestão e nos objetivos específicos definidos para a mesma, designadamente a contenção da despesa e a valorização económico-financeira das diferentes áreas de atividade, para além de uma excelente capacidade de relacionamento com os diferentes *stakeholders*, nomeadamente o acionista PARPÚBLICA, que represento, na concretização do serviço público.

Lisboa, 5 de abril de 2022.

O Administrador não Executivo



Jaime S. Andrez

ANEXO I - Cumprimento das Orientações Legais

Para efeitos da demonstração do Cumprimento das Orientações Legais da AdP SGPS foi seguida a estrutura e as instruções sobre o processo de prestação de contas de 2021 (ofício-circular SAI_DGTF/2022/359–20/01/2022).

1. Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

a) Objetivos de gestão

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Na Assembleia-Geral datada de 10 de maio de 2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional.

	Indicador	Cálculo	Escala	Valor atingido	Avaliação	Ponderação	Ponderação (Ajustada)	Avaliação	
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	-3,38p.p.	3	Superado	10,0%	14,3%	0,43
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}]$	1. DCDMA > 110% 2. 90% <= DCDMA <= 110% 3. DCDMA < 90% *valores consolidados	87,3%	3	Superado	10,0%	14,3%	0,43
	Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = \text{I - Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação, avaliado com base nos valores consolidados	-4,8%	3	Superado	10,0%	14,3%	0,43
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	1: Nr dias n > Nr dias n-1 + 1 2: Nr dias n-1 - 1 <= Nr dias n <= Nr dias n-1 + 1 3: Nr dias n < Nr dias n-1 - 1	-10	3	Superado	10,0%	14,3%	0,43
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO Atribuível ou SGPS	1. Var > 105% 2. 95% <= Var <= 105% 3. Var < 95%	99,6%	2	Atingido	10,0%	14,3%	0,29
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto <= 80,00% < 90,00% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	89,6%	2	Atingido	5,0%	7,1%	0,14
	Qualidade da Água Fornecida	AQA	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00%	99,7%	3	Superado	5,0%	7,1%	0,21
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00%	96,7%	3	Superado	5,0%	7,1%	0,21
	Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	n.a.	-	-	5,0%	0,0%	0,00
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 20% da produção de lamas prevista no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 40% da produção de lamas prevista no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 60% da produção de lamas prevista no PAO	n.a.	-	-	5,0%	0,0%	0,00

	Indicador	Cálculo	Escala	Valor atingido	Avaliação	Ponderação	Ponderação (Ajustada)	Avaliação	
Ambientais e de Serviço	Água para Reutilização	Implementação de Água para Reutilização enquanto atividade principal	1. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização após 31.03.2022 2. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização até 31.03.2022 3. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização até 31.12.2021	n.a.	-	-	5,0%	0,0%	0,00
	Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de último recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021	n.a.	-	-	5,0%	0,0%	0,00
	Reorganização do Centro Corporativo	Reorganização do centro corporativo, com optimização dos processos centralizados e desenvolvimento de novos negócios	1. Reestruturação terminada até 31.12.2021 2. Reestruturação terminada até 30.09.2021 3. Reestruturação terminada até 30.06.2021	01/12/2020	3	Superado	5,0%	7,1%	0,21
Corporativos	Inovação	Implementação de modelo de financiamento e de gestão para promoção da Inovação Estratégica do Grupo AdP	1. Lançamento da primeira Call interna de Inovação Estratégica, para participação das empresas do grupo AdP, após 31.12.2021 2. Lançamento da primeira Call interna de Inovação Estratégica, para participação das empresas do grupo AdP, até 31.12.2021 3. Lançamento da primeira Call interna de Inovação Estratégica, para participação das empresas do grupo AdP, até 30.09.2021	n.a.	-	-	5,0%	0,0%	0,00
	Internacionalização	Aumento da atividade internacional do Grupo AdP	1. Apresentação, às Tutelas, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (>=3 anos), até 30.06.2023 2. Apresentação, às Tutelas, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (>=3 anos), até 31.12.2022 3. Apresentação, às Tutelas, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (>=3 anos), até 30.06.2022	n.a.	-	-	5,0%	0,0%	0,00
	Avaliação Global							100,0%	2,8

- 1) Escala a considerar: 1 = Não Atingido; 2 = Atingido; e 3 = Superado.
- 2) Forma de avaliação global a considerar: $GC < 1,8$ Objetivos Não cumpridos / $1,8 \leq GC < 2,5$ Objetivos Cumpridos / $GC \geq 2,5$ Objetivos Superado
- 3) No caso de algum indicador não ser aplicável no ano de avaliação, a respetiva distribuição da ponderação deve ser feita de forma proporcional pelos restantes indicadores.
- 4) Os resultados são expressos a uma casa decimal (quando aplicável).
- 5) Identificar a unidade que usada em cada indicador (ex: %, €, dias ou unidades).

Em 2021, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira.

Os seguintes objetivos não são alvo de avaliação em 2021: **i)** “Neutralidade Energética” e “Plano de Lamas (Plano C+Valor)”, uma vez que não foi ainda obtida a aprovação dos investimentos por parte das Tutelas; **ii)** Água para Reutilização, a elaboração dos EVEF’s para água para reutilização como atividade principal necessitou de uma revisão do conceito de água para reutilização (conceito de produto) e respetivo mercado prévia ao desenvolvimento dos estudos referidos, exigindo um maior investimento de tempo; **iii)** “Efluentes Agroindustriais e agropecuários” e “Inovação” assentam no novo modelo de operação da AdP Valor, que com a aprovação da reorganização da AdP SGPS e AdP Valor (ex-AdP Serviços) apenas foi autorizado para 2022; **iv)** “Internacionalização”, por a métrica estabelecida apenas definir a sua avaliação em 2022.

b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2021

Ao abrigo do n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a AdP SGPS procedeu à realização, apresentação e submissão de proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2021, em novembro 2021.

Esta proposta foi objeto de aprovação pelo Despacho n.º 155/2021, de 10.12.2021.

A AdP SGPS assentou o seu exercício de orçamento e monitorizou a respetiva execução, designadamente no que diz respeito aos princípios financeiros constantes da Lei do Orçamento do Estado. A execução do orçamento constante do PAO aprovado para 2021 da AdP SGPS, reflete o cumprimento genérico dos princípios financeiros e metas operacionais estabelecidas para o ano de 2021.

Os principais indicadores de execução financeira constam do quadro seguinte:

PRC	Un.	2021 Exec.	2021 Orç.	Execução	Observações
EBITDA *	EUR	7 227 103	6 735 293	107%	Aumento do EBITDA por contributos líquidos positivos do Volume de Negócios e FSE's e de Outros Rendimentos Operacionais.
CMVMC+ FSE + Gastos Pessoal	EUR	11 237 765	12 750 784	88%	Redução nos FSE's.
GO / VN	%	67,9%	71,3%	95%	Redução dos Gastos Operacionais superior à redução do Volume de negócios.
Gastos c/ Deslocações/ Ajudas. Custo / Gastos frota	EUR	314 584	296 900	106%	Desvio associado a deslocações no âmbito do projeto de internacionalização.
Volume de Negócios	EUR	16 535 551	17 872 455	93%	Resultado de um menor valor de faturação das participadas, face ao previsto em orçamento.
Resultado Líquido	EUR	56 038 209	56 290 882	100%	Principal contributo dos Resultados Financeiros.
Endividamento Individual	EUR	544 318 182	544 318 182	100%	Em conformidade com o artigo 58º do Orçamento do Estado e do artigo 159º do Decreto-Lei de Execução Orçamental o crescimento do endividamento fica limitado a 2%.
Endividamento Consolidado	EUR	1 707 909 555	N/D		
Investimento Financeiro	EUR	918 000	988 000	93%	Em 2021 corresponde a realização de capital da empresa Águas do Alto Minho.
Gastos com Pessoal (**)	EUR	7 161 793	7 200 101	99%	A variação decorre da não efetivação de admissões previstas.
Nº de Trabalhadores/as	N.º	120	120	100%	
Gastos com Frota Automóvel	EUR	275 747	284 195	97%	Redução dos Gastos com Frota Automóvel com manutenção do mesmo n.º de viaturas [menor consumo devido ao confinamento].
Nº de Viaturas	n.º	47	48	98%	
PMP	dias	38	24	158%	Aumento assenta na especialização de custos do 2º trimestre, não traduzindo qualquer atraso no pagamento efetivo dos encargos.

* Resultado Operacional + (Amortizações - Subs. Invest) + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões-DRG-Rédito/ Gastos Construção (IFRIC12).

** Ao n.º de trabalhadores em 2021 acrescem 17 colaboradores com contrato suspenso.

2. Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela *holding* (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Empresa.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

	31.12.2021	Impacto Taxa média +1%	Impacto Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(556 733)	(1 315 869)	-
Juros (rendimentos) à taxa variável	11 390 030	2 694 050	-
Impacto líquido	10 833 297	1 378 181	-

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio na AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal se justifique.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela seguinte apresenta as responsabilidades da AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

2021	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos obrigacionistas	157 292 140	228 830 825	160 382 671

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2021 e a liquidar em 2022; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2021 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de EUR (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de EUR aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de EUR (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo AdP tem utilizados 30 milhões de EUR da tranche A e 49,3 milhões de EUR da tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos a liquidar no curto prazo, a AdP (via empresas do Grupo) dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

	MEUR		
Risco de liquidez	Valor do <i>plafond</i> disponível	Valor do <i>plafond</i> usado	Valor do <i>plafond</i> não usado
Descobertos bancários (atribuível apenas à AdP SGPS)	57,5	-	57,5
Empréstimos de empresas do Grupo	90,0	-	90,0
Empréstimos de curto prazo a empresas do Grupo	(103,9)	(56,6)	(47,3)
Linhas de crédito líquidas disponíveis atribuíveis à AdP SGPS	43,7	(56,6)	100,2
Descobertos bancários (Grupo AdP)	125,0	-	125,0

O objetivo da AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	Notas	2021	2020
Empréstimos não correntes (empréstimos obrigacionistas)	15	387 500 000	544 318 182
Empréstimos correntes (empréstimos obrigacionistas e de empresas do Grupo)	15	156 818 182	28 818 182
Disponibilidades	12	(33 465 441)	(11 522 666)
Endividamento líquido		510 852 741	561 613 698
Total do capital próprio		885 893 100	857 279 891
Capital		1 396 745 841	1 418 893 589
Endividamento líquido/total do capital		0,37	0,40

O modelo de financiamento da AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento obrigacionista e no capital próprio.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP. A AdP está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados às subsidiárias e a suprimentos/apoios de tesouraria concedidos às subsidiárias.

O risco de crédito das subsidiárias é diminuto atendendo às respetivas situações financeiras e aos enquadramentos legais e regulatórios. Com efeito, nos sistemas de titularidade estatal, os rácios de autonomia financeira são elevados e nos sistemas multimunicipais ou em regime de parceria, os contratos de concessão ou parceria, dispõem de mecanismos de reposição do equilíbrio económico-financeiro de forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades com terceiros, nomeadamente as responsabilidades resultantes do serviço da dívida.

Acresce que, no caso dos sistemas multimunicipais e nas parcerias, foi consolidada a disposição regulatória e legislativa que assegura a recuperação das dívidas dos municípios a esses sistemas no âmbito do âmbito do câmputo do Desvio de Recuperação de Gastos, que por sua vez tem um prazo de recuperação definido por Decreto-Lei.

Em 31 de dezembro de 2021 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL (Nota 10)
Tipologia de clientes			
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	33 542	3 134 734	3 168 276
Imparidade	(31 361)	-	(31 361)
Exposição líquida	2 181	3 134 734	3 136 915

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2021 e 2020, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos financeiros bancários	2021	2020
Depósitos à ordem (Nota 12)	3 464 941	7 521 666
Depósitos prazo (Nota 12)	30 000 000	4 000 000
	33 464 941	11 521 666

Rating	2021	2020
A2	2 015	2 839
A3	3 012	5 355
Ba1	-	4 252
Baa1	231 701	27 934
Baa2 (a)	33 228 213	-
Baa3 (a)	-	11 481 286
	33 464 941	11 521 666

Nota: notação de *rating* da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2022.

(a) Em 31 de dezembro de 2021 inclui depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 33 225 350 EUR (11 479 938 EUR em 31 de dezembro de 2020).

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdP SGPS, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

Contas Separadas

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	568 318	1 897 602	2 835 322	3 034 860	4 381 031
Taxa Média de Financiamento (%)	0,10%	0,33%	0,43%	0,44%	0,69%

Contas Consolidadas

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	31 681 192	34 160 885	40 816 262	43 702 846	52 439 669
Taxa Média de Financiamento (%)	1,85%	1,91%	2,21%	2,27%	2,30%

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º1 do art.º 65 da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2021) apurado nos termos da fórmula disposta no n.º4 do artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019)

Contas Separadas

Passivo Remunerado	2021	2020		
	Valores (€)			
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	544 318 182	573 136 364		
Capital Social / Capital Estatutário	434 500 000	434 500 000		
Novos Investimento no ano 2021 (com expressão material)				
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO				-2,9%

	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Endividamento Bruto (1)	544 318 182	573 136 364	(28 818 182)	-5,0%
Empréstimos intragrupo (2)	0	22 000 000	(22 000 000)	-100,0%
Endividamento Bruto sem Intragrupo (1)-(2)	544 318 182	551 136 364	(6 818 182)	-1,2%

Contas Consolidadas

Passivo Remunerado	2021	2020		
	Valores (€)			
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	1 707 909 555	1 793 165 197		
Capital Social / Capital Estatutário	0	0		
Novos Investimento no ano 2020 (com expressão material)				
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO				-4,8%

	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Endividamento Bruto	1 707 909 555	1 793 165 197	(85 255 642)	-4,8%
Disponibilidades	323 290 474	255 790 943	67 499 531	26,4%
Fundo de Reconstituição	21 222 798	23 360 682	(2 137 884)	-9,2%
Endividamento Líquido	1 363 396 283	1 514 013 572	(150 617 289)	-9,9%

4. Evolução do prazo médio de pagamento

Em conformidade com Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

De acordo com o Despacho n.º 9870/2009, o PMP da AdP SGPS a 31 de dezembro de 2021 é de 38 dias, 20,8% inferior a 2020 (10 dias).

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias) a)	38	48	(10)	-20,8%

a) Em 2021 foi alterada a metodologia de cálculo do PMP, designadamente na conta de acréscimos de gastos. Para efeitos de comparação aplicou-se essa mesma metodologia ao ano de 2020 que resultou no valor de 48 dias.

Mapa da posição a 31/12/2021 das Dívidas Vencidas, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio:

Dívidas Vencidas	Valor (€) 0-90 dias	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	312 747	0	0	0	0
Aquisição de Capital					
Total	312 747	0	0	0	0

A AdP SGPS divulgou durante o exercício de 2021, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019), no seu sítio na Internet o prazo médio de pagamentos, bem como uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis, há mais de 30 dias, atualizada trimestralmente.

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2021 aquando da aprovação das contas do exercício de 2020. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6. Remunerações

No Apêndice I ao presente Relatório são indicadas as remunerações dos Órgãos Sociais e Auditor Externo.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

No que se refere a:

a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Carlos Atháide dos Remédios Furtado	80	343,14	-
José Manuel Leitão Sardinha (*)	0	0	-
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	80	133,62	-
Carla da Conceição Afonso Correia	80	336,65	-
João Pedro Moura Castro Neves	80	235,56	-
Jaime Serrão Andrez, em rep. da Parpública, SGPS, S.A.	n.a	n.a	-
		1 048,97	

(*) A remuneração é suportada pela EPAL

d) Despesas associadas a combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
José Carlos Atháide dos Remédios Furtado	572,28	4357,20	1444,00	5801,20
José Manuel Leitão Sardinha (*)	-	-	-	-
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	457,82	763,80	324,90	1088,70
Carla da Conceição Afonso Correia	457,82	542,58	187,70	730,28
João Pedro Moura Castro Neves (**)	457,82	5445,37	2192,71	7638,08
Jaime Serrão Andrez, em rep. da Parpública, SGPS, S.A	n.a	-	-	-
				15258,26

(*) A remuneração é suportada pela EPAL

(**) O gasto anual que ultrapassa o valor anual estabelecido decorre exclusivamente de utilização profissional

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdP SGPS dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e / ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, a AdP SGPS promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, o Relatório de Remunerações Pagas a Homens e Mulheres relativo ao ano de 2021.

Adicionalmente, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, pode ser verificada a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, que é divulgada no Relatório anual de Sustentabilidade do Grupo AdP, no capítulo relativo à Simbiose dos Colaboradores, no Princípio “Valorizamos a relação com os colaboradores”, e no Compromisso “Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional”.

O Relatório relativo ao exercício de 2020 pode ser consultado em: https://www.adp.pt/pt/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/downloads/file403_pt.pdf

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46º do RJSPE de 1 de julho de 2009

A empresa adotou desde 2011 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet em https://www.adp.pt/downloads/file6_pt.pdf

No decurso de 2021 foi efetuada a revisão do Plano, aprovada pelo Conselho de Administração da AdP SGPS em 14/12/2021, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

Este Plano tem como objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais *stakeholders*. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de

imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no setor público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdP SGPS e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

Destaque-se que o Grupo AdP apresentou a 17 de dezembro de 2021 a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

11. Contratação Pública

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face

das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

No ano de 2021 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de EUR, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

Os processos de compras e de contratação pública estão incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna.

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motocicletas;
- Licenciamento de *software* e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13. Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A AdP SGPS adotou várias medidas de redução de custos que conduziram ao cumprimento das orientações e objetivos definidos.

No quadro seguinte resumem-se as medidas e os resultados constantes do plano de redução de gastos operacionais, em conformidade com o disposto no artigo 158º do Decreto-Lei de Execução Orçamental 84/2019 e com o modelo disponibilizado pela DGTF.

A atividade do ano reflete a reorganização do centro corporativo, também refletida no orçamento, pelo que a comparação com o ano de 2019 não é direta. Os efeitos de base comparável estão divulgados nos RET's trimestrais trimestres reportados no SIRIEF.

PRC	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	7 227 103	6 735 293	5 742 725	2 954 468	1 484 378	26%	4 272 635	145%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0%	0	0%
(2) FSE	4 075 972	5 550 683	2 817 660	3 612 184	1 258 312	45%	463 788	13%
(3) Gastos com o Pessoal	7 161 793	7 200 101	5 897 672	4 750 935	1 264 121	21%	2 410 858	51%
I. Indemnizações pagas por rescisão	148 126	150 000	370 862	0	(222 736)	-60%	148 126	0%
II. Valorizações remuneratórias	48 238	48 237	39 586	9 763	8 651	22%	38 475	394%
III. Impacto da aplicação dos IRCT	0	0	35 154	0	(35 154)	-100%	0	0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos nos gastos operacionais ^{a)}	6 965 429	7 001 864	5 452 070	4 741 172	1 513 359	28%	2 224 257	47%
(5) Impacto da Pandemia por COVID-19 nos gastos operacionais ^{a)}	18 086	0	39 927	0	(21 841)	-55%	18 086	0%
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = ((1)+(2)+(3)-(5))	11 219 679	12 750 784	8 675 406	8 363 119	2 544 273	29%	2 856 560	34%
(7) Volume de negócios (VN)	16 535 551	17 872 455	13 852 682	11 317 017	2 682 869	19%	5 218 534	46%
Subsídios à exploração					0	0%	0	0%
Indemnizações Compensatórias					0	0%	0	0%
(8) Perda de receita decorrente da Pandemia por COVID-19 ^{a)}	0	0	0	0	0	0%	0	0%
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	16 535 551	17 872 455	13 852 682	11 317 017	2 682 869	19%	5 218 534	46%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	67,9%	71,3%	62,9%	73,9%	5,0%	8%	0	-8%
I. Gastos com deslocações e alojamento (FSE)	32 347	11 703	11 709	25 019	20 638	176%	7 328	29%
II. Gastos com ajudas de custo (G c/ Pessoal)	6 490	1 003	1 030	5 586	5 460	530%	904	16%
III. Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	275 747	284 195	256 937	222 176	18 810	7%	53 572	24%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	314 584	296 900	269 676	252 781	44 908	17%	61 804	24%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	433 186	529 571	315 335	584 327	117 852	37%	(151 141)	-26%
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	120	120	106	89	14	13%	31	35%
N.º Órgãos Sociais (OS)	13	13	14	12	(1)	-7%	1	8%
N.º Cargos de Direção (CD)	9	9	8	9	1	13%	(1)	-11%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	98	98	73	42	25	34%	56	133%
N.º Trabalhadores/N.º CD	11	11	9	5	7	183%	8	341%
N.º de viaturas	47	48	44	31	3	7%	16	52%

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à Pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados por medidas.

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

* Em 2021, o Total de RH reportado nesta alínea, não inclui 17 trabalhadores/as com contrato suspenso e inclui 7 trabalhadores em processo de substituição.

** Em 2020 foi reportado a título de órgãos sociais um total de 14 membros, 3 membros da mesa da assembleia-geral, 6 elementos do conselho de administração, 3 elementos do conselho fiscal, 1 revisor oficial de contas e o secretário da sociedade. Considerando que o secretário da sociedade é trabalhador da sociedade e o seu custo é registado como custo com pessoal e não como órgão social, optamos por neste exercício reportar um total de 13 membros de órgãos sociais e reportar o secretário da sociedade como trabalhador, em linha com o registo contabilístico dos seus custos.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º7 do artigo 49.º do DLEO 2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:
 - a. Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.
 - b. Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

15. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 141º da LOE 2019 e artigo 115º do DLEO 2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de EUR;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1 472 milhões de EUR;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de EUR a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do Grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Foram constituídos depósitos a prazo no IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.) em dezembro de 2021, no valor de 30 milhões de EUR, com vencimento em 4 de janeiro de 2021.

O Grupo AdP, para o biénio 2020-2021, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através dos seguintes despachos do IGCP:

- Despacho SGC n.º 126, de 15 de dezembro de 2020, para os seguintes serviços:
 - Valores inerentes às operações de financiamento realizadas;
 - Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
 - Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
 - Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
 - Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição.
- Despacho SGC n.º 223, de 29 de novembro de 2021, para os seguintes serviços:

Valores arrecadados pela DPG – *Digital Payment Gateway* da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP.

Complementarmente e conforme quadros seguintes, evidencia-se o detalhe da conta de disponibilidades da AdP SGPS.

IGCP	1º Trimestre EUR	2º Trimestre EUR	3º Trimestre EUR	4º Trimestre EUR
Disponibilidades	25 295 565,97	43 227 141,63	74 704 731,26	3 224 850,52
Aplicações Financeiras				
Total	25 295 565,97	43 227 141,63	74 704 731,26	3 224 850,52

Banca Comercial	1º Trimestre EUR	2º Trimestre EUR	3º Trimestre EUR	4º Trimestre EUR
NOVO BANCO	0,00	0,00	0,00	0,00
BANCO BPI	198 980,25	184 464,68	268 234,65	223 542,25
BANCO SANTANDER TOTTA	2 490,46	2 360,20	2 196,46	2 015,04
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	4 543,05	4 032,60	3 522,15	3 011,70
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	1 046,86	990,71	935,36	880,01
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	3 313,70	2 816,00	2 068,52	1 983,29
BANCO BANKINTER	8 902,05	8 820,87	8 739,69	8 658,51
Total	219 276,37	203 485,06	285 696,83	240 090,80
Juros auferidos				

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

17. Plano para a Igualdade

A AdP SGPS, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a AdP SGPS realizou, em 2021, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2022, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2022 da AdP SGPS foi inserido a 15 de setembro de 2021 na plataforma do CITE, tendo sido remetido ao SIOE a 30 de novembro de 2021.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2022 encontra-se publicitado no sítio de Internet da AdP SGPS, podendo ser acedido através do seguinte link: https://www.adp.pt/downloads/file453_pt.pdf

18. Demonstração não financeira

A AdP SGPS, à data de 31 de dezembro de 2021, não excede o número de 500 trabalhadores, pelo que não se encontra abrangida pela obrigação prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC.

Contudo, apesar de não ser aplicável à empresa, a elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, esta mesma informação consta nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos do CSC, nomeadamente as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

As disposições constantes do artigo 508.º-G do CSC – que se destinam a empresas-mãe de um grande grupo que sejam entidades de interesse público - não são aplicáveis à AdP SGPS.

19. Informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2021 no sítio da internet do SEE (portal DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.	--	vide nota
Caracterização da Empresa	N.A.	--	vide nota
Função de tutela e acionista	N.A.	--	vide nota
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	--	vide nota
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.	--	vide nota
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.	--	vide nota
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
Esforço Financeiro Público	N.A.	--	vide nota
Ficha Síntese	N.A.	--	vide nota
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	--	vide nota
Princípios de Bom Governo	N.A.	--	vide nota
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.	--	vide nota
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.	--	vide nota
- Outras transações	N.A.	--	vide nota
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.	--	vide nota
Económico	N.A.	--	vide nota
Social	N.A.	--	vide nota
Ambiental	N.A.	--	vide nota
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.	--	vide nota
- Código de Ética	N.A.	--	vide nota

Nota: Conforme orientações da DGTF, a AdP não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Apêndice 1

1 - Mesa da Assembleia-Geral

Apresenta-se de seguida, para o ano de 2021, os membros da Mesa da Assembleia-Geral, assim como a respetiva remuneração:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (EUR)	Valor Bruto Auferido (EUR)
2020-2022	Presidente	Isabel Sofia de Sousa Santos	650,00	650,00
2020-2022	Vice-Presidente	Maria Helena Dias Duarte	525,00	525,00
2020-2022	Secretário	José do Espírito Santo Menezes e Teles	400,00	400,00
				1575,00

2 - Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos (2)			N.º total de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem (D/D)	Data de autorização e Forma	
2020-2022	Presidente Executivo	José Carlos Athaide dos Remédios Furtado	DUE	04/05/2020	Não			1
2020-2022	Vice-Presidente Executivo	José Manuel Leitão Sardinha	DUE	04/05/2020	Não			3
2020-2022	Vogal Executivo	Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	DUE	04/05/2020	Não			1
2020-2022	Vogal Executivo	Carla da Conceição Afonso Correia	DUE	04/05/2020	Não			2
2020-2022	Vogal Executivo	João Pedro Moura Castro Neves	DUE	04/05/2020	Não			1
2020-2022	Vogal Não Executivo	Jaime Serrão Andrez, em rep. da Parpública, SGPS, S.A.	DUE	04/05/2020	Não			1

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
José Carlos Athaide dos Remédios Furtado	n.a	n.a	n.a	n.a
	EPAL, S.A.	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público	AG
José Manuel Leitão Sardinha	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público	AG
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Professor convidado do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente	Público	Despacho
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	n.a	n.a	n.a	n.a
Carla da Conceição Afonso Correia	n.a	n.a	n.a	n.a
João Pedro Moura Castro Neves	AdAM-Águas do Alto Minho, S.A.	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público	DUE
	Parpública, SGPS, S.A.	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público	n.a.
	Sagesecur, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público	30/03/2021 (AG)
Jaime Serrão Andrez em rep. da Parpública, SGPS, S.A.	Circuito do Estoril	Presidente do Conselho de Administração	Público	06/08/2020 (DUE)
	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Público	04/08/2020 (DUE)
	EPS - Efacec Power Solutions, SGPS	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Público	02/10/2020 (DUE)
	Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa	Docência	Público	Despacho n.º 495/20 – SET

EGP

Membro do CA (nome)	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
José Carlos Athaide dos Remédios Furtado	S	A	5 722,75	2 289,10
José Manuel Leitão Sardinha (*)	S	A	---	---
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	S	A	4 578,20	1 831,28
Carla da Conceição Afonso Correia	S	A	4 578,20	1 831,28
João Pedro Moura Castro Neves	S	A	4 578,20	1 831,28
Jaime Serrão Andrez, em rep. da Parpública, SGPS, S.A. (**)	S	A	1 144,55	---

(*) O gestor auferir a remuneração pela EPAL.

(**) O gestor não auferir remuneração. Remuneração faturada pela Parpública.

Membro do CA (nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Anual (5) = (3) - (4)
José Carlos Athaide dos Remédios Furtado	107 587,70	0,00	107 587,70	5 379,39	102 208,32
José Manuel Leitão Sardinha (*)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	86 070,16	0,00	86 070,16	4 303,51	81 766,65
Carla da Conceição Afonso Correia	86 070,16	0,00	86 070,16	4 303,51	81 766,65
João Pedro Moura Castro Neves	86 070,16	0,00	86 070,16	4 303,51	81 766,65
Jaime Serrão Andrez, em rep. da Parpública, SGPS, S.A. (**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	365 798,18	0,00	365 798,18	18 289,91	347 508,27

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

(*) O gestor auferir a remuneração pela EPAL.

(**) O gestor não auferir remuneração. Remuneração faturada pela Parpública.

Benefícios Sociais (€)

Membro do CA (Nome)	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
José Carlos Athaide dos Remédios Furtado	7,14	1 785,00	Segurança Social	25 504,51	1 159,74	1 875,62	---	0,00
José Manuel Leitão Sardinha	0,00	0,00	---	0,00	0,00	0,00	---	0,00
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	7,14	1 785,00	Segurança Social	20 340,39	832,20	1 500,50	---	0,00
Carla da Conceição Afonso Correia	7,14	1 785,00	Segurança Social	20 124,72	1 159,74	1 575,12	---	0,00
João Pedro Moura Castro Neves	7,14	1 785,00	Segurança Social	20 199,70	1 487,54	1 244,63	---	0,00
Jaime Serrão Andrez, em rep. da Parpública, SGPS, S.A.	0,00	0,00	---	0,00	0,00	0,00	---	0,00
Total		7 140,00		86 169,32	4 639,22	6 195,87	---	0,00

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
José Carlos Athaide dos Remédios Furtado	S	S	50 962,61	AOV	2 020	2 024	613,08	7 336,80	31,00
José Manuel Leitão Sardinha	N	N	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	S	S	36 498,26	AOV	2 018	2 022	365,09	4 369,08	4,00
Carla da Conceição Afonso Correia	S	S	32 992,62	AOV	2 018	2 022	322,16	3 855,33	6,00
João Pedro Moura Castro Neves	S	S	36 498,26	AOV	2 018	2 022	365,09	4 369,08	4,00
Jaime Serrão Andrez, em rep. da Parpública, SGPS, S.A.	N	N	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
José Carlos Athaide dos Remédios Furtado	10 904,09	2 450,00	656,34	-	-	14 010,43
José Manuel Leitão Sardinha	-	-	-	-	-	-
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	-	-	-	-	-	-
Carla da Conceição Afonso Correia	-	-	-	-	-	-
João Pedro Moura Castro Neves	840,50	-	-	-	-	840,50
Jaime Serrão Andrez, em rep. da Parpública, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-
						14 850,93

3 - Fiscalização

Em 29 de abril de 2018 foi eleito o Conselho Fiscal, para o mandato 2018-2020, mantendo-se em funções em 2021, com a seguinte composição e estatuto remuneratório:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (EUR)	N.º de Mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2019-2021	Presidente	Carla Lamego Ribeiro	AG	27/04/2018	1 602,37	3
2019-2021	Vogal	Mário José Alveirinho Carrega	AG	27/04/2018	1 201,78	3
2019-2021	Vogal	Rui Manuel Mendes Cabeças	AG	27/04/2018	1 201,78	1

(1) Indicar AG/DUE/Despacho.

Nome	Remuneração Anual (EUR)		
	Bruto(1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Carla Lamego Ribeiro (*)	0,00	0,00	0,00
Mário José Alveirinho Carrega	16 824,92	841,25	15 983,67
Rui Manuel Mendes Cabeças	16 824,92	841,25	15 983,67
Total	33 649,84	1 682,49	31 967,35

(*) Não auferiu remuneração.

ROC/FU

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2019-2020	ROC Efetivo	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda. representada por Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (*)	67	20161403	DUE	02/01/2019	02/01/2019	3	3
2019-2020	ROC Suplente	Carlos António Lisboa Nunes	427	20160131	DUE	02/01/2019	02/01/2019	3	3

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

(*) Nº de inscrição na OROC 1202 e na CMVM 20160813

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (EUR)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (EUR)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Grant Thornton, SROC, rep. Pedro Lisboa Nunes (*)	35 722,91	0,00	35 722,91	n.a.	0,00	0,00	0,00
Carlos António Lisboa Nunes	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	0,00

(*) Nº de inscrição na OROC 1202 e na CMVM 20160813.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 (EUR)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (EUR)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Grant Thornton, SROC, rep. Pedro Lisboa Nunes (*)	35 722,91	0,00	35 722,91	n.a.	0,00	0,00	0,00
Carlos António Lisboa Nunes	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	0,00

(*) Nº de inscrição na OROC 1202 e na CMVM 20160813.

4 - Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo				Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no Grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM					
Pricewaterhousecoopers, SROC, Lda rep. por José Alves Bizarro Duarte, ROC (ROC 183, CMVM n.º 20161485)	183	20161485		30/09/2019	3	2	2

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 (EUR)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 (EUR)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Pricewaterhousecoopers, SROC, Lda rep. por José Alves Bizarro Duarte, ROC (ROC 183, CMVM n.º 20161485)	24 500,00	n.a.	24 500,00	n.a.	-	-	-

Apêndice 2

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento S/N/N.A	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			Ver ponto 1. a)
Eficiência de Gestão	S	-3,38p.p.	
Dívida Comercial de Devedores Municipais	S	87,3%	
Limite ao Endividamento	S	-4,8%	
Respeito Prazos de Pagamento	S	-10	
Rentabilidade	S	99,6%	
Plano de Manutenção	S	89,6%	
Qualidade da Água Fornecida	S	99,7%	
Qualidade das Águas Residuais	S	96,7%	
Neutralidade Energética	N.A.	-	
Plano de Lamas	N.A.	-	
Água para Reutilização	N.A.	-	
Efluentes Agroindustriais e Agropecuários	N.A.	-	
Reorganização do Centro Corporativo	S	01/12/2020	
Inovação	N.A.	-	
Internacionalização	N.A.	-	
METAS A ATINGIR CONSTANTES NO PAO 2021			
Investimento Financeiro	S	93%	Ver Ponto 1. b)
Nível de Endividamento	S	100%	Ver Ponto 1. b)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	-	
Gestão do Risco Financeiro	S	0,10%	Ver Ponto 2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-3%	Ver Ponto 3
Evolução do PMP a Fornecedores	S	-10	Ver Ponto 4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)	S	0	Ver Ponto 4
Recomendações do Acionista na última aprovação de contas	N.A.	-	Ver Ponto 5
Reservas emitidas na última CLC	N.A.	-	Ver Ponto 5
REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS			
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	€18 290	Ver Apêndice I
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	€1 682	Ver Apêndice I
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.	-	
EGP - ARTIGO 32º E 33.º DO EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ver ponto 7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ver ponto 7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Ver ponto 7
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ver ponto 7

Cumprimento das Orientações legais - 2021

	Cumprimento S/N/N.A	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS - N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E ARTIGO 11.º DO EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ver ponto 8
PROMOÇÃO DA IGUALDADE SALARIAL ENTRE MULHERES E HOMENS - N.º 2 DA RCM N.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	www.adp.pt	Ver ponto 9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://www.adp.pt/downloads/file6_pt.pdf	Ver ponto 10
CONTRATAÇÃO PÚBLICA			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		Ver ponto 11
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		Ver ponto 11
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
ADESÃO DO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS			
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N	8%	Ver ponto 13
Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (art.º49 do DLEO 2019)	S		Ver ponto 13
PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA (ARTIGO 28.º DO DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	93,1%	Ver ponto 15
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial (c)	S	240 090,80	Ver ponto 15
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	-	Ver ponto 15
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)			Ver ponto 16
Elaboração do Plano para a Igualdade, conforme determina o art.º7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	https://www.adp.pt/downloads/file453_pt.pdf	Ver ponto 17
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.		Ver ponto 18

